

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
CURSO DE GEOGRAFIA

Camila Madrid Roza

**A Geografia por trás das grades: a produção geográfica brasileira sobre espaços carcerários
entre 2000 e 2020**

Florianópolis

2022

Camila Madrid Roza

**A Geografia por trás das grades: a produção geográfica brasileira sobre espaços carcerários
entre 2000 e 2020**

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação de
Bacharelado em Geografia do Centro de Filosofia e
Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa
Catarina como requisito para a obtenção do título de
Bacharel em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Helena Lenzi

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Roza, Camila Madrid

A Geografia por trás das grades: : a produção geográfica brasileira sobre espaços carcerários entre 2000 e 2020 / Camila Madrid Roza ; orientador, Maria Helena Lenzi, 2022.

126 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Geografia,
Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Geografia. 2. espaço carcerário. 3. espacialidades marginais. 4. revisão sistemática de trabalho científico. 5. produção do conhecimento geográfico. I. Lenzi, Maria Helena . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Geografia. III. Título.

Camila Madrid Roza

A Geografia por trás das grades: a produção geográfica brasileira sobre espaços
carcerários entre 2000 e 2020

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de
“Bacharel em Geografia” e aprovado em sua forma final pelo Curso Geografia

Florianópolis, 23 de dezembro de 2022.

Prof. Lindberg Nascimento Júnior, Dr.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Profa. Maria Helena Lenzi, Dra.
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Lindberg Nascimento Júnior, Dr.
Avaliador
Universidade Federal de Santa Catarina

Azânia Mahin Romão Nogueira
Avaliadora
Universidade Federal da Bahia

Este trabalho é dedicado aos sujeitos e aos espaços ainda invisibilizados na Ciência Geográfica, assim como às geógrafas e aos geógrafos comprometidos em produzir uma Geografia mais diversa, mais heterogênea, em que o espaço contempla a pluralidade de todos os sujeitos e a multiplicidade de espaços-geográficos.

AGRADECIMENTOS

Minha mãe sempre me dizia que “tem que estudar, educação ninguém te tira”, como quem ensina um novo marujo a navegar, sempre me apontou que o meu caminho deveria ser em direção ao estudo, a educação. E foi assim, até o nosso último abraço. Eu me agarrei nesse caminho apontado, e consegui. O diploma da licenciatura está em mãos, o do bacharelado está quase. Assim poderia resumir a minha história e agradecer a quem me deu este sonho.

No entanto, a trajetória também conta a história de como chego nesta conquista, aproveito esta oportunidade para registrar aqui meus agradecimentos. Já inicio agradecendo a minha vó, a minha dinda, ao meu dindo, aos meus tios, as minhas tias por terem possibilitado e assistindo em muitos momentos de aperto financeiro, permitiram a minha permanência. Agradeço também pelos incentivos. Toda força, toda base para que essa realização acontecesse.

À universidade pública gratuita e de qualidade, que se tornou minha casa e meu lugar no mundo, por ter sido palco do meu cotidiano do qual, diariamente, me permitiu transformações estruturais no campo pessoal, aprimorar valores, assim como, potencializado e amadurecendo a importância do nosso/meu comprometimento social em lutarmos todos os dias pelos nossos direitos negados de modo escancarado, assim como, travar lutas junto das demais minorias.

Aqui/aí é que entendi o gosto pela pesquisa e me apaixonei, me encantei. Esse agradecimento, na verdade, deve ser direcionado aos meus professores e as minhas professoras de quem eu saía das aulas com o peito cheio de vontade de um fazer e somar à Geografia, de cabeça fervendo de ideias. Obrigada. Aproveito e agradeço, em especial, à minha orientadora, pelo aceite da orientação, e muito antes disso, por ter me aceito participar da pesquisa das Geografias Feministas Latinoamericanas, mesmo estando só no 2º semestre. Com o desenvolvimento dessa pesquisa, dei os meus primeiros pequenos passos neste início de vida na Geografia, assim como, do campo de pesquisa sobre gênero. Eu agradeço a Maria Helena por ter sido a referência no Departamento de Geociência nos estudos de Gênero -nós estudantes precisávamos da sua chegada. Agradeço também ao Professor Lindbergh e Azânia Mahin Romão Nogueira pelo aceite em comporem a banca avaliadora deste trabalho.

As relações afetivas cultivadas durante a graduação teceram uma sólida rede de apoio. Nas faltas e nos excessos, na *bad* e na comemoração, a presença de meus amigos e minhas amigas se reverberam sempre em força, da qual se refletia em minha trajetória acadêmica, conseqüentemente. Com isso, parafraseio a apresentação de um livro da Guacira

Lopes: “O GEERGE — Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero — que "inventamos" há alguns anos atrás, representa o "lugar" mais constante das perguntas, da construção dos problemas e do aprofundamento dos estudos. Mas o GEERGE, longe de ser uma entidade abstrata, é gente: Dagmar, Tânia, Rosângela, Jane, Nara, Alex. Parceiras e parceiro de muitas tardes de discussão acalorada, de sentidos impasses teóricos e da construção de uma estreita amizade. Ali não se sabe (e também não importa) quem faz as perguntas, quem provoca o debate, quem discorda ou tem uma ideia notável: somos um grupo". Basta trocar GEERGE por NEPEGEO, e nomes das parceiras e parceiro por Otávio Herpich, Mateus Testoni, Júlia Nickel, Júlia Valverde, Jonny Morais, Jonas Hamud, Afonso Peron, Professora Kalina e Professor Lindberg. Com essas companhias amigas e acadêmicas tive a feliz sorte de iniciar minha construção como pesquisadora. Aos meus amigos Leonardo Maciel, Gabriel Bertherard e Guilherme Paquelin, e às minhas amigas Noele Villar e Laura Zamora, quero registrar minha gratidão pelo carinho e pela mão estendida em muitos que precisei. Agradeço também ao namorado pelos incentivos e por toda assistência, creio ter conseguido concluir esse trabalho sem cafés a mais e sem horas de sono a menos aprendendo a dar pequenos passos, mas com constância. Obrigada, foi essencial para mim.

Obrigada a todas e a todos. Como Otávio disse, em abraço apertado: “Esse é só o começo”.

“São Paulo, dia primeiro de outubro de 1992, oito horas da manhã
(...)

Sangue, vidas e glórias, abandono, miséria, ódio
Sofrimento, desprezo, desilusão, ação do tempo
Misture bem essa química
Pronto, eis um novo detento
(...)

Ratatatá, mais um metrô vai passar
Com gente de bem, apressada, católica
Lendo o jornal, satisfeita, hipócrita
Com raiva por dentro, a caminho do Centro
Olhando pra cá, curiosos, é lógico
Não, não é não, não é o zoológico
Minha vida não tem tanto valor
Quanto seu celular, seu computador
Hoje tá difícil, não saiu o Sol
Hoje não tem visita, não tem futebol
(...)

Tem uma cela lá em cima fechada
Desde Terça-feira ninguém abre pra nada
Só o cheiro de morte e Pinho Sol
Um preso se enforcou com o lençol
(...)

Ladrão sangue bom tem moral na quebrada
Mas pro Estado é só um número, mais nada
Nove pavilhões, sete mil homens¹
Que custam trezentos reais por mês, cada
(...)

Amanheceu com sol, dois de outubro²
Tudo funcionando, limpeza, jumbo

¹ A Casa de Detenção de São Paulo foi construída nos anos 1920, no bairro do Carandiru, na zona norte de São Paulo. O complexo era formado por nove pavilhões com 7.257 presos. Os 2.706 detentos réus primários e aqueles que aguardavam o julgamento eram alocados no Pavilhão 9.

² Véspera de eleições municipais.

De madrugada eu senti um calafrio
Não era do vento, não era do frio
Acertos de conta tem quase todo dia
Tem outra logo mais, hã, eu sabia
(...)
Fumaça na janela, tem fogo na cela
Fudeu, foi além, se pã, tem refém
A maioria se deixou envolver
Por uns cinco ou seis que não têm nada a perder
Dois ladrões considerados passaram a discutir
Mas não imaginavam o que estaria por vir
Traficantes, homicidas, estelionatários
Uma maioria de moleque primário
Era a brecha que o sistema queria
Avisar o IML, chegou o grande dia³
Depende do sim ou não de um só homem
Que prefere ser neutro pelo telefone
Ratatatá, caviar e champanhe
Fleury foi almoçar, que se foda a minha mãe!
Cachorros assassinos, gás lacrimogêneo
Quem mata mais ladrão ganha medalha de prêmio!
O ser humano é descartável no Brasil
Como modess usado ou Bombril
Cadeia? Claro que o sistema não quis
Esconde o que a novela não diz
Ratatatá!
(...)
Sem padre, sem repórter
Sem arma, sem socorro
Vai pegar HIV na boca do cachorro

³ “A briga entre os detentos logo se generalizou e se transformou em uma rebelião. Foi então que a Polícia Militar (PM) foi chamada para conter o conflito. Após a falha em uma tentativa de negociação com os presos, o comando policial decidiu entrar no local com metralhadoras, fuzis e pistolas. Meia hora depois da entrada da PM, ‘as metralhadoras silenciaram’, contou o médico Drauzio Varella, em seu livro ‘Estação Carandiru’ (CRUZ, 2022, s/p.).

Cadáveres no poço, no pátio interno

(...)

Mas quem vai acreditar no meu depoimento?

Dia 3 de Outubro, diário de um detento”

(BROWN; PRADO, 1997)⁴

⁴ A história da música contada por Mano Brown disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=v49hOpCIEpQ> acesso em 15 nov/22.

RESUMO

Partindo da compreensão da marginalidade na produção do conhecimento geográfico sobre as penitenciárias brasileiras e sobre os sujeitos privados de liberdade, torna-se primordial romper com estas invisibilidades, visando uma Geografia socialmente comprometida com a inclusão, com a pluralidade e com a manutenção e reivindicações dos direitos humanos. À luz de Massey (2008), busquei reconhecer as multiplicidades do espaço, abarcando, então, fraturas e dinamismos marginais à sociedade e à produção acadêmica. Este trabalho de conclusão de curso teve dois objetivos principais: i) traçar um panorama do sistema prisional brasileiro e esboçar o perfil da população carcerária, a partir de: faixa etária, grau de instrução, raça, distribuição por gênero dos crimes tentados/consumados e número total de filhos/as por detento(a), com base nos Levantamentos do INFOPEN 2010, 2014 e 2017; e ii) analisar o estado da arte dos espaços carcerários nos trabalhos acadêmicos geográficos produzidos no período de 2000 a 2020, localizados nos portais Scielo, Periódicos da CAPES, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, por meio de buscas por palavras-chave. Nas 32 publicações encontradas, analisei ano e tipo da publicação e a instituição vinculada. Na exposição dos resultados, teço análises a respeito da distribuição e da marginalidade desta produção. A partir de 14 publicações, investigo os sujeitos, os temas de pesquisa, os conceitos de espaço utilizados nestas em produções e como estas contribuem para o crescimento e fortalecimento da ciência geográfica.

Palavras-chave: espaço carcerário. espacialidades marginais. revisão sistemática de trabalho científico. produção do conhecimento geográfico.

LISTA DE ANEXOS

Anexo A - População prisional mundial	120
Anexo B - População prisional mundial	121
Anexo C - Presídios superlotados - números das déficit de vaga nos estabelecimentos penais por UF	122
Anexo D - Escolaridade das pessoas privadas de liberdade por UF	123
Anexo E - Distribuição da população raça/cor por UF em 2014	124
Anexo F - Quantidade de estrangeiros por continente de proveniência por Unidade de Federação em 2017	125
Anexo G - Antecedentes criminais no continente de nascimento	126

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Porcentagem da informação disponível dos estados sobre tipos para a população prisional em 2014	33
Figura 2 - Raça/cor/etnicidade e território: Analisando as penas de mulheres migrantes em conflito com a lei no no Brasil	52
Figura 3 - O fluxo de pesquisa proposto	58
Figura 4 -Áreas de investigação	67
Figura 5 - Seleção de trabalhos para análises desta pesquisa	69
Figura 6 - Espacialização da produção	80
Figura 7 - Porte dos estabelecimentos penais e a distribuição espacial da produção carcerária	84
Figura 8 - Porcentagem de déficit de vaga nos estabelecimentos penais por UF em 2014	85

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Aumento da população prisional entre 1990 e 2017 no Brasil	28
Gráfico 2 -Evolução da população privada de liberdade, vagas e déficit de vagas entre 2000 e 2017	29
Gráfico 3 - Evolução da taxa de aprisionamento de mulheres no Brasil entre 2000 e 2016 prisional, número de vagas e déficit de vagas entre 2000 e 2017	29
Gráfico 4 - Percentual de presos do Brasil por faixa etária em 2010 no Brasil	40
Gráfico 5 - Percentual de presos do Brasil por faixa etária em 2014 no Brasil	40
Gráfico 6 - Percentual de presos do Brasil por faixa etária em 2017 no Brasil	41
Gráfico 7 - Percentual de presos por grau de instrução em 2010 no Brasil	43
Gráfico 8 - Percentual de presos por grau de instrução em 2017 no Brasil	43
Gráfico 9 - Percentual de escolaridade da população brasileira em 2017 no Brasil	44
Gráfico 10 - Percentual de presos por raça/etnia/cor em 2010 no Brasil	45
Gráfico 11 - Percentual de presos por raça/etnia/cor em 2014 no Brasil	45
Gráfico 12 - Percentual de presos do Brasil por raça/etnia/cor em 2017 no Brasil	46
Gráfico 13 - Distribuição por gênero dos crimes tentados/consumados entre os registros das pessoas privadas de liberdade, por tipo pena -homens em 2017 no Brasil	49
Gráfico 14 - Distribuição por gênero dos crimes tentados/consumados entre os registros das pessoas privadas de liberdade, por tipo pena -mulheres em 2017 no Brasil	50
Gráfico 15 -Número total de filhos/as daquelas que estão no Sistema Penitenciário em 2017 no Brasil	53
Gráfico 16 - Número total de filhos/as daqueles que estão no Sistema Penitenciário em 2017 no Brasil	54

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Taxa de crescimento da população privada de liberdade entre 2006 e 2017	29
Tabela 2 - Percentual de preenchimento em relação ao total de presos por UF em 2017	34
Tabela 3 - . Pessoas privadas de liberdade por natureza da prisão e tipo de regime, por UF no Sistema Penitenciário em 2017 no Brasil	39
Tabela 4 - Faixa etária das pessoas privadas de liberdade por Unidade de Federação em 2017 no Brasil	41
Tabela 5 - Raça/Etnia/cor das pessoas privadas de liberdade por Unidade de Federação em 2017 no Brasil	48
Tabela 6 - Levantamento de trabalhos do SCIELO	63
Tabela 7 - Levantamento de trabalhos do Periódicos da CAPES	64
Tabela 8 - Levantamento de trabalhos da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações	64
Tabela 9 - Levantamento de trabalhos do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES ...	66
Tabela 10 - Levantamento de trabalhos de Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES ..	66
Tabela 11 - Ano de publicação	71
Tabela 12 - Ano de publicação dos artigos, dos anais e dos periódicos	72
Tabela 13 - Formação das autorias dos artigos	76
Tabela 14 - Formação das autorias de todos os trabalhos analisados	76
Tabela 15 - Total de trabalhos analisados por instituição de ensino	77
Tabela 16 - Instituição de ensino da publicação dos artigos	78
Tabela 17 - Instituição de ensino do trabalho de conclusão de curso	78
Tabela 18 - Instituição das dissertações	79
Tabela 19 - Instituições das teses	79
Tabela 20 - Notas da CAPES aos Programas de Pós-graduação em Geografia	82
Tabela 21 - Sujeitos	91
Tabela 22 - Sujeito/Gênero	93

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Pessoas privadas de liberdade no sistema e em carceragens de delegacia em 2017 no Brasil	38
Quadro 2 - Síntese de dados coletados dos trabalhos analisados na etapa qualitativa	90

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPEGE - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

DEPEN - Departamento Penitenciário Nacional

GETE - Grupo de Estudos Territoriais

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INFOPEN - Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias

ITTC - Instituto Terra, Trabalho e Cidadania

MEC - Ministério da Educação

SCIELO - Scientific Electronic Library Online

SISDEPEN - Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

UBS - Unidade Básica de Saúde

UEPG - Universidade Estadual de Ponta Grossa

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

UF - Unidade de Federação

UFF - Universidade Federal Fluminense

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UFMT - Universidade Federal do Mato Grosso

UFMS - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

UFPR - Universidade Federal do Paraná

UFPE - Universidade Federal do Pernambuco

UFPEL - Universidade Federal de Pelotas

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNESP-PP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita - Presidente Prudente

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

UNIJALES - Centro Universitário de Jales

UNIR - Universidade Federal de Rondônia

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	19
1.1 Objetivo geral	25
1.1.1 Objetivos específicos	25
2 O ESPAÇO CARCERÁRIO BRASILEIRO	27
2.1 Esboço do perfil da população carcerária brasileira	32
2.1.1. Distribuição por UF da população carcerária brasileira	37
2.1.2. Distribuição etária da população carcerária brasileira	39
2.1.3. Grau de escolaridade da população carcerária brasileira	42
2.1.4. Distribuição racial da população carcerária brasileira	44
2.1.5. Distribuição da tipificação do crime por gênero da população carcerária brasileira	49
2.1.6. As mães e os pais que compõem a população carcerária brasileira	52
3. METODOLOGIA	57
4. ANÁLISE QUANTITATIVA: De quando? De onde vem essa produção? Quem vê e produz?	70
4.1 De quando?	70
4.2 Em que momento da formação?	75
4.3 E vem de onde?	77
4.4 As grades invisíveis do prestígio acadêmico (para rompermos)	85
5. ANÁLISE QUALITATIVA: Quem são os sujeitos vistos? Quais as temáticas? Quais os conceitos de espaço? E quais as contribuições?	89
5.1 Quais foram os sujeitos vistos nestas pesquisas?	90
5.2 Quais foram os temas destas pesquisas?	97
5.3 Quais foram os conceitos de espaço para visibilizar os espaços carcerários e seus sujeitos nestas pesquisas?	98
5.4 E quanto às contribuições?	104
CONCLUSÃO	110
REFERÊNCIAS	113
ANEXOS	120

1. INTRODUÇÃO

De modo tão plural e diverso, a Geografia abarca inúmeras subáreas e atravessa outras áreas do conhecimento, construindo conteúdos que sustentam o seu próprio conhecimento. Consoante ao caráter de compreender as dinâmicas da organização socioespacial, a ciência geográfica, a partir de seus conceitos-chaves e categorias de análise espacial, desdobrou-se a refletir sobre seu objeto de estudo.

Por outro lado, a ciência geográfica tem visto, pensado, estudado e produzido sobre quais sujeitos e quais "espaços"? A leitura de geógrafas e geógrafos quanto à organização do espaço geográfico obtém êxito no que diz respeito à pluralidade e visibilidade de sujeitos e espaços? Afunilando os questionamentos: e quanto aos sujeitos e aos espaços que foram, historicamente e socialmente, marginalizados? Entendo que visibilizar os sujeitos marginais na Geografia não necessariamente abarca, simultaneamente, os espaços geográficos, igualmente, marginais. Então, chacoalhando mais a peneira: a produção científica geográfica tem visto os sujeitos marginais em que as suas especialidades estão inseridas em espaços invisibilizados, dos quais, por consequência, torna seus sujeitos também invisíveis e esquecidos?

As respostas a essas questões, possivelmente, já se revelam no íntimo de nossas leitoras e leitores. Ao terem lido o título deste trabalho em sua capa ou, até mesmo, no mural de informes da Geografia na Universidade Federal de Santa Catarina, divulgando as próximas bancas de defesa de trabalhos de conclusão de curso, suponho que tenha sido inevitável a curiosidade, e não descarto a possibilidade de outras pesquisadoras e pesquisadores terem refutado e julgado como “menor” esta pesquisa sob o argumento de “isso nem é Geografia”.

Compreendo o primeiro caso de reação, de certa maneira, de entusiasmo. Assim como a resistência às renovações acadêmicas evidente na interpretação da segunda reação. Inclusive, reconheço que a nossa ciência perpassa, constantemente, por impasses e embates mais profundos e estruturais percebido-os nas muitas fissuras e fraturas da Geografia. Marcelo Lopes de Souza (2018) é potente na síntese. O autor resume este grande impasse da Geografia logo no título de seu artigo: “Quando o trunfo se revela um fardo: reexaminando os percalços de um campo disciplinar que se pretendeu uma ponte entre o conhecimento da natureza e o da sociedade”.

No artigo, Souza (2018) parte suas reflexões da sua experiência em construir o Seminário de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ. Ao sugerir como temática do evento uma revisita aos conceitos de “sociedade” e “natureza”, deparou-se com a insatisfação de seus ouvintes. Considerava fundamental que deslocassem o olhar a refletir “natureza” e “sociedade” frente ao cenário da atualidade, aos questionamentos e contribuições de Bruno Latour⁵ e também problematizando, exatamente, a binariedade de sociedade/natureza ou sociedade/cultura.

É sob esse cenário que Souza (2018, p. 277) reflete sobre a falta de apetite e de capacidade de geógrafos e geógrafos diante da “onívora e quiçá gluttona” Geografia:

O fato, então, é que, para gregos assim como para troianos, a “Geografia como um todo” foi assomando, cada vez mais, como um projeto epistemológico insustentável, por mais que não fosse ou ainda seja politicamente correto (ou prudente) dizê-lo em voz alta - afinal de contas, por menos que queiram, as pessoas continuam a compartilhar os mesmos departamentos ou institutos, os mesmos corredores, em parte os mesmos congressos e até, em alguns casos, os mesmos periódicos. Arrostandos com o que se configura como um casamento que tornou-se quase que meramente de conveniência, e do qual o amor esvaiu-se paulatinamente, se nos imporia a conclusão de que essa “Geografia” - não a “Geografia Humana” ou a Geografia convertida em “ciência (puramente) social”, mas a Geografia sem adjetivos, a “Geografia como um todo”- ter-se-ia tornado uma ciência obsoleta. Essa conclusão, todavia, me parece, a um só tempo, um tanto apressada e míope. Arrisco o palpite de que o projeto da “ciência-ponte”, na realidade, é um projeto inacabado, e mais: um projeto que, apesar dos seus defeitos originais de concepção e encaminhamento, retém um importante quinhão de validade. Antes de ser uma ciência ultrapassada, a Geografia, curiosamente, é, isso sim, em certa medida ao menos, uma ciência... *prematura*. (SOUZA, 2018, p. 277-278)

Ao ler este fragmento, somado ao conjunto de ideias proposto por Souza, encontro um caleidoscópio: da evidência desde as ideias, hipóteses e refutações de pesquisas até a construção e a fragmentação de uma ciência, inevitavelmente, manipulada pelos interesses pessoais. Indispensável este reconhecimento, ansiando que descartem a cilada de compreender que esta organização é constituída por diretrizes neutras, pautadas no que “é e ponto”. O erro crasso de analisar essa seleção de disciplinas e temáticas e, por conseguinte, essa delimitação dos espaços geográficos a serem vistos como neutra é ignorar a construção da Geografia enquanto ciência.

Além disso, é notória a atual paisagem em ruínas da epistemologia da Geografia, da qual Souza apresenta esse cenário da seguinte forma: “a única opção que as gerações mais jovens foram vislumbrando foi fabricar ‘condomínios fechados’ pretensamente autossuficientes, se não quisessem viver em meio a escombros” (SOUZA, 2018, p. 277).

⁵ LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994 [1991].

Diante disso, compreendo que os "condomínios" metafóricos de Souza (2018) foram construídos. E mais, é imprescindível alertar: são hegemonias. Não são as únicas temáticas. E tampouco essa hegemonia não pode ser interpretada como neutra ou restritamente a única possibilidade para a existência da ciência geográfica. Mas sim, sempre em decorrência de um processo contínuo e contado a partir da produção de seus pesquisadores e suas pesquisadoras.

Em "Pelo espaço: Uma nova política da espacialidade", Doreen Massey (2008) dissolve argumentos estruturalistas que impossibilitaram o alcance da potência da Geografia. Reflete também o desenvolvimento da compreensão hegemônica da natureza própria do espaço ao longo da história da modernidade. Dessa forma, aponta que a interpretação e a utilização de espaço e lugar, assim como, sociedade e cultura, eram manipuladas como sinônimos e articuladas desde o início divididas. Ou seja :

"Culturas", "Sociedades" e "Nações" eram todas imaginadas como tendo uma relação integrante com espaços delimitados, internamente coerentes e diferenciados uns dos outros pela separação. "Lugares" vieram a ser considerados delimitados com suas próprias autenticidades internamente geradas e definidos por suas diferenças em relação a outros lugares que estavam fora, além de suas fronteiras. Tratava-se de uma forma de imaginar o espaço -uma imaginação geográfica- como integrante daquilo que se tornaria um projeto para organizar o espaço global. Foi através da sua imaginação do espaço como (necessariamente por sua própria natureza) regionalizado/dividido, que o projeto (na verdade particular e altamente político) de generalização, através do Globo, da forma Estado-nação, poderia ser legitimado como progresso, como "natural". E isso continua a repercutir ainda hoje. Mesmo onde há discussão (onde não há, hoje em dia?) sobre a abertura de fronteiras, do "novo" espaço de fluxos, da transgressão de cada fronteira à vista... há, ainda, frequentemente do ao lado diz uma suposição de que uma vez (uma vez no tempo) esses limites eram impermeáveis, que não haviam transgressão. Isso é uma atitude, uma cosmologia, refletida em todas aquelas nostálgicas reações à globalização que lamentam a perda das velhas coerências espaciais. Trata-se de uma nostalgia, por alguma coisa que não existiu (ver também Low, 1997; Weiss, 1998), uma imaginação que, tendo sido usada uma vez para legitimar a territorialização da sociedade/espaço, agora, é empregada para legitimar uma reação contra a sua destruição, uma à "globalização" (termo que será examinado mais tarde, mas que deve ser lido aqui com o simples sentido de aumentar os contatos e fluxos globais) que consiste em refugiar-se no seu suposto contrário: nacionalismos, paroquialismo e localismos de todo tipo. Esta reação não é do tipo "olhar-para-trás" (a extorsão mais frequentemente feita); ela está olhando para trás, para um passado que nunca existiu. É uma resposta que aceita, sem verificação prévia, uma estória sobre o espaço que, em seu período de hegemonia, não apenas legitimava toda uma era imperialista, de territorialização, mas também, em um sentido mais profundo, era uma forma de subjugar o espacial. Esta é uma representação *do* espaço, uma forma particular de ordenar e organizar

o espaço que se recusava (se recusa) a reconhecer suas multiplicidades, suas fraturas e seus dinamismos. É uma estabilização das instabilidades inerentes e das criatividades do espaço, uma forma de chegar a um acordo com o grande “exterior”. É este conceito de espaço que fornece a base para as supostas coerência, estabilidade e autenticidade para as quais há um apelo frequente em discurso de paroquialismo e nacionalismo. É essa compreensão de espaço que vigorava [...] Ela provê, também, a base para noções muito mais comuns - persistentes e cotidianas- de que o “lugar”, ou a localidade (ou mesmo o “lar”), fornece um porto seguro onde podemos nos refugiar. O que se desenvolveu dentro do projeto de modernidade, em outras palavras, foi o estabelecimento e a (tentativa de) universalização de uma maneira de imaginar o espaço (e a relação sociedade/espaço) que afirmou o constrangimento material de certas formas de organizar o espaço e a relação entre sociedade e espaço. E que ainda permanece hoje em dia (MASSEY, 2008, p.102-103)

Retomo, portanto, aos questionamentos feitos para deflagrar a introdução desta pesquisa: a Geografia, as geógrafas e os geógrafos circulam em outros campos do conhecimento; e a Geografia e seus e suas operantes ambicionavam o elo da grandeza (e até na hipótese, ou certeza, de esse não ser mais um projeto correspondente a nossa ciência). Soa-me que a sintonia da Geografia está na grandeza da ansiedade de não nos tornarmos míopes e tampouco hipermetropes⁶ diante os processos e as transformações do espaço. Diante disso: por que geógrafas e geógrafos pouco se movem/ ou por que pouquíssimos se movimentam em direcionar a produção fora dos eixos temáticos, explorando dentro de si novas temáticas?

A consolidação de temáticas e a manutenção destas, e somente destas, torna-se interessante a quem a produz. Privilegiar a produção de um conhecimento é, simultaneamente, privilegiar quem o produz. Percebendo o conhecimento acadêmico e a sua produção como ferramentas de poder, o ato de pesquisar sobre quem foi colocado/a na periferia da ciência se torna um embate.

Nesse sentido, Fioravante (2011) constata que:

Quando observamos a história do desenvolvimento da Geografia científica percebemos que certas temáticas, e até mesmo, determinados sujeitos vêm sendo negligenciados, bem como suas espacialidades ignoradas. Discursos periféricos e corporalidades diferenciadas vêm sendo esquecidos, limitando dessa forma o escopo de interesses da Geografia brasileira a temáticas que, se já não estão esgotadas, vêm se extenuando a cada “nova” publicação. Concomitantemente a esse processo, observamos, cada vez mais, numerosas tentativas de corajosos pesquisadores que vêm se

⁶ Pessoa com hipermetropia, cujo é o efeito oposto da miopia, portanto, compromete a visão e a nitidez dos objetos que estão próximos ao plano ocular.

esforçando para garantir uma oportunidade à Geografia de renovação, de abertura. Geógrafas/os engajados com as perspectivas pós-coloniais e feministas estão na linha de ponta desse novo embate científico, lutando para garantir na Academia sua posição, bem como a respeitabilidade de suas pesquisas. Essa pesquisa é da mesma forma, uma tentativa de conquistar maior abertura a esse campo, bem como, de garantir aos sujeitos eleitos como foco de interesse, uma oportunidade de visibilidade científica. Discutir temáticas relacionadas a gênero e sexualidades na ciência geográfica, ainda causa controvérsias e mesmo ferrenhos embates entre pesquisadores. O motivo dessas colisões é geralmente o mesmo, ou seja, validar ou não essas produções como científicas, e até mesmo tentar detectar uma espécie de “nível” ou “grau” de geograficidade dessas abordagens (2011, p.17).

A mesma autora traça sua crítica pautada nas temáticas de gênero e sexualidade, todavia, em linhas gerais, esta marginalidade também se repete em temas como o espaço carcerário, evidenciada pela baixa produção nesta temática.

O rompimento com as ausências destes espaços, destes corpos e destas espacialidades, e a construção de pesquisas acerca de espaços marginalizados social e academicamente é necessária. O ponto de partida desta ruptura na ciência geográfica, segundo Silva (2009), foi impulsionado pelas Geografias feministas, pois:

O desenvolvimento da crítica epistemológica ao monotopismo da produção geográfica moderna objetiva, neutra e universal, que suplantava e invisibilizava vários sujeitos(as) no identificados(as) com o homem, branco, heterossexual, ocidental e cristão, foi e ainda é uma das maiores contribuições da corrente chamada Geografias feministas (SILVA, 2009, p. 56).

A construção de um campo científico e de seu aporte teórico-metodológico, portanto, é constituído por posições que não podem ser interpretadas como neutras. Em consonância com Haraway (1988), a produção do conhecimento científico é situado e corporificado, dispondo da “[...] nossa capacidade de produzir um saber que se faz de determinada situação e de se responsabilizar por ele, sendo capaz de explicitar cada ação investigativa. Assim, para ela, a política e a ética são as bases das contestações sobre aquilo que pode ser concebido como conhecimento” (SILVA, ORNAT e CHIMIN JUNIOR, 2017, p. 14).

Nesta perspectiva, Haraway (1988) e Cesar (2015) interpretam que as narrativas científicas partem de “lugares” e interesses políticos pessoais daqueles que as produzem; entretanto, estas são ostentadas como neutras e impessoais. Alicerçados neste reconhecimento, Silva, Ornat e Chimin Junior (2017, p. 14) avaliam que o campo científico possui sua parcialidade e “[...] é fruto de forças e privilégios que são mascarados por

conceitos e métodos aparentemente neutros, objetivos e imparciais”. Em essência, não são as autoidentidades que produzem ciência, mas o posicionamento crítico somado à explicitação das metodologias aplicadas, visando à possibilidade do conhecimento localizado e, futuramente, o diálogo acadêmico com as demais produções científicas.

Em vista disso, e de que não há uma única forma de escrita na produção acadêmica correta, embarco na tentativa de escrever este trabalho em primeira pessoa do singular. Primeiramente, pelo exercício de corporificar a produção, e, porquanto me tornando responsável pelos procedimentos metodológicos e pelas análises. Anseio dissolver a neutralidade da produção, tendo em vista o ponderamento de que toda análise é baseada em minha bagagem teórica-metodológica. Ressalto que a escrita conjugada em terceira pessoa pertence a minha escrita nos momentos de exaltar pensamentos promovidos por autoras e autores evocados como referências. Assim como, posteriormente, ao explorar e verificar dados levantados, utilizo o “nós”, entendendo que “eu” e “você/vocês” estamos juntas e juntos observando as informações/dados.

A aproximação entre a natureza temática deste trabalho e a Geografia, mira o fomento à veracidade e à potencialidade das reflexões da pluralidade do espaço geográfico. Em vista disso, a essência desta pesquisa está no propósito de dar visibilidade ao espaço carcerário e às pessoas privadas de sua liberdade na Geografia. Partindo de produções acadêmicas brasileiras sobre o tema, anseio compreender o estado da arte, assim como analisar "quem produziu", "onde se produz a Geografia que vê a marginalidade", "como foram dados nós entre ciência e o objeto de pesquisa", "como/qual a contribuição da Geografia para o tema" e "como a Geografia se beneficia ao ver este espaço e esses sujeitos”.

A pesquisa deste trabalho está organizada em 2 partes. Na primeira parte do trabalho, “O espaço carcerário brasileiro”, realizo uma breve exposição do espaço carcerário. Por conseguinte, em "Esboço do perfil da população carcerária", avanço construindo um esboço do perfil da população carcerária, contemplando a distribuição de detentas/os por estado, da população carcerária brasileira, assim como, a composição etária, o grau de escolaridade, a etnia/raça, a tipificação dos crimes por gênero e as mães e os pais que compõem a população carcerária brasileira. Busquei com isso, evidenciar o “aspirador social” seletivo do sistema prisional brasileiro.

Na segunda parte deste trabalho discorro em “Metodologia” os procedimentos metodológicos construídos e aplicados para/na localização das produções geográficas centradas no espaço carcerário e em seus sujeitos. Nomeio este percurso de etapa preliminar por anteceder as análises pretendidas neste trabalho, contemplando somente a busca pelas

pesquisas que compõem o panorama almejado. Na primeira etapa da segunda parte, “Análise quantitativa: de quando? de onde vem essa produção? quem vê e produz?”, exponho o resultado dos dados de 32 trabalhos que sustentam o panorama de análises. Em suma, esta etapa de procedimento metodológico tem caráter quantitativo, em consideração à coleta de dados ser direta, sem necessidade de interpretação para a extração da informação buscada. Em outras palavras, o registro dos dados desta etapa dispensaram análises para a obtenção da informação, visto que em cada trabalho examinado coletei o ano da publicação, do tipo de publicação (artigo, trabalho de conclusão de curso, dissertação ou tese) e da instituição vinculada. Entre a exposição dos resultados, teço análises a respeito da distribuição e da marginalidade desta produção.

A segunda etapa de investigação desta pesquisa está atrelada ao aprofundamento da construção do panorama da produção focada nos espaços carcerários e seus sujeitos. Em “Análise qualitativa: Quem são os sujeitos vistos? Quais as temáticas? Quais os conceitos de espaço? E quais as contribuições?” parto para análises qualitativas, examinando quem são os sujeitos, quais são os temas, quais os conceitos de espaço articulados para evidenciar à Geografia as prisões. Também busquei compreender que conhecimentos da Geografia poderiam contribuir nas pesquisas das prisões e como estas contribuem para o crescimento e fortalecimento da ciência geográfica.

1.1 Objetivo geral

Esta pesquisa tem por objetivo sistematizar e analisar os trabalhos acadêmicos produzidos pela Geografia brasileira sobre os espaços carcerários no período de 2000 a 2020. Elaborando um panorama destas pesquisas, a partir da investigação dos desdobramentos desta produção, a fim de identificar os caminhos temáticos, conceituais e teóricos-metodológicos construídos pelos pesquisadores e pelas pesquisadoras e, simultaneamente, as lacunas a serem preenchidas.

1.1.1 Objetivos específicos

1. Traçar um panorama do sistema prisional brasileiro e esboçar o perfil da população carcerária.

2. Localizar nas plataformas de buscas as pesquisas geográficas sobre o encarceramento no Brasil.
3. Compreender a distribuição temporal e espacial dessa produção.
4. Identificar quem são os sujeitos e quais são os temas pesquisados.
5. Investigar quais são os conceitos de espaço geográfico utilizados pelas pesquisadoras e pesquisadores para evidenciar o espaço carcerário na/para a produção geográfica.

2. O ESPAÇO CARCERÁRIO BRASILEIRO

O Brasil possui a quarta maior taxa de aprisionamento; no ano de 2020, registrou 338 pessoas presas para cada 100 mil habitantes. Enquanto a média mundial era de a cada 100 mil pessoas, 134 estão aprisionadas. O nosso país ocupa a posição de terceiro país com o maior número de presos(as); a terceira maior população carcerária; a segunda maior porcentagem de presos(as) sem condenação; e a maior taxa de ocupação das prisões, quando comparada às maiores populações carcerárias de outros países. É o único país a manter, sucessivamente, o aumento do número de pessoas privadas de liberdade (anexo A e B).

Apesar das políticas de desencarceramento, o levantamento de junho de 2017 organizado pelo INFOPEN (Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias), coordenado pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen), registrava 726.354 mil encarcerados(as), ao passo que o número de vagas que o sistema prisional tinha estrutura para aprisionar era de 423.242, apresentando, portanto, um déficit de 41,71% nas vagas. A superlotação emoldura o *quadro* de debates e de análises centradas nas penitenciárias brasileiras.

Este cenário de elevada densidade populacional carcerária alocada em estabelecimentos sem capacidade e sem aparato adequado já foi denunciado na década de 1980 por Coelho (2005). Ao estudar o sistema de aprisionamento do Rio de Janeiro, Coelho afirmou que o Estado apoiava-se em suas próprias soluções irregulares para suprir a sua omissão na assistência da população carcerária, caso contrário, se oferecesse, o sistema prisional teria entrado em colapso (2005 *apud* MONTEIRO, CARDOSO, 2013).

O déficit de vagas no sistema carcerário, em 2017, era de 303.112 vagas. Deste total, aproximadamente, 80% deste déficit de vagas correspondem a vagas masculinas e 20% as femininas. De acordo com Infopen Mulheres/2018⁷, o número de mulheres privadas de liberdade era de 42.355, com uma taxa de aprisionamento de 40,6 para cada 100 mil⁸ mulheres no país. Complementando a análise da segmentação, a taxa de aprisionamento feminina entre os anos de 2000 e 2016 cresceu 656%, enquanto a masculina cresceu 293% (BUCHER-MALUSCHKE; SILVA e SOUZA, 2019) (GOMES, 2020).

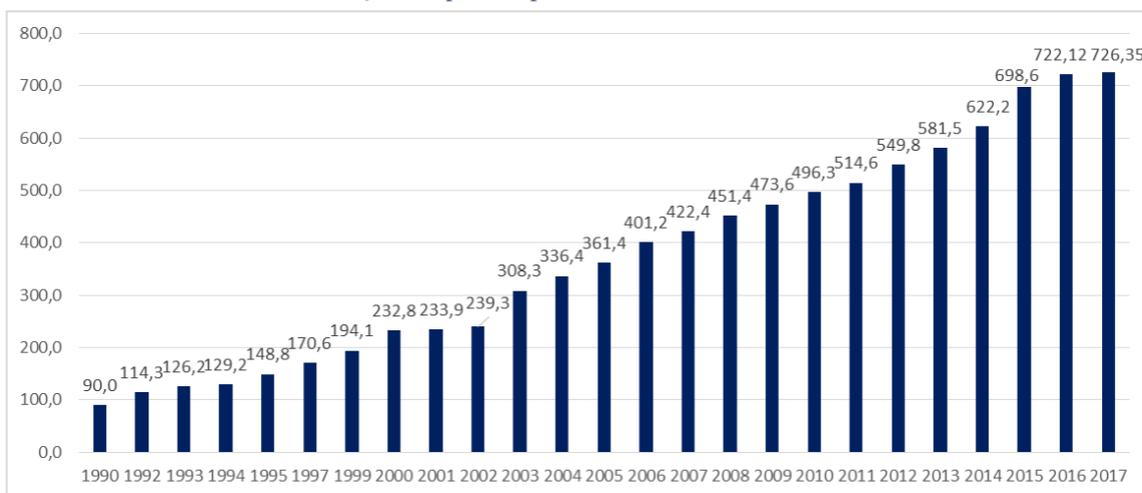
⁷ De acordo com os dados de 2016.

⁸ Não informado pelo Infopen/2018 e nem encontrado o número absoluto da população de mulheres no Brasil no ano de 2016, procurei a estimativa da população brasileira e a porcentagem de mulheres no Brasil nos anos de 2010 e 2019. Dessa forma, com a média de 51,4% de mulheres e de um total de 206,1 milhões de habitantes, estimo a proximidade de 105,935 milhões de mulheres em 2016.

Os números apresentados dão a dimensão do superencarceramento no Brasil, apontando ainda para um quadro mais grave. A taxa de aprisionamento no país é crescente (gráfico 1 e 2 e tabela 1), torna em números o cenário alarmante das resoluções do estado ao que tange às penitenciárias, a fim de seguir o padrão de aprisionamento. Ademais, ainda aponto que o déficit carcerário, ao longo dos anos analisados, está nas proximidades de 40%, tal qual pode ser visualizado no gráfico 2.

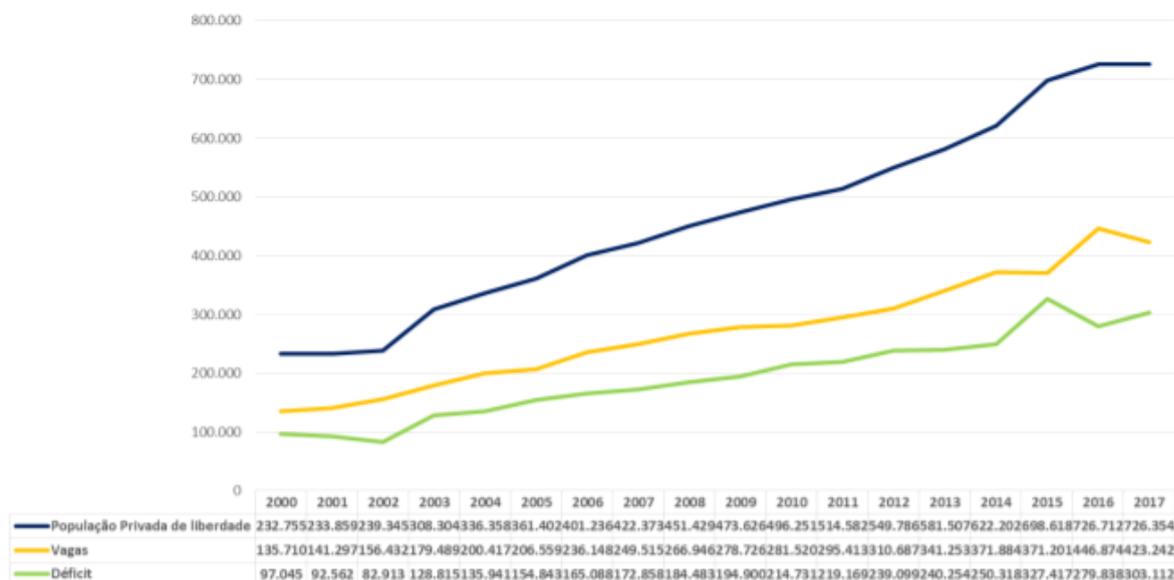
Na série histórica da taxa de crescimento da população carcerária (gráfico 3), elaborada pelo Infopen/2017, há uma abrupta redução da porcentagem de aumento do ano de 2015 (12,28%) para o ano seguinte, 2016 com 3,37%. O defensor público e ex-diretor do Depen, Renato de Vitto, atribui essa diminuição à conquista da implementação das audiências de custódia, cuja importância sobre este número está em reduzir as prisões provisórias e as prisões preventivas, sentenciando ou inocentando os indivíduos na fila de espera do julgamento em primeira instância, e por consequência, conquistando sutil encolhimento na população total carcerária.

Gráfico 1 -Aumento da população prisional entre 1990 e 2017 no Brasil



Fonte: Ministério da Justiça. A partir de 2005, dados do Infopen. Elaboração: INFOPEN, 2017.

Gráfico 2 -Evolução da população privada de liberdade, vagas e déficit de vagas entre 2000 e 2017



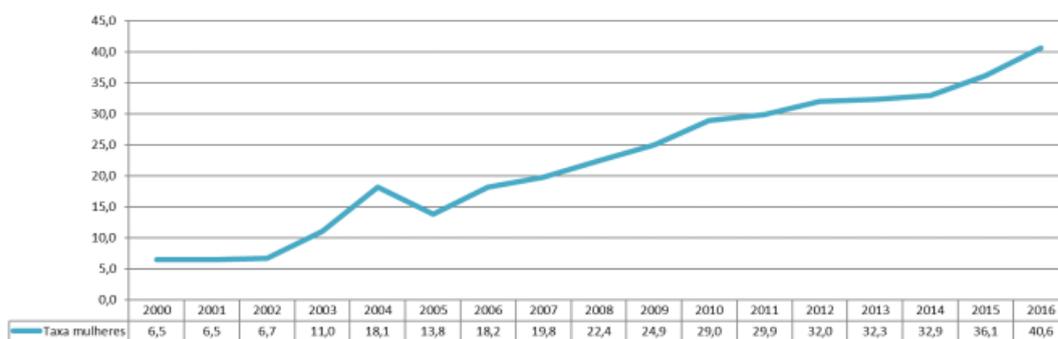
Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen, Junho /2017 Elaboração: INFOPEN, 2017

Tabela 1 - Taxa de crescimento da população privada de liberdade entre 2006 e 2017⁹

Ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Crescimento	11,01%	5,28%	6,87%	4,92%	4,79%	3,69%	6,84%	5,77%	7,00%	12,28%	3,37%	0,59%

Fonte: Ministério da Justiça. A partir de 2006, dados do Infopen. Elaboração: INFOPEN, 2017.

Gráfico 3 -Evolução da taxa de aprisionamento de mulheres no Brasil entre 2000 e 2016 prisional, número de vagas e déficit de vagas entre 2000 e 2017



Fonte: Levantamento de Informações Penitenciárias - INFOPEN, dezembro de cada ano; DATASUS. Elaboração: INFOPEN MULHERES, 2018

⁹ Dados referente até o primeiro semestre de 2017.

O número de pessoas privadas de liberdade registrou uma redução no ano de 2021¹⁰, contudo mantendo a situação de superlotação (Silva *et al.* 2021). Ainda que o Renato de Vitto tenha considerado como um “respiro”, é impreterível ponderar o contexto. Os dados dos anos de 2020 e 2021 estão sob efeito da pandemia do CoronaVírus. Simultaneamente, a este período, os ministros do Supremo Tribunal Federal proibiram as operações policiais, salvo exceção de 'hipóteses absolutamente excepcionais', no Rio de Janeiro, estado que concentra a segunda maior população carcerária e a sexta maior taxa de encarceramento por 100 mil habitantes. Bem como, a estratégia de combate a propagação da Covid-19, *lockdown*, corrobora a redução de crimes urbanos, como os furtos e roubos, do mesmo modo que houve menor registro homicídios - em contrapartida, a violência é potencializada na esfera doméstica, todavia há uma suscetibilidade histórica nos dados em decorrência do não registro de boletim de ocorrência por parte das vítimas (LOCKDOWN, 2021). Portanto, somente em próximos levantamentos do Infopen, poderá se apontar se há uma tendência de declínio na população carcerária.

A superlotação intensifica a insalubridade das celas. De acordo com as detentas e os detentos, os problemas de saúde estão, diretamente, vinculados, por exemplo: a péssima ventilação e iluminação, a carência de limpeza nas instalações, o racionamento de água, a falta de colchões e de itens básicos de higiene (COVID-19, 2021). Tais condições resultam em dados, como os do INFOPEN:

24.633 presos diagnosticados com doenças transmitidas ou agravadas nas celas: 7.211 com HIV, 6.591 com tuberculose, 4.946 com sífilis, 2.683 com hepatite e 3.232 diagnosticados com outras enfermidades. No caso da tuberculose, a incidência dentro da cadeia é 4.500% maior do que fora dela. De cada 100 mil presos, 900 têm a doença. No país, a taxa é de 20 por 100 mil habitantes. (CRUZ e FARIAS, 2021, p.1)

Ao encontro dessa cenário,

Carvalho Filho (2002) discute que a origem das prisões está intimamente relacionada não com a punição em si, mas com a garantia para que ela ocorra. Como discute o autor, os réus não eram condenados à perda de sua liberdade. Mas sim, eram privados dela para viabilizar a punição imposta, que ia de realização de trabalhos forçados até a pena de morte. Nesse sentido, não havia necessidade de se preocupar com as condições de vivência nas prisões, bastava que fossem inexpugnáveis. É interessante observar que, ainda hoje, as condições dos espaços carcerários são precárias. (FIORAVANTE, 2011b, p. 39).

¹⁰Os dados fazem parte de um levantamento exclusivo, da parceria do G1, com o Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da USP e com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. dentro do Monitor da Violência, e têm como base informações oficiais dos 26 estados e do Distrito Federal

A Lei de Execução Penal nº 7.210, criada a partir do Código de Processo Penal em 1984, dispõe sobre a organização, dos procedimentos e dos direitos das detentas e dos detentos. No que tange à saúde das presas e dos presos, o artigo 14 da referida Lei aborda as garantias destes e destas ao acesso à assistência médica, odontológica e farmacêutica, afirmando também, que conforme a necessidade do indivíduo, poderão ter assistência hospitalar fora das penitenciárias.

Contraditoriamente, Arruda menciona um recorte de entrevista com um preso que relata: “Não tinha nenhum problema de saúde, mas ao entrar na prisão, comecei a ter dores de barriga e de dentes. Nunca fui atendido por médico, por psicólogo ou assistente social”(2015, p.85). Com anuência, Josemir Prado, ex-detento¹¹ e um dos compositores de "Diário de um Detento", faz coro em seu livro de mesmo título:

contextualiza as ações, descreve em detalhes o inferno em que sobrevive, cadeias cujas celas, "X", com 20 metros quadrados, têm tetos escuros em razão do grande consumo de cigarros e drogas. Os presos estão envoltos em mantas encardidas, dormem sentados ou pendurados em paredes e grades, molestados por sarna e piolho, comem comida azeda e têm a fisionomia atormentada, roupas gastas e surradas. São despenteados, desdentados, pálidos, "um circo de horrores", como define, em que são criados outros princípios. (PAIVA, 2001, s/p.)

O CNJ divulgou em março de 2021 divulgou a contagem de 71.342 mil casos de covid-19 confirmados nas prisões, junto do aumento de 190% no número de mortes registradas nas penitenciárias, sendo estas causadas pelo CoronaVírus e igualmente pelo descaso, por parte das autoridades responsáveis, com a vulnerabilidade e insalubridade vivida no sistema prisional brasileiro.

Em linhas gerais, podemos constatar que diante dos dados apresentados, os espaços carcerários não possuem condições de infraestrutura, somado ao número de presos prosseguir aumentando. Somado a isso, o número de vagas e a infraestrutura, paradoxalmente, nessas unidades penitenciárias, não são ampliados conforme o crescimento populacional carcerário. Destarte, pontua-se que “[...] o cárcere não é símbolo de redução de violência. Não há condições de ressocialização na maioria dos presídios, já que neles não existem boas condições de vivência [...]” (CRUZ e FARIA, 2021, p.1).

¹¹ Também grafou/escreveu o estatuto da facção Comando Democrático da Liberdade, a qual disputava com o Primeiro Comando da Capital o controle de alguns presídios paulistas.

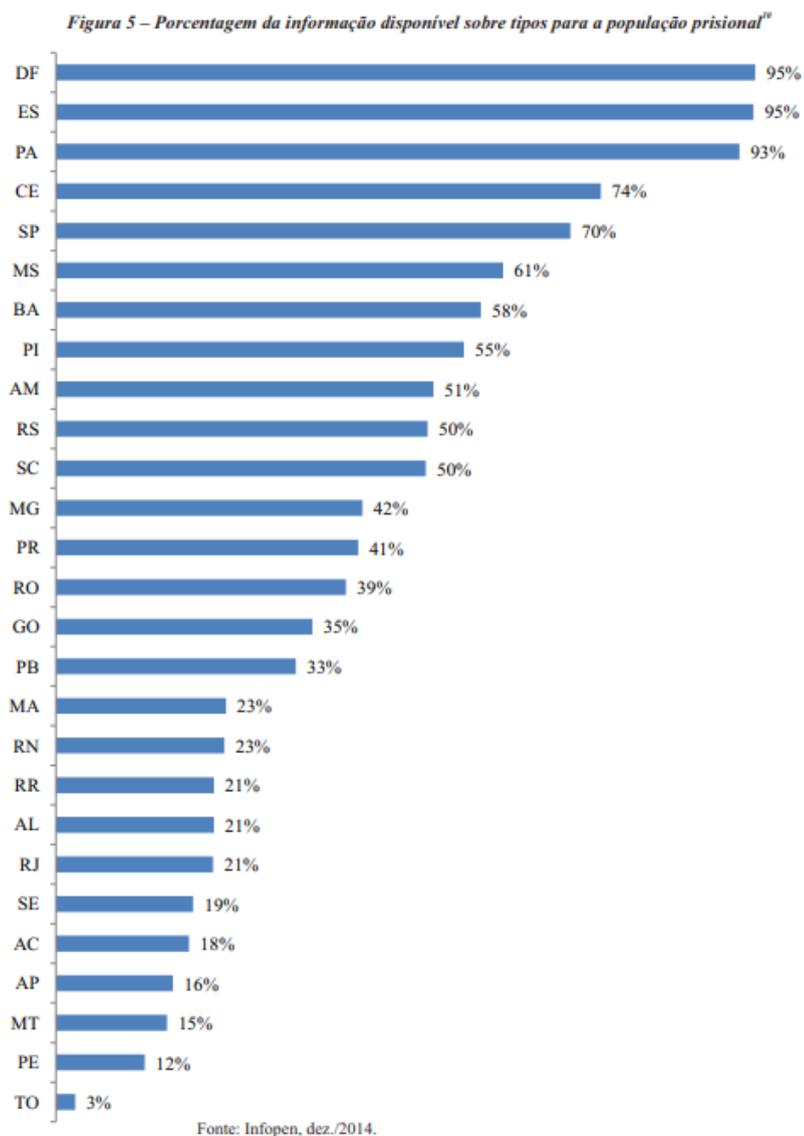
Posto isso, vou ao encontro de Bayer e Fioravante (2020) e Monteiro e Cardoso (2013): as penitenciárias deveriam cumprir o papel social de punição à perda de liberdade, somada, crucialmente, à ressocialização. No entanto, a superlotação dos presídios brasileiros, coloca os indivíduos privados de liberdade em condições de vulnerabilidade em inúmeras questões básicas.

2.1 Esboço do perfil da população carcerária brasileira

Em consonância com Monteiro e Cardoso (2013, p. 96), as análises acerca da população carcerária brasileira são limitadas diante das informações divulgadas pelo Infopen. Ainda que os estados tenham firmado convênio com o Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) e, com isso, assumiram o compromisso de atualizar os dados do sistema carcerário, o panorama de dados divulgados e à disposição para as análises de e em pesquisas centradas no sistema prisional, não corresponde a atualizações de dados frequentes, tocando na precisão das análises destas.

A porcentagem das informações coletadas dos presos(as) por estado, na Figura 1, abaixo, ressalta a precariedade da manutenção dos dados disponibilizados. Ainda que tenhamos baixíssimos percentuais no levantamento do Infopen de 2014, ao menos obtivemos a apresentação desta informação, uma vez que não há menção ao dado no Infopen de 2017. Ademais, no último documento, os materiais dos quais aludem as características da população carcerária são dados em porcentagem, impossibilitando a conferência entre o número de respostas para cada tipo (faixa etária, escolaridade, raça/cor, etc..) e o número total de presas (os).

Figura 1 - Porcentagem da informação disponível dos estados sobre tipos para a população prisional em 2014¹²



¹² Diferentemente dos demais gráficos de porcentagem da informação disponível, para a variável de tipos penais não foi utilizado como total a soma dos dados informados e sim as respostas de cada unidade para uma pergunta específica sobre disponibilidade da informação.

Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Atualização - Dez/2014. Elaboração: INFOPEN, 2014.

Ao buscar outros bancos de dados, como o Banco Nacional de Monitoramento de Prisões, organizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), deparamo-me, novamente, com a incompletude do total de presos tendo todas as suas informações cadastradas. A tabela 2

¹² A nota da figura 1, elaborada pelo Infopen/2014, diz: “diferentemente dos demais gráficos de porcentagem da informação disponível, para a variável de tipos penais não foi utilizado como total a soma dos dados informados e sim as respostas de cada unidade para uma pergunta específica sobre disponibilidade da informação”.

exibe o percentual de preenchimento em relação ao número total de presos(as) em 2017, por Unidades de Federação. Ligeiramente, ao analisarmos a distribuição da porcentagem, é evidente a abrupta subnotificação ao que tange às informações de cor/raça. Despontando na liderança do percentual de preenchimento, o estado de São Paulo com 88,68%, seguido de Bahia, Mato Grosso e Santa Catarina. Na lanterna estão Sergipe, Rio de Janeiro e Paraná, com menos de 1%; 19 estados e o Distrito Federal, entre 1% a 30,36%.

Tabela 2 - Percentual de preenchimento em relação ao total de presos por UF em 2017

UF de Custódia	Escolaridade (%)	Estado Civil (%)	Cor/Raça (%)	Faixa Etária (%)	Nacionalidade (%)	Total de Presos
AC	11,87	74,80	9,96	91,95	97,68	6.909
AL	16,57	36,40	8,05	78,29	97,95	4.634
AM	9,04	41,21	5,32	86,36	99,19	6.394
AP	65,41	8,89	30,36	96,85	100,00	2.856
BA	50,48	19,70	55,63	95,32	99,94	16.273
CE	24,03	23,18	3,83	96,14	93,97	20.795
DF	4,95	42,86	2,04	41,13	84,65	17.431
ES	23,66	56,38	23,41	97,49	99,80	21.287
GO	7,17	27,90	9,07	98,85	99,97	17.775
MA	30,01	43,35	25,09	96,72	99,97	10.421
MG	8,42	73,42	11,48	97,68	99,86	58.664
MS	10,86	36,91	9,07	98,19	98,69	22.644
MT	28,70	33,56	6,73	98,34	99,97	9.414
PA	14,82	70,25	40,23	96,56	99,95	15.706
PB	22,48	30,06	9,45	95,65	99,92	11.826
PE	20,61	57,89	17,66	96,87	99,95	27.286
PI	41,30	27,36	15,15	96,45	99,98	4.535
PR	22,09	57,61	0,29	99,90	99,99	27.420
RJ	0,11	96,23	0,13	52,36	0,51	77.950
RN	7,15	25,49	5,95	96,65	99,85	7.427
RO	11,05	41,39	8,57	99,11	99,93	8.667
RR	6,46	44,97	6,04	96,31	100,00	2.168
RS*	24,86	52,54	21,47	98,31	100,00	177
SC	70,14	18,84	55,50	98,45	99,01	20.434
SE	2,88	79,52	0,47	90,46	86,76	4.893
SP	76,94	14,85	86,68	99,37	97,27	174.620
TO	29,47	13,15	19,26	98,22	99,97	3.604

Fonte: Banco Nacional de Monitoramento de Prisões – BNMP 2.0: Cadastro Nacional de Presos, Elaboração: CNJ, 2018.

Realizadas as considerações a respeito da exatidão dos dados pela porcentagem de informações coletadas, prossigo com Pino (2019) que, após mudar a sua metodologia de pesquisa, diante da falta de dados e sem autorização da penitenciária para realizar coleta de informações em campo, sintetiza: “a demografia, neste caso carcerária, pode ser vista como ‘instrumento de poder’, ‘um domínio pelo número, a posse pelos símbolos’ (RAFFESTIN,

2011), poder esse cujo alguém (Estado) não se sente confortável de tornar público” (PINO, 2019, p. 11).

Complemento a compreensão de Pino (2019) a respeito do sentido atribuído a “não se sente *confortável*”, interpretando que, primeiramente, no tratamento da manipulação dos instrumentos de poder, neste caso, os dados acerca da população carcerária, o Estado não realiza a divulgação consistente de dados, assim como, aparentemente, não vem cobrando de responsáveis pelo preenchimento das informações do sistema prisional brasileiro, como evidenciado acima nas tabela 2 e figura 1. Com isso, pelo Estado possuir mecanismos de não expor quantitativos que o expõe, ocupa uma posição confortável. Diante do cenário apresentado, reforço a importância das análises feitas em pesquisas em larga escala voltadas ao sistema prisional brasileiro e as pessoas privadas de liberdade visando o “incômodo” e a desocupação da posição de “conforto” por parte do Estado.

Aponto também a negligência (da omissão até a subnotificação) do Estado (e estados) com o preenchimento de dados e relatórios rotineiros do sistema prisional, como o registro de disparos dentro do presídio. Tal situação, aflora a vulnerabilidade de detentas/os sofrem com práticas tortura dentro do sistema prisional. Novamente, fortalecendo o pensamento de Raffestin (2011), no que diz respeito à utilização de informação/dados demográficos como ‘instrumento de poder’. A vulnerabilidade das presas e dos presos é afluída por essas práticas para serem denunciadas necessitam de grande esforço externo e que consiga driblar as manipulações dos dados. À exemplo disso: o levantamento de todas as informações sobre o sistema carcerário de Pernambuco, começou em 2010, o trabalho feito por 5 entidades ligadas aos direitos humanos da população carcerária, como as Pastorais Carcerárias Nacional e de Pernambuco, Justiça Global e a Clínica Internacional de Direitos Humanos da Universidade de Harvard. O levantamento contempla as informações quanto às rebeliões, os abusos sofridos pelos detentos, e também, as denúncias de corrupção dentro do Complexo Prisional de Pernambuco. Para subsidiar o fortalecimento deste levantamento, após 4 anos de várias denúncias, recorreram às entidades internacionais, avistando a entrada da Polícia Federal para investigação¹³.

Posto isso, considere ser fundamental esboçar, ainda que brevemente, o crescimento dos tipos acerca da população carcerária brasileira. Considerando que neste trabalho analiso a produção da Geografia sobre o espaço carcerário no período de 2000 a 2020, traço uma

¹³ Reuni as informações do site Arquivo Anibal (<http://arquivoanibal.weebly.com/sobre.html>) e a reportagem Disponível em: <https://youtu.be/B7DegecQPRc>. Acesso em: 22 nov/22.

comparação entre os dados dos anos de 2000, 2014 e 2017, em função de que foram os anos com informações mais acessíveis no momento da construção desta pesquisa.

É essencial informar que as informações da população penitenciária, passaram, no 2º semestre de 2017, a serem armazenadas em um novo sistema. Os dados disponíveis no Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional (SISDEPEN), no entanto, não foram coletados para análise deste breve panorama do perfil de aprisionadas(os) visto que:

(i) a intenção nesta etapa, seguindo os objetivos, dessa pesquisa era construir uma brevíssima análise temporal da população carcerária. Então, o primeiro passo, considerei ser compreender o perfil da população carcerária. Quis eu, ainda que, brevemente, por a “mão-na-massa”, assim como, provocar também a insatisfação em minhas leitoras e meus leitores, e quem sabe despertar nelas e neles anseio em pesquisar e produzir, futuramente, análises aprofundadas sobre a população carcerária.

(ii) essa necessidade emergiu diante os resultados coletados nos trabalhos acadêmicos e analisados no curso desta pesquisa (essas análises explicarei, posteriormente, ao investigar quais foram os sujeitos centrais das produções examinadas). Para a compreensão no momento, explico: diante das informações coletadas, deparei-me com a insatisfação. Queria saber de que corpos, de que marcadores exatamente estavam sendo evocados nas espacialidades e nas territorialidades analisadas. Inclusive, antes de ir a campo /às análises, desejava ter a possibilidade de observar diferenças/semelhanças e sobretudo os marcadores raciais e de sexualidade nas espacialidades observadas. Sustento o argumento de que, além de não ser o objetivo central desta pesquisa, e sim uma necessidade em essência. Mas o fato não torna menor a minha responsabilidade sobre as análises feitas nesta etapa. Ao elencar poucos aspectos para examinar (faixa etária, escolaridade, raça/cor e número de filhos de detentas(os)) e destacar a distribuição desses dados por estado, considerei que os dados apresentados no SISDEPEN tem grande potencial em contribuir em novas pesquisas centradas nessa essência.

(iii) No entanto, quando comparados às apresentações dos Levantamentos do Infopen, há mudanças visíveis nas metodologias de apresentação das informações. Um dos impasses, por exemplo, é a impossibilidade de visualizar as informações de todos os estados simultaneamente, nesse sentido, teria de registrar manualmente estes dados (já que por outro lado, o trabalho também seria denso, tendo em vista as tabelas/quadros disponíveis tanto no Infopen como Sisdepen ultrapassarem de 1300 linhas). Portanto exige um fôlego organizar

estes dados. E o fôlego desta pesquisa é em essência na em elaborar um panorama dos trabalhos acadêmicos produzidos pela Geografia brasileira sobre espaços carcerários.

2.1.1 Distribuição por UF da população carcerária brasileira

No quadro 1, temos a distribuição por UF das pessoas privadas de liberdade no sistema em 2017. De quase 20 mil é o número de apenadas e apenados nas carceragens de delegacia das 11 UFs que informaram o dado, sendo 9.738 somente do Paraná. O número elevado de pessoas privadas de liberdade alocadas em carceragens desta natureza também da Bahia e de São Paulo, despertam a atenção para o potencial do número total da população carcerária ser maior, caso todos os estados informassem o dado.

Ao que tange o aprisionamento no sistema prisional estadual e federal, em números absolutos, São Paulo (214.280), Rio de Janeiro (50.523) e Paraná (38.163) possuíam as maiores populações carcerárias.

Quadro 1 - Pessoas privadas de liberdade no sistema e em carceragens de delegacia em 2017 no Brasil

Pessoas privadas de liberdade no sistema prisional e em carceragens de delegacias									
UF	Pessoas privadas de Liberdade em Carceragens nas Delegacias			Pessoas privadas de liberdade no Sistema Prisional Estadual e Federal			Total de pessoas privadas de liberdade		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
AC	NI	NI	NI	5.849	414	6.263	5.849	414	6.263
AL	338	1	339	7.009	412	7.421	7.347	413	7.760
AM	NI	NI	NI	7.713	1218	8.931	7.713	1.218	8.931
AP	NI	NI	NI	2.698	108	2.806	2.698	108	2.806
BA	2.666	132	2.798	13.530	501	14.031	16.196	633	16.829
CE	NI	NI	865	24.559	1439	25.998			26.863
DF	127	3	130	15.112	652	15.764	15.239	655	15.894
ES	NI	NI	NI	19.007	1053	20.060	19.007	1.053	20.060
GO	508	60	568	19.799	884	20.683	20.307	944	21.251
MA	2	0	2	8.341	423	8.764	8.343	423	8.766
MG	NI	NI	1.732	71.616	3.365	74.981			76.713
MS	540	49	589	14.974	1211	16.185	15.514	1.260	16.774
MT	NI	NI	NI	11.769	523	12.292	11.769	523	12.292
PA	367	0	367	15.234	889	16.123	15.601	889	16.490
PB	3	0	3	11.551	570	12.121	11.554	570	12.124
PE	NI	NI	NI	29.614	1387	31.001	29.614	1.387	31.001
PI	NI	NI	NI	4.159	209	4.368	4.159	209	4.368
PR	9.108	630	9.738	38.163	2.128	40.291	47.271	2.758	50.029
RJ	NI	NI	NI	50.523	2168	52.691	50.523	2.168	52.691
RN	NI	NI	NI	8.740	512	9.252	8.740	512	9.252
RO	NI	NI	NI	10.586	797	11.383	10.586	797	11.383
RR	7	4	11	2.421	158	2.579	2.428	162	2.590
RS	25	0	25	34.186	1963	36.149	34.211	1.963	36.174
SC	NI	NI	NI	20.495	1063	21.558	20.495	1.063	21.558
SE	NI	NI	NI	4.686	202	4.888	4.686	202	4.888
SP	2.231	337	2.568	214.280	12.183	226.463	216.511	12.520	229.031
TO	NI	NI	NI	3.393	180	3.573	3.393	180	3.573
Brasil	15.922	1.216	19.735	670.007	36.612	706.619	685.929	37.828	726.354

Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Atualização - Junho/2017.

Elaboração: INFOPEN, 2017.

O levantamento do Infopen 2017¹⁴ registrava que 43,57% dos apenados(as) estavam em Regime Fechado, 16,72% no Regime Semiaberto, 33,29% Presos Provisórios/sem condenação, 6,02% no Regime Aberto, 0,34% em Medida de Segurança/internação e 0,06% em Medida de Segurança/tratamento ambulatorial. O índice de encarceramento provisório aponta a sobrecarga das instâncias responsáveis pelo julgamento, por conseguinte, aprisionando e superlotando as penitenciárias inclusive com futuros/as possíveis inocentados/as. O estado do Amazonas (53,85%) e os da Região Nordeste: Bahia (51,62%), Ceará (49,11%) Piauí (60%) e Sergipe (51,60%), registraram em 2017 mais de 49% do total de pessoas privadas de liberdade sem condenação. Ou seja, praticamente metade das

¹⁴ No anexo C, a espacialização do déficit de vagas por UF no ano de 2014.

aprisionadas e dos aprisionados estavam sem condenação (ou até mesmo podendo ser inocentadas (os)). Os dados dos demais estados podem ser conferidos na tabela abaixo.

Tabela 3 - . Pessoas privadas de liberdade por natureza da prisão e tipo de regime, por UF no Sistema Penitenciário em 2017 no Brasil

Pessoas privadas de liberdade por natureza de prisão e tipo de regime, por UF						
UF	Presos Provisórios - Sem condenação (%)	Presos setenciados - Regime Fechado (%)	Presos setenciados Regime Semiaberto (%)	Presos setenciados - Regime Aberto (%)	Medida de Segurança - Internação (%)	Medida de Segurança - Tratamento Ambulatorial (%)
AC	32,32%	48,70%	18,98%	0,00%	0,00%	0,00%
AL	28,76%	28,35%	24,01%	18,47%	0,36%	0,04%
AM	53,85%	18,83%	13,10%	14,11%	0,10%	0,01%
AP	24,09%	53,10%	22,45%	0,00%	0,29%	0,07%
BA	51,62%	30,66%	17,17%	0,01%	0,54%	0,00%
CE	49,11%	23,91%	11,80%	15,01%	0,16%	0,01%
DF	20,70%	45,24%	33,69%	0,00%	0,37%	0,00%
ES	38,69%	41,58%	17,12%	2,41%	0,20%	0,00%
GO	43,32%	33,87%	16,31%	6,46%	0,01%	0,02%
MA	45,21%	32,79%	18,21%	3,79%	0,00%	0,00%
MG	44,93%	37,14%	15,21%	2,32%	0,38%	0,01%
MS	21,95%	54,62%	15,67%	7,13%	0,20%	0,43%
MT	47,81%	43,22%	5,78%	2,88%	0,30%	0,00%
PA	37,54%	41,59%	12,25%	8,01%	0,61%	0,00%
PB	38,25%	44,48%	11,68%	5,38%	0,21%	0,00%
PE	42,71%	40,93%	15,66%	0,14%	0,55%	0,00%
PI	60,00%	28,37%	11,58%	0,00%	0,05%	0,00%
PR	11,22%	31,84%	5,74%	50,44%	0,52%	0,23%
RJ	42,77%	34,29%	21,58%	1,20%	0,01%	0,15%
RN	32,05%	44,62%	12,78%	10,05%	0,03%	0,47%
RO	14,63%	50,17%	15,25%	19,75%	0,02%	0,17%
RR	43,97%	26,79%	15,24%	14,00%	0,00%	0,00%
RS	32,66%	36,25%	24,95%	6,00%	0,08%	0,07%
SC	23,53%	45,21%	21,50%	9,51%	0,24%	0,01%
SE	51,60%	47,61%	0,00%	0,00%	0,80%	0,00%
SP	25,73%	56,11%	17,64%	0,00%	0,51%	0,00%
TO	43,30%	48,05%	6,47%	1,09%	0,17%	0,92%
Brasil	33,29%	43,57%	16,72%	6,02%	0,34%	0,06%

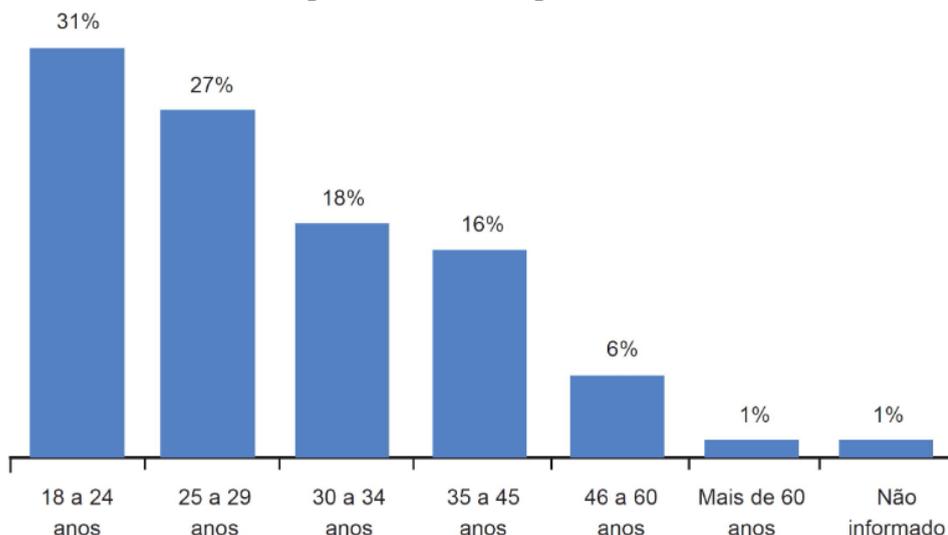
Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Atualização - Junho/2017. Elaboração: INFOPEN, 2017.

2.1.2 Distribuição etária da população carcerária brasileira

Os gráficos 4, 5 e 6 se referem à faixa etária da população carcerária. Sobressai-se a estabilização nas porcentagens na média temporal. A juventude, dos 18 aos 24 anos, compõe, na média histórica, 30% do espaço carcerário, ainda que neste período correspondesse a 11,16% a 19% do total da população brasileira. Seguido dos 25 aos 29 anos, entre 25% a 27%. A tabela 4 expõe da distribuição por UF, com as informações disponíveis, o estado do

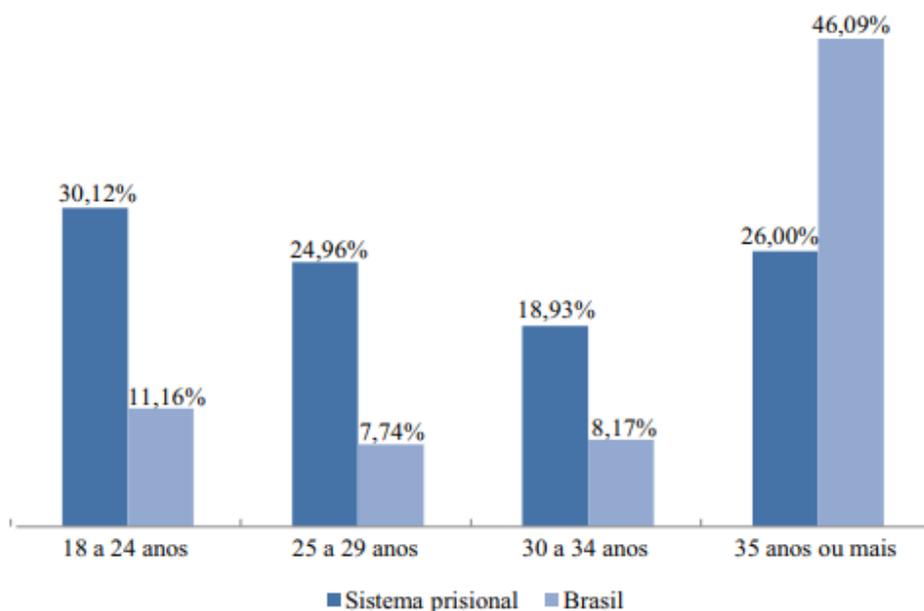
Acre registra quase 50% de sua população carcerária na faixa dos 18 aos 24 anos, totalizando 71,06% até 29 anos. Enfatizamos sete dos estados da Região Nordeste: Alagoas, Amapá, Maranhão, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe e da Região Sudeste: Espírito Santo e Rio de Janeiro, Região Norte: Amazonas sendo estes a apresentarem concentração na primeira faixa etária da classificação com mais de 35%.

Gráfico 4 - Percentual de presos do Brasil por faixa etária em 2010 no Brasil



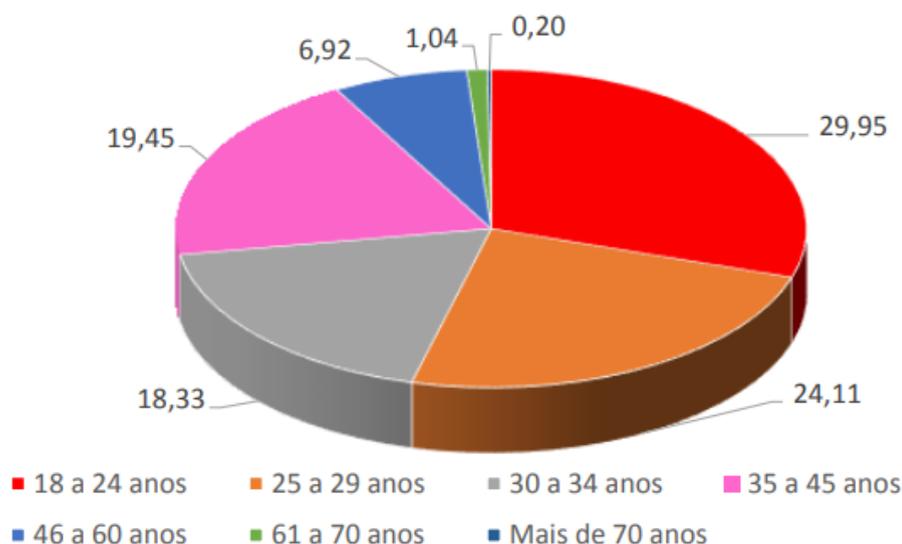
Fonte: BRASIL, Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional - Sistema Integrado de Informação Penitenciária (Infopen), Brasília, 2011. Elaboração: (MONTEIRO; CARDOSO, 2013)

Gráfico 5 - Percentual de presos do Brasil por faixa etária em 2014 no Brasil



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – dezembro de 2014 e Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar Contínua, 2014. Elaboração: INFOPEN, 2014

Gráfico 6 - Percentual de presos do Brasil por faixa etária em 2017 no Brasil



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Atualização - Junho/2017. Elaboração: INFOPEN, 2017

Tabela 4 - Faixa etária das pessoas privadas de liberdade por Unidade de Federação em 2017 no Brasil

Percentual de pessoas privadas de liberdade por faixa etária e UF							
UF	18 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos	35 a 45 anos	46 a 60 anos	61 a 70 anos	Mais de 70 anos
AC	46,53	24,53	14,72	9,84	3,73	0,55	0,11
AL	38,22	25,62	15,89	14,28	4,93	0,95	0,11
AM	36,88	26,66	17,14	14,80	4,11	0,32	0,10
AP	28,70	27,10	18,28	21,10	4,53	0,25	0,04
BA	33,62	23,99	17,30	16,69	7,24	0,92	0,24
CE	31,82	23,87	16,81	18,72	7,28	1,27	0,22
DF	27,30	24,26	19,50	21,67	6,47	0,80	0,00
ES	37,38	26,13	15,59	12,80	6,36	1,53	0,21
GO	32,60	28,50	14,57	16,96	6,07	1,21	0,09
MA	35,12	26,19	17,74	14,22	5,38	0,95	0,40
MG	30,12	24,01	17,67	19,92	6,89	1,19	0,20
MS	22,76	22,93	20,10	23,29	9,39	1,44	0,09
MT	26,00	23,92	18,60	21,04	8,02	1,70	0,72
PA	35,83	28,94	17,58	12,51	4,37	0,73	0,04
PB	34,37	24,04	16,92	16,89	6,55	1,13	0,10
PE	37,34	25,15	13,22	16,67	5,96	1,37	0,28
PI	33,69	25,70	17,48	16,71	5,59	0,70	0,13
PR	27,13	25,80	18,21	18,58	8,50	1,63	0,14
RJ	38,71	22,51	14,65	17,20	5,91	0,85	0,18
RN	37,59	24,03	15,44	15,88	6,31	0,69	0,06
RO	26,08	24,50	19,92	20,80	7,16	1,38	0,17
RR	26,02	19,99	18,35	20,20	11,89	3,29	0,25
RS	22,87	21,56	20,42	24,40	9,21	1,34	0,19
SC	24,68	25,03	19,11	21,41	7,95	1,51	0,31
SE	38,29	23,25	16,09	16,19	5,43	0,65	0,10
SP	27,10	23,72	19,77	21,00	7,13	1,13	0,15
TO	31,10	19,59	17,40	23,70	7,81	0,27	0,14
Brasil	29,39	23,66	17,99	19,09	6,79	1,02	0,20

Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Atualização - Junho/2017. Elaboração: INFOPEN, 2017.

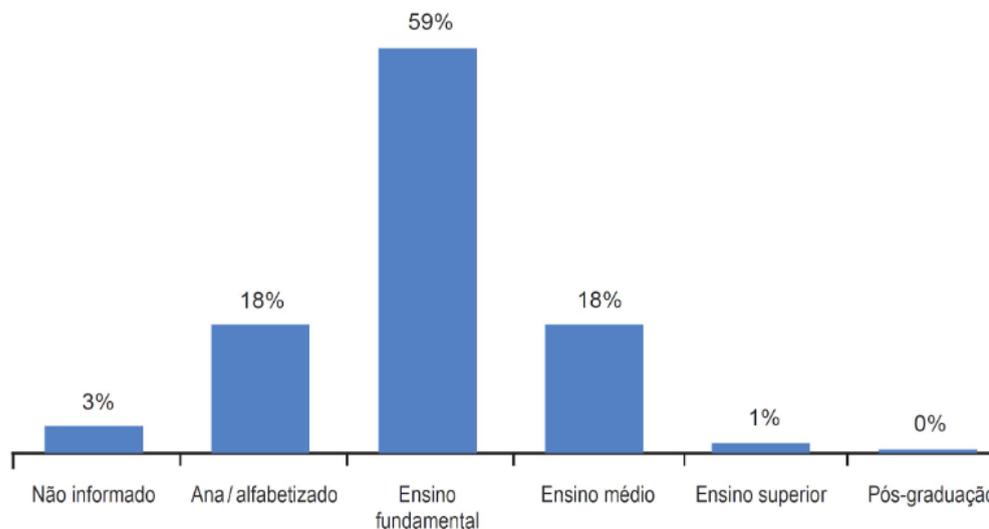
2.1.3 Grau de escolaridade da população carcerária brasileira

Os gráficos 7 e 8 se referem à escolaridade, excluindo da análise o ano de, respectivamente, 2010 e 2017. A ocultação do dado do ano de 2014 é efeito do Levantamento do INFOPEN 2014 possuir uma metodologia diferente, classificando o grau de instrução escolar somente em Ensino Fundamental completo e incompleto. No ano de 2017, novamente é reorganizada a metodologia de classificação, separando, inclusive, analfabetos de alfabetizados. Frente aos dados, da mesma forma, percebe-se que o perfil de escolaridade de presas(os) não foi alterado. Quando comparado aos percentuais de grau de instrução da população brasileira total (gráfico 9), observamos como o espaço carcerário é composto por 51% de pessoas com Ensino Fundamental incompleto, seguido da mescla entre alfabetizados, 5,85%, e Ensino Fundamental completo, 13,15%.

Com relação à distribuição da escolaridade das pessoas privadas de liberdade por Unidade da Federação, destacamos na Região Nordeste os estados de Alagoas (14,08%), Paraíba (11,59%), Pernambuco (10,89%), Piau (10,83%) e Rio Grande do Norte (10,08%) por concentrarem mais de 10% de analfabetos entre seus aprisionados/as, ou seja, estão entre o triplo e quádruplo do percentual de 3,27% do total da população carcerária categorizada em analfabeto. Em contrapartida, dentre os menores percentuais desta categoria de escolaridade estão os estados do Rio de Janeiro (1,47%), Distrito Federal (1,76 %), Amazonas(1,80%), Amapá (1,89 %), junto da Região Sul, Paraná (1,06 %), Santa Catarina (2,33%) e Rio Grande do Sul (2,49%)¹⁵.

¹⁵No anexo D consta o quadro deste dado.

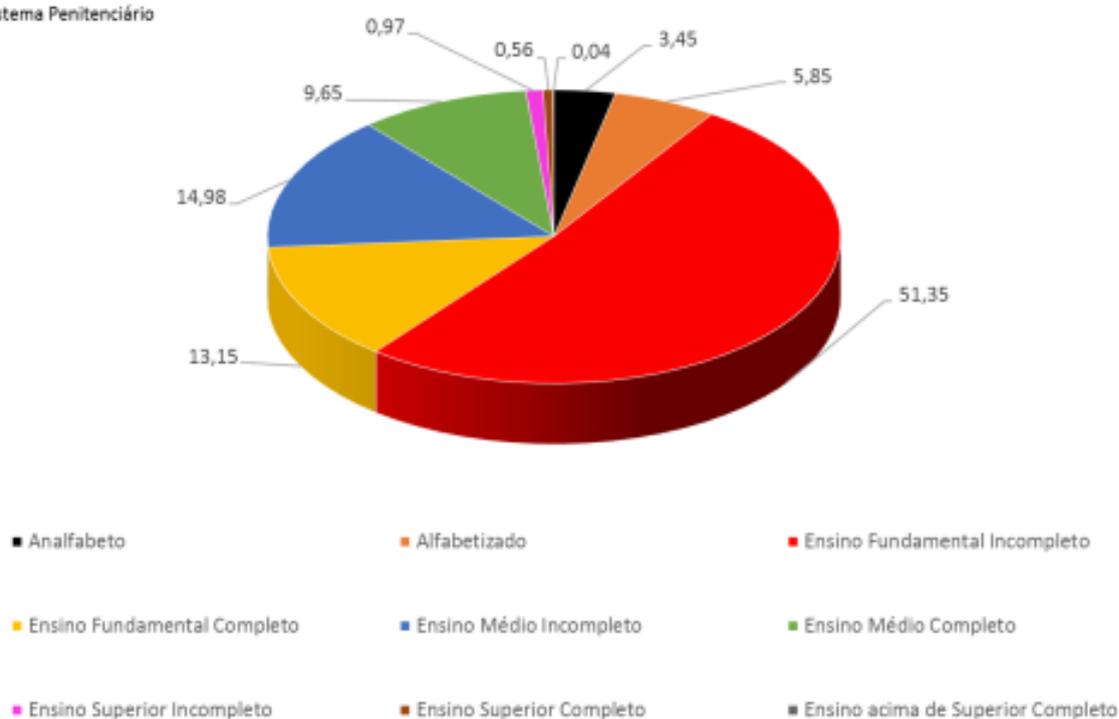
Gráfico 7 - Percentual de presos por grau de instrução em 2010 no Brasil



Fonte: BRASIL, Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional - Sistema Integrado de Informação Penitenciária (Infopen), Brasília, 2011. Elaboração: (MONTEIRO; CARDOSO, 2013)

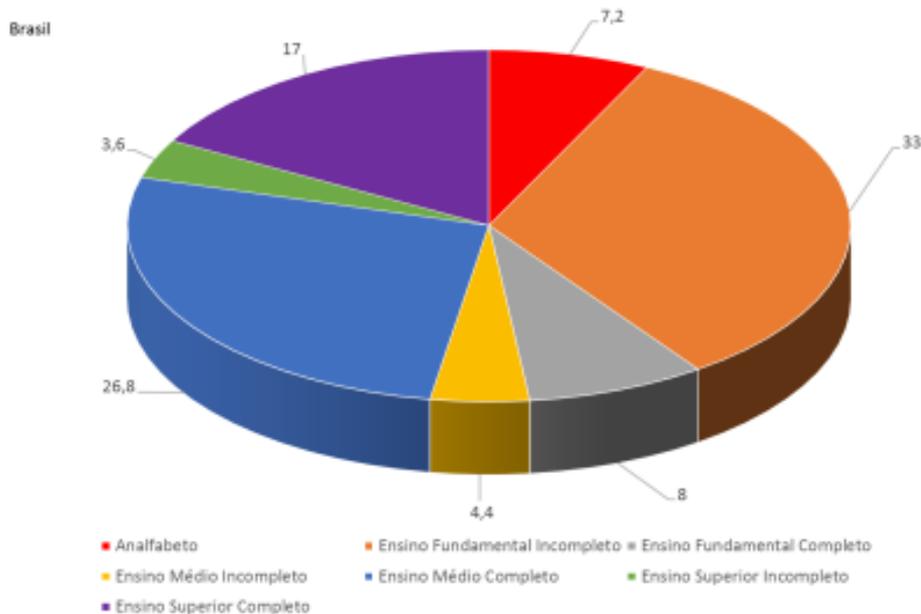
Gráfico 8 - Percentual de presos por grau de instrução em 2017 no Brasil

Sistema Penitenciário



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Atualização - Junho/2017. Elaboração: INFOPEN, 2017.

Gráfico 9 - Percentual de escolaridade da população brasileira em 2017 no Brasil

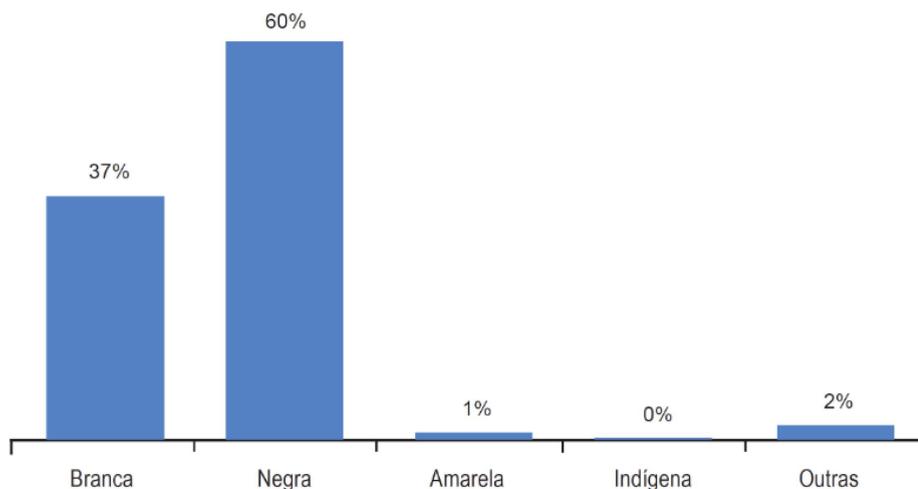


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017, Elaboração: INFOPEN, 2017.

2.1.4. Distribuição racial da população carcerária brasileira

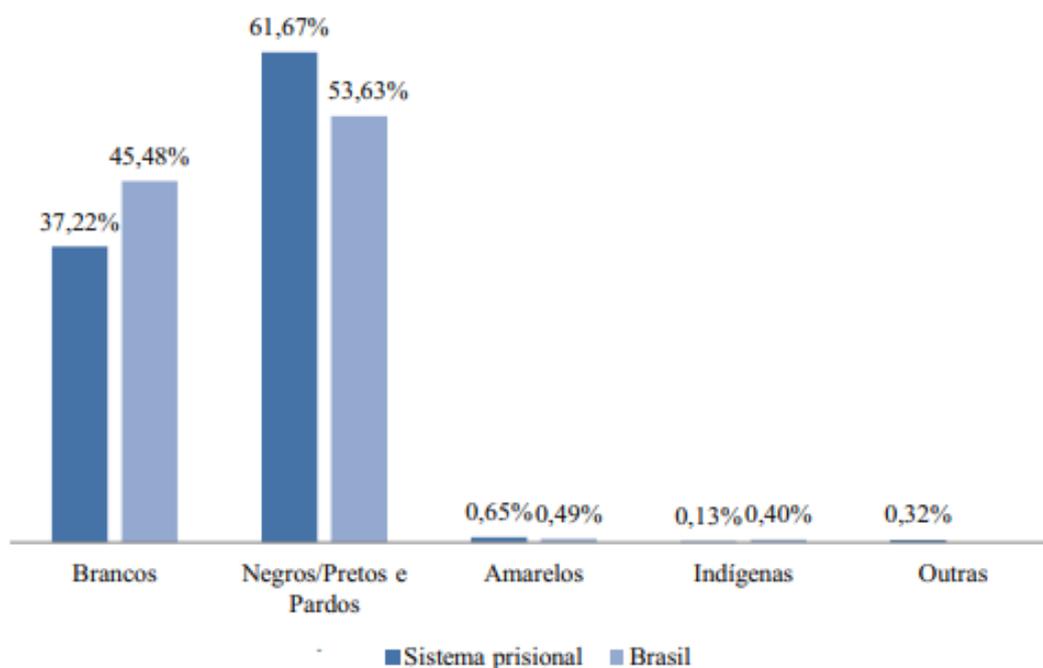
Nos gráficos 10, 11 e 12 estão os dados acerca do recorte racial. No período de 2010, 2014 e 2017, respectivamente, os percentuais mais expressivos raciais foram: Brancos/Branças: 37%, 37,22% e 35,48%; Negras/Negros (pretos/pretas/pardos/pardas): 60%, 61,67% e 63,64%. À luz do conhecimento dos percentuais coletados das informações de apenadas(os), entendo que a sutil progressão da porcentagem do encarceramento da população negra pode se dar de fato pelo aumento de número de prisões de negros/as e/ou pelo preenchimento da categoria raça ter obtido mais respostas, nesse sentido, também se compreende que a parcela de negros e negras possa ser ainda maior do que o Infopen informa, visto a defasagem em seu banco de dados.

Gráfico 10 - Percentual de presos por raça/etnia/cor em 2010 no Brasil



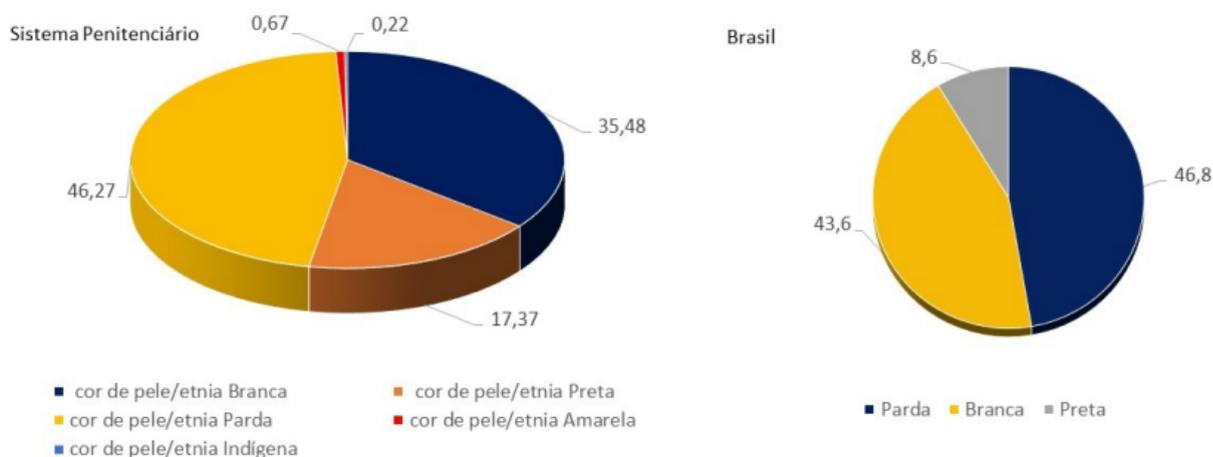
Fonte: BRASIL, Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional - Sistema Integrado de Informação Penitenciária (Infopen), Brasília, 2011. Elaboração: (MONTEIRO; CARDOSO, 2013)

Gráfico 11 - Percentual de presos por raça/etnia/cor em 2014 no Brasil



Fonte: BRASIL, Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional - Sistema Integrado de Informação Penitenciária (Infopen), Brasília, 2011. Elaboração: (MONTEIRO; CARDOSO, 2013)

Gráfico 12 - Percentual de presos do Brasil por raça/etnia/cor em 2017 no Brasil



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Atualização - Junho/2017. Elaboração: INFOPEN, 2017.

O Infopen/2014 informava que a composição racial no ano de 2014 era de: 61,67% negros, 37,23% brancos, 0,65% amarelos e 0,13% indígenas. O levantamento¹⁶ trouxe, junto dos percentuais raciais da população carcerária, a distribuição racial da população brasileira total por UF. No material é informada a porcentagem de 53,63% da população negra no Brasil em 2014, ao passo que 61,67% correspondia ao percentual aprisionados(as) negros(as). Com a diferença de percentuais de 8,04%. Os estados acima dessa diferença eram na

Região Sul:

Rio Grande do Sul: 33,54% da População Encarcerada era Negra (**pEn**), enquanto 19,74% era a porcentagem da População Negra no estado (**pn**) e a diferença (**≠**) dos percentuais de é 13,8.

Santa Catarina: 36,76% pEn, 15,72% pn (**≠**21,04).

Região Sudeste:

Rio de Janeiro: 72,57% pEn, 52,29% pn (**≠**20,28).

São Paulo: 54,46% pEn, 37,25% pn (**≠**17,21).

Espírito Santo: 76,58% pEn, 59,62% pn (**≠**16,96).

Minas Gerais: 67,84% pEn, 56,94% pn (**≠**10,9).

¹⁶ Anexo E.

Região Centro-oeste:

Mato Grosso do Sul: 61,63% pEn, 51,96% pn (\neq 9,67).

Mato Grosso: 75,51%pEn, 64,08% pn (\neq 11,43).

Goiás: 75,50% pEn, 60,23% pn (\neq 15,27).

Distrito Federal: 81,69% pEn, 57,33% pn (\neq 24,36).

Região Norte:

Rondônia: 79,36% pEn, 68,15% pn (\neq 11,21).

Acre: 87,56% pEn, 74,67% pn (\neq 12,89).

Região Nordeste:

Bahia: 87,82% pEn, 79,29% pn (\neq 8,53).

Paraíba: 77,05% pEn, 65,87% pn (\neq 11,18).

Ceará: 81,68% pEn, 69,99% pn (\neq 11,69).

Pernambuco: 79,93% pEn, 65,87% pn (\neq 14,06).

Rio Grande do Norte: 81,28% pEn, 59,29% pn (\neq 21,99).

Destaco o ano de 2014 pelo elevado encarceramento da população negra, quando comparado ao número da população negra, principalmente no Distrito Federal, no Rio Grande do Norte, em Santa Catarina e no Rio de Janeiro. Em razão de nessas UF ultrapassarem a marca da diferença de 20% na comparação de composição racial preta/parda no estado e nas penitenciárias. Ademais, nas UFs do Maranhão, Amapá e Sergipe são encontradas sutis porcentagem de pessoas brancas presas maiores do que da população branca nesses estados.

Na tabela abaixo, do ano de 2017, expõe-se a distribuição racial das pessoas privadas de liberdade de cada estado. Notável a mudança de metodologia da coleta da informação. No Levantamento do Infopen 2017, a informação da raça/cor foi coletada e classificada em: brancos, amarelos, indígenas, pretos e pardos. Diferenciando, portanto, do Levantamento anterior, em que apresentava “negra/negro”, ao invés de “pretos/pretas” e “pardos/pardas”.

O Infopen informava que a composição racial no ano de 2017 era de: 61.66% negros, 34,38% brancos, 0,71% indígenas e 0,65% amarelos. Ao destrinchar o dado por UF e, em comparação com o levantamento de 2014, destaco a Região Nordeste. Com tímidos encolhimentos percentuais ou estabilização das informações, a região somente não apresentou

declínio na parcela de negras e negros nos estados de Pernambuco 80,39% (era 79,93% em 2014) e Alagoas 83,85% (era 76,91% em 2014). Nesta Região, ainda que esta porcentagem não apresente notáveis aumentos, peço que não leiam como um “respiro”, uma vez que, por exemplo, a diferença de percentual da pEn na Bahia de 2014 para 2017 aumentou apenas 0,11%, mas totalizam 87,82% de apenados negros/as.

Nas demais regiões, houve um expressivo crescimento também na porcentagem da população negra em: Amapá 76,8% (60,32% em 2014), Paraná 35,15% (31,99% em 2014), Mato Grosso 78,86% (era 75,51% em 2014), Acre 89,36% (87,56% em 2014), São Paulo 56,42% (54,46% em 2014) e Rio de Janeiro 73,26% (72,57% em 2014).

Tabela 5 - Raça/Etnia/cor das pessoas privadas de liberdade por Unidade de Federação em 2017 no Brasil

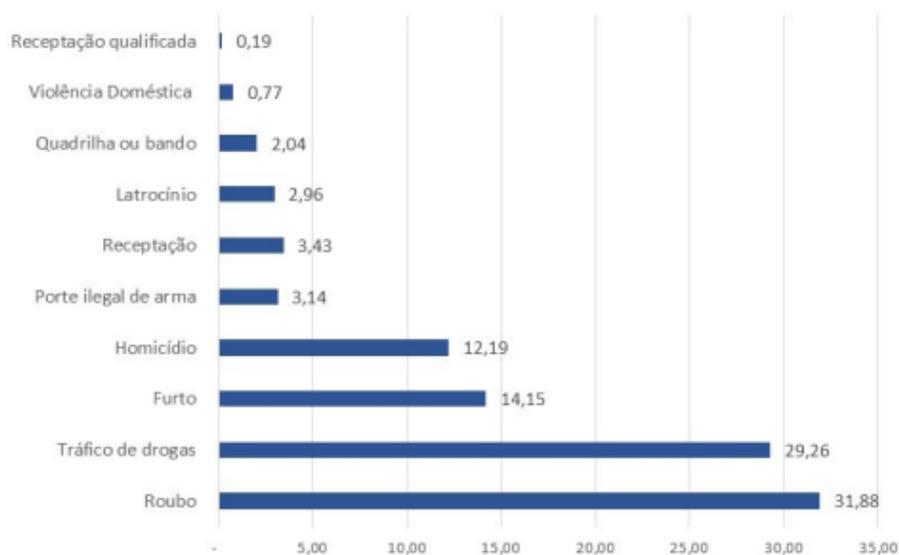
Percentual de pessoas privadas de liberdade por faixa etária e UF						
UF	cor de pele/etnia Branca	cor de pele/etnia Preta	cor de pele/etnia Parda	cor de pele/etnia Amarela	cor de pele/etnia Indígena	cor de pele/etnia não informado
AC	6,87	9,20	80,16	3,24	0,18	0,35
AL	15,04	20,89	62,96	0,00	0,04	1,08
AM	14,79	5,45	69,57	0,45	0,12	9,62
AP	8,52	16,71	60,09	0,53	0,46	13,68
BA	9,89	25,10	62,61	0,16	0,17	2,06
CE	11,66	10,68	56,05	0,95	0,46	20,21
DF	15,68	24,74	56,65	0,46	0,10	2,37
ES	20,98	21,55	52,58	2,84	0,04	2,02
GO	22,03	19,16	55,45	0,70	0,02	2,64
MA	14,64	30,28	46,14	1,76	0,14	7,04
MG	25,70	22,40	44,59	1,63	0,19	5,49
MS	34,64	10,31	51,98	0,56	1,77	0,74
MT	17,06	15,61	63,25	0,55	0,05	3,48
PA	14,82	19,09	63,46	2,13	0,18	0,32
PB	16,99	13,60	50,79	0,29	4,53	13,80
PE	14,91	15,97	64,42	1,55	0,09	3,06
PI	15,34	11,08	53,85	0,39	0,08	19,26
PR	62,72	8,50	26,65	0,52	0,04	1,57
RJ	25,49	27,02	46,24	0,07	0,01	1,18
RN	17,09	10,64	54,01	0,03	0,00	18,24
RO	16,04	13,30	64,21	1,19	0,21	5,04
RR	6,73	13,53	57,02	0,00	4,26	18,46
RS	66,73	12,68	19,55	0,47	0,49	0,07
SC	59,32	11,08	24,66	2,58	0,02	2,35
SE	8,85	13,18	71,19	0,75	0,00	6,03
SP	42,50	15,33	41,09	0,14	0,01	0,93
TO	16,85	18,55	64,30	0,00	0,00	0,31
Brasil	34,38	16,83	44,83	0,65	0,21	3,10

Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Atualização - Junho/2017. Elaboração: INFOPEN, 2017

2.1.5. Distribuição da tipificação do crime por gênero da população carcerária brasileira

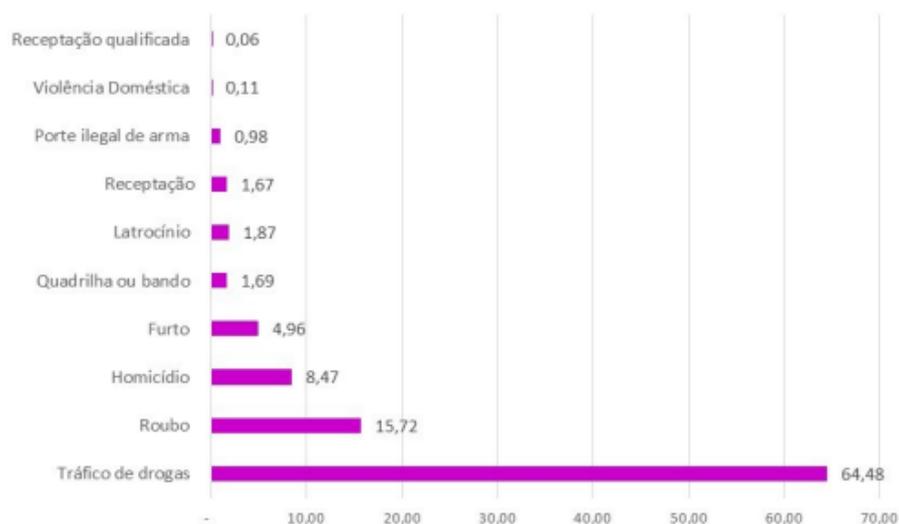
Ao que se refere aos crimes tentados/consumados entre as (os) apenadas(os), no contexto do Brasil, o tráfico desponta no ranking de tipificação, com quase 30%. Todavia, se aglutinamos as tipificações de furto e roubo, no caso dos homens, estas tomam a liderança dos crimes que mais aprisionam. Nesse sentido, ao examinarmos os percentuais de distribuição por gênero dos crimes tentados/consumados entre os registros das pessoas privadas de liberdade, em 2017, verificamos as tipificações acima que destacam-se no gráfico. Graficamente, é perceptível o salto de mulheres encarceradas por tráfico de drogas. Os argumentos proposto por Bucher-Maluschke, Silva e Souza (2019) para compreender o super crescimento recente do encarceramento em massa da população feminina relacionado às alterações de 2006 na Lei de Drogas 11.343, condizem com o exposto: uma taxa de aprisionamento crescente em exponencial após 2006, seguido dos elevados percentuais de mulheres detidas por tráfico de drogas.

Gráfico 13 - Distribuição por gênero dos crimes tentados/consumados entre os registros das pessoas privadas de liberdade, por tipo pena -homens em 2017 no Brasil



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Atualização - Junho/2017. Elaboração: INFOPEN, 2017

Gráfico 14 - Distribuição por gênero dos crimes tentados/consumados entre os registros das pessoas privadas de liberdade, por tipo pena -mulheres em 2017 no Brasil



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Atualização - Junho/2017. Elaboração: INFOPEN, 2017

Correlacionando e internacionalizando os marcadores de gênero, raça, migração e tempo de pena, o Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC) há mais de duas décadas vem assistindo as mulheres migrantes egressas do sistema prisional brasileiro, criando, em 2017, o Projeto Migrantes Egressas /Projeto Mulheres Migrantes. Com o decorrer dos mais de 1500 atendimentos, organizou o seu material produto da análise dos dados coletados nos atendimentos boletins temáticos¹⁷, como, por exemplo, em 2021, publicou "Raça/cor/etnicidade e território: analisando as penas de mulheres migrantes em conflito com a Lei". Dentre o quadro de amostragens total do banco de dados do ITCC, 92% tratavam-se do crime de tráfico de drogas, tráfico internacional de drogas ou associação para o tráfico, majoritariamente as apenas não tinham antecedentes criminais em seus países¹⁸. Ademais,

O deslocamento das mulheres em conflito com a lei atendidas pelo ITTC é um microfluxo: ou seja, dentre os deslocamentos vinculados ao tráfico de drogas no mundo todo, a movimentação destas mulheres situa-se em trechos internacionais de baixa frequência. Neste contexto, dentro deste microfluxo, as mulheres atuam como *microcomercializadoras* ou *microtraficantes*, mas, ainda assim, são

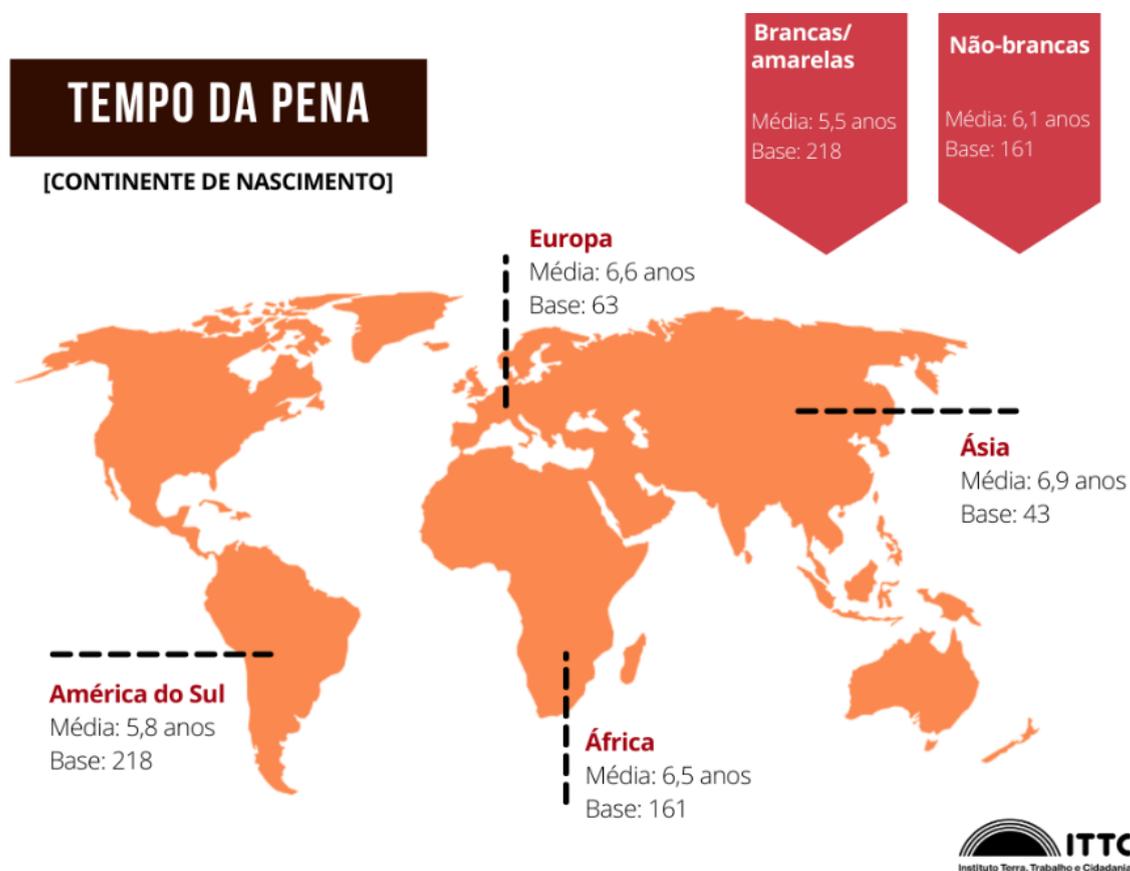
¹⁷ A fim de divulgar e debater as informações coletadas, a partir de 2019, o ITTC publica boletins temáticos contemplando questões que tangem a vida das mulheres migrantes em conflito com a lei Disponível em; <http://itcc.org.br/boletins/> acesso em 25 out/22.

¹⁸ Anexo G.

tratadas pelos juízes como traficantes de grande escala – isto sem levarmos em conta os aspectos da criminalização forçada ou do tráfico de pessoas. Além disso, o ITTC sustenta o argumento de que o flagrante delito destas mulheres é utilizado pelos traficantes de grande escala na tentativa de desviar a atenção das autoridades competentes em relação aos carregamentos principais. Nesse sentido, a prisão de mulheres migrantes em posse de pequenas quantidades de drogas pode criar circunstâncias facilitadoras para os traficantes de grande escala. (RAÇA, 2021, s.p.).

Na figura abaixo, o produto deste levantamento do ITTC espacializa as médias de penas das mulheres migrantes de acordo com o continente de origem, sendo a menor média na América do Sul e na África. O instituto considera que as proximidades linguísticas para as mulheres migrantes vindas da América Platina e Andina (5 anos e 4 meses em média) têm facilitado no ato do julgamento de condenação, quando comparado às migrantes asiáticas, de língua materna com tronco linguístico longe do Português. Essas obtiveram a maior média de pena (6 anos e 5 meses), 1 ano e 1 mês a mais da menor média. Paralelamente, Brancas/amarelas obtiveram 5,5 anos de condenação, ao passo que; Não-brancas, 6,1 de tempo de pena.

Figura 2 - Raça/cor/etnicidade e território: Analisando as penas de mulheres migrantes em conflito com a lei no Brasil



Fonte e Elaboração: ITTC - Instituto Terra, Trabalho e Cidadania, 2021

2.1.6. As mães e os pais que compõem a população carcerária brasileira

No tocante à distribuição do número de filhos/filhas por aprisionada(o) em 2017, nos gráficos abaixo, é elementar apontarmos ausência da informação dos detentos(as) que não possuem filhos. Através do Infopen Mulheres 2017 e de levantamentos do ITTC, podemos concluir que em percentuais significativos muitas das presas são mães. Ainda nas análises a cerca das mulheres privadas de liberdade, o ITCC descreve:

Segundo os dados do relatório¹⁹, pela primeira vez desde 2006 houve uma redução no número de mulheres presas em relação ao ano anterior. Em 2016 havia cerca de 40.970 mulheres em privação de liberdade, e em 2017 esse número foi para 37.830, representando uma redução de 7,7%. Uma das justificativas para esta redução é a aplicação do Marco Legal da Primeira Infância a partir de 2016, que

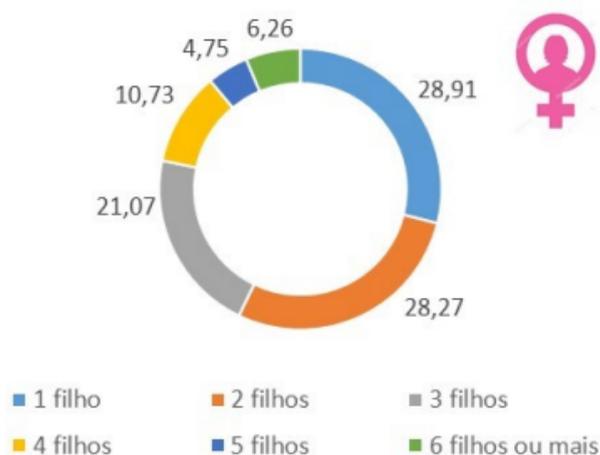
¹⁹3ª edição do Infopen Mulheres, com dados relativos à população prisional feminina no Brasil em junho de 2017.

prevê a substituição da prisão provisória em prisão domiciliar para gestantes, mulheres com filhos até 12 anos ou responsáveis por pessoas portadoras de alguma deficiência. Entretanto, ainda é uma redução bastante tímida se levarmos em consideração que a maioria das mulheres em conflito com a lei têm filhos e foram acusadas por crimes não violentos. (ITCC, 2020, s.p).

Diante disso, observamos o impacto que o sistema penitenciário pode ter, ao voltar o seu olhar à compreensão de quem são os seus aprisionados, neste caso, aprisionadas mães. Por conseguinte, o encarceramento de mães é o início de um ciclo que pode influenciar na evasão escolar, no trabalho infantil e no ingresso nas redes de tráfico ou organizações por parte de jovens e crianças. Tal situação é mais expressa na vulnerabilidade de filhos e filhas de pais detentos, e, posteriormente, quando a mãe também se torna apenada.

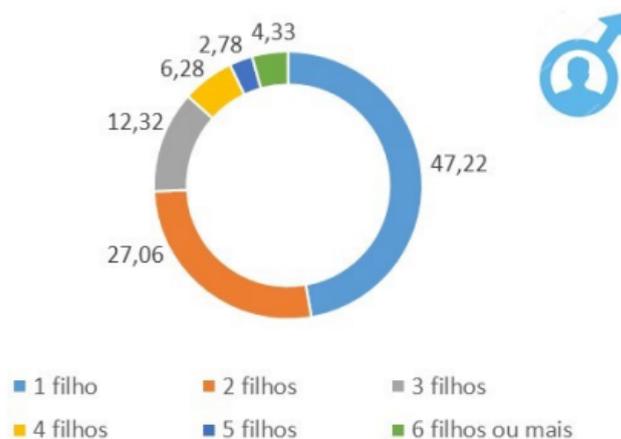
Ao avaliarmos os dados abaixo (Gráfico 15 e Gráfico 16), notamos que os homens têm em maioria 1 descendente, ao aglutinamos as classes quantitativas, 86,6% tem até três filhos, de 1 a 3 filhos, e 13,35% de 4 a 5 filhos e 4,66% mais de seis filhos. Em contrapartida, o número total de filhos das detentas mães se concentra em mais 1 filho, correspondendo a 78,25% com 1 filho a 3 filhos, 21,74 % de 4 a 5 filhos e 6,26% mais de seis filhos.

Gráfico 15 -Número total de filhos/as daquelas que estão no Sistema Penitenciário em 2017 no Brasil



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Atualização - Junho/2017. Elaboração: INFOPEN, 2017

Gráfico 16 - Número total de filhos/as daqueles que estão no Sistema Penitenciário em 2017 no Brasil



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Atualização - Junho/2017. Elaboração: INFOPEN, 2017

Ainda que tenhamos construído acima um pequeníssimo esboço da população carcerária, é latente o uso do sistema brasileiro penitenciário como instrumento de “aspirador social”,

no qual o aumento de sua população deve-se mais a uma política de repressão e de criminalização à pobreza, do que a uma política capaz de diminuir as ocorrências criminais. Torna-se importante colocar o debate sobre a criminalidade em um plano que leve em consideração questões sobre desigualdade social e econômicas enquanto elementos partícipes dessa “equação”, acompanhados da discussão sobre o acesso à justiça. (MONTEIRO; CARDOSO, 2013, p. 101)

Aproveito do final desta seção para dar luz a um recorte emblemáticos, do qual extrai da tese de Raimundo Arruda, “Geografia do Cárcere: Territorialidades na vida cotidiana carcerária no sistema prisional de Pernambuco”, acerca da espacialidade e do perfil dos sujeitos apenados entrevistados:

Nos bairros periféricos das cidades brasileiras, abandonados pelo poder público, mas sob controle rígido das quadrilhas e dos policiais corruptos, alimenta-se um ciclo de violência que deságua em conflitos interpessoais que são resolvidos também de forma violenta. A prática de roubos e/ou furtos para suprir a carência financeira e o assassinato de pessoas para resolver conflitos interpessoais aparece como principais delitos. Mesmo trabalhando, a gravidez da esposa e os gastos extras representavam um peso significativo no orçamento doméstico e foi o estopim para a prática dos crimes:

Em 2000 trabalhava como ajudante de pedreiro clandestino, minha mulher estava grávida e precisava comprar o berço e o enxoval. Arrumei uma arma e comecei a roubar em pequenos mercadinhos e

armazéns, quando em 2001 fui preso pela primeira vez. Em 2011 caí por um homicídio. (Antônio - 2012)

Morador de um bairro da periferia, com baixo grau de escolaridade e sobrevivendo no emprego informal como ajudante de pedreiro, os gastos com o nascimento do filho serviram de justificativa para a sua inserção em pequenos crimes. Quando em 2011 é mais uma vez retido na rede do sistema prisional, agora na condição de homicida, argumentou que “matou para não morrer” e que usa armas para se defender dos inimigos. Os bandidos dos bairros e os policiais geralmente são apontados como algozes de ex-detentos. A sua experiência biográfica descortina aspectos de nossa sociedade e de como a violência molda as relações na periferia das grandes cidades brasileiras. Deve-se ressaltar aqui que estas práticas de justiça pelas próprias mãos são frequentemente antecedidas por uma violência institucional / oficial praticada por meio de uma política de Estado que se caracteriza pelo abandono público destes bairros. Os conflitos nas relações dentro da própria família ou no contato com os vizinhos na comunidade deságuam em atos violentos como os assassinatos. E são indicativos da privatização da justiça e da vingança pessoal na resolução de conflitos domésticos. Eis outro depoimento:

Fui detido agora por suspeita de assassinato. Mas na primeira vez foi por assalto, Houve o assassinato de uma jovem que tinha discutido comigo e fiquei como principal suspeito. (Romero, 2012)

Corroborado pela fala de outro preso ao afirmar: “ter matado um rapaz, que era vizinho e perturbava muito, me agredia por palavras. Comprei uma arma e o matei” (Júnior - 2012). Um detento bem jovem, com vinte e quatro anos, narra sua trajetória de vida, sempre ligada a instituições fechadas, afirma-nos que:

Desde adolescente que vivo em presídio passei pela FUNASE²⁰ e depois fui direto para o presídio. Nunca trabalhei e sempre vivi no crime. Meu pai é policial e está preso, ele já era assassino e bandido. Sempre vivi em um presídio da impressão que estou de férias quando estou fora do presídio (Pedro, 2012).

Ele aponta as dificuldades que enfrenta nos raros momentos de liberdade ao não saber se comportar na sociedade. Para ele, o presídio é um ambiente familiar, pois conhece as regras que aprendeu desde sua adolescência na Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNASE) que segundo ele apresenta normas de convivência "semelhantes às das prisões". Os efeitos da prisão sobre o jovem detento se incorporaram de tal forma que o impede um retorno ao convívio social. (ARRUDA, 2015, p.112-114)

Dessa forma, encerro esta seção em acordo com as sínteses de Laura Pino (2019 p. 22.): “é a mesma população que sempre é encarcerada. São ‘diferentes cadeias, mesmos

²⁰Instituição voltada para crianças e adolescentes em conflito com a lei em Pernambuco.

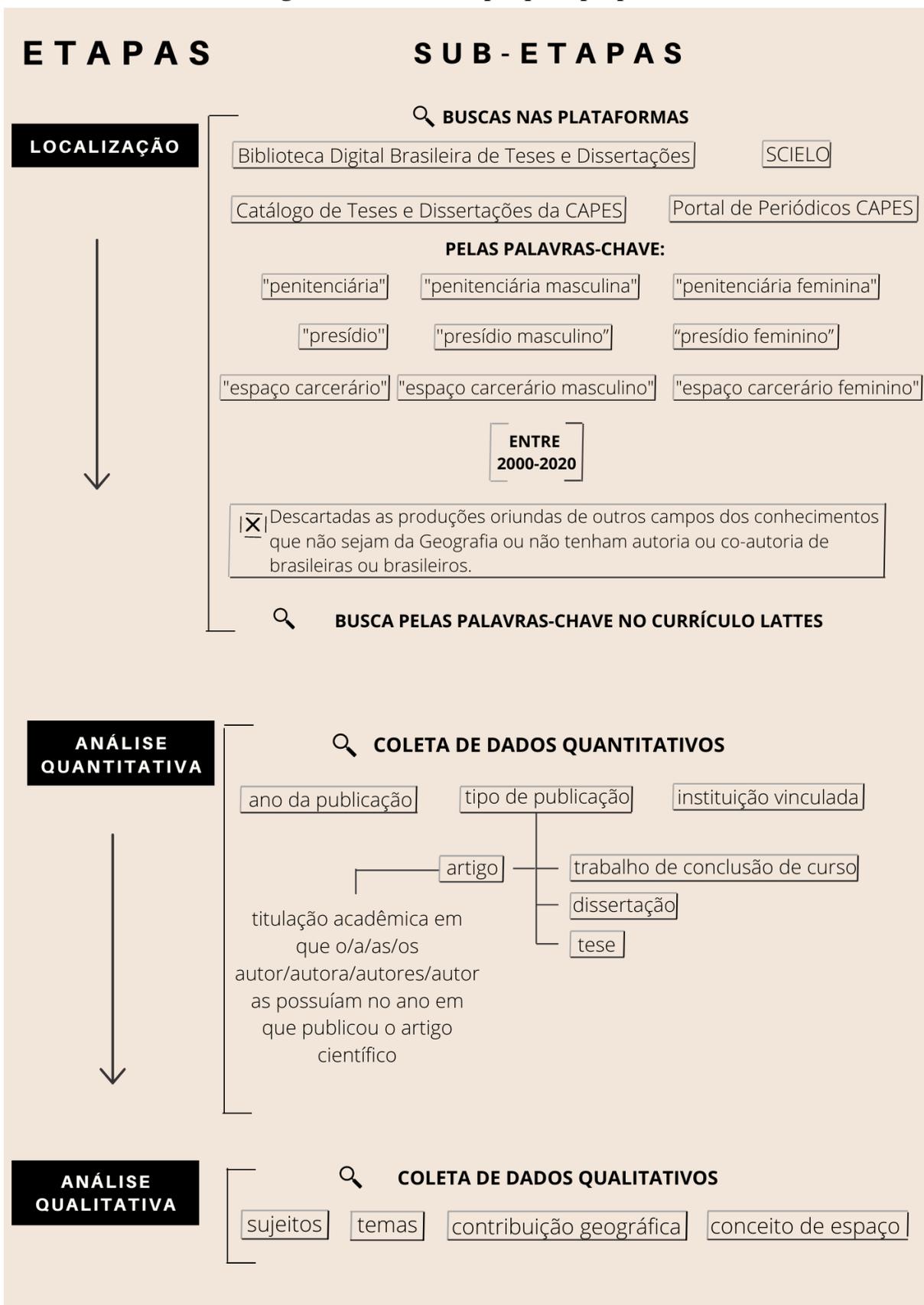
presos, mesmo povo, mesma falta de esperança' (DJONGA, 2017)". Parfraseando-a: de acordo com o INFOPEN, esse "povo" é formado de 63,64% negros (enquanto na população total brasileira são 55,4%), 35,48% brancos e 1% de amarelos e 0,22% indígenas; mais da metade, 53,46%, são jovens (de até 29 anos) e 51,35% têm ensino fundamental incompleto.

3. METODOLOGIA

Em face do objetivo desta pesquisa, de elaborar um panorama dos trabalhos acadêmicos produzidos pela Geografia brasileira sobre espaços carcerários no período de 2000 a 2020, foram sendo moldados os caminhos metodológicos. Por conseguinte, considerei imprescindível que o estado da arte contemplasse tanto análises quantitativas como qualitativas.

Em síntese, preliminar às análises, localizo os trabalhos nas plataformas, depois, divido a pesquisa em duas etapas. A primeira etapa, quantitativa, na qual extraio dados brutos, identificando o ano de publicação, a universidade e o tipo de publicação, visando compreender a distribuição temporal e espacial dessa produção. A segunda etapa, qualitativa, na qual direciono o olhar a identificar quem são os sujeitos e quais são os temas, compreender quais os conceitos de espaço geográfico articulados para evidenciar à Geografia o espaço carcerário. Também compreendo que os conhecimentos e as pesquisas da Geografia podem contribuir com as prisões, e que essas contribuem para o crescimento da ciência geográfica. Na figura abaixo, pode-se visualizar o fluxo de pesquisa descrito acima.

Figura 3 - O fluxo de pesquisa proposto



Elaboração: Camila Madrid (2020).

Na etapa preliminar, nomeada “Localização”, procurei os trabalhos científicos a serem analisados. Realizei a coleta destes em diferentes plataformas, ampliando o número de análises, e, conseqüentemente, potencializando a ampliação dos resultados da pesquisa. Os bancos de dados escolhidos foram: a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), o Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) o Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e o Portal de Periódicos CAPES.

A seleção dos portais é justificada pelo seu reconhecimento acadêmico, assim como por usufruir da possibilidade de consultar duas plataformas para as dissertações e as teses, e, duas plataformas para os artigos. Como efeito, assegurando o encontro da temática a ser pesquisada em diferentes categorias de publicação, partindo da premissa da baixa produção geográfica abordando o espaço carcerário.

A triagem dos trabalhos foi realizada através da busca de palavras-chave nas bases de dados das plataformas já mencionadas. As palavras-chaves procuradas foram as seguintes: "penitenciária", "penitenciária masculina", "penitenciária feminina", "presídio", “presídio masculino”, “presídio feminino”, "espaço carcerário", "espaço carcerário feminino" e "espaço carcerário masculino", sendo buscadas junto de “Geografia”.

A seleção dessas palavras-chaves foi pautada em breve verificação de sua repetibilidade em trabalhos acadêmicos sobre o tema durante a pesquisa bibliográfica. Ainda da escolha, as palavras-chaves necessitavam da capacidade de que fossem amplas, pensando no espaço carcerário, mas não muito abrangentes, localizando trabalhos de outras áreas e temas da Geografia. À exemplo, caso buscasse por “espaço”, em vez de “espaço carcerário”, teria de encarar uma infinidade de produções não relacionadas à temática.

O intervalo temporal pesquisado é de 2000 a 2020. A escolha por este intervalo de duas décadas, inicialmente, surge sob a premissa da marginalidade, ou seja, da baixa produção geográfica acerca do espaço carcerário na produção acadêmica. Segundo que, e em consonância à metodologia de Pinto, Silva e Junckes (2021), com relação a hegemonias temáticas nas publicações da Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE), o recorte temporal das análises é delimitado e justificado pelo seguinte:

No curso de duas décadas, ocorreu um expressivo aumento do número de programas de pós-graduação no território brasileiro. Este processo não foi diferente na Geografia, a área atualmente registra 77 cursos *stricto sensu*, o que corresponde a mais do que o triplo em relação aos 19 existentes em 1998 (Dantas, 2017). Acompanhado deste fenômeno também ocorreu um processo

de interiorização destes cursos, ampliando a oferta para além do Sudeste e de algumas capitais no Sul e Nordeste, visando mitigar assimetrias regionais e promover um desenvolvimento mais generalizado no território nacional (Sant'anna Neto, 2014). Todavia, segundo terminologia utilizada por Dantas (2017) na última avaliação de área da CAPES, os programas de pós-graduação em Geografia no país estariam hierarquizados em três categorias: área core (das metrópoles São Paulo e Rio Janeiro, com evidente destaque para USP e UFRJ); periferia próxima (interior de São Paulo, com UNESP-PP e UNICAMP, e do Rio, UFF, e Minas Gerais, sobressaindo UFMG); e periferia distante (nas regiões Nordeste, como UFC e UFPE; Sul, com UFRGS e UFPR; e Centro-Oeste, UFG e UnB). (PINTO; SILVA; JUNCKES, 2021, p. 67)

Pinto, Silva e Junckes (2021) consideram que a expansão numérica do arranjo dos programas de pós-graduação, em 1998, bem como a expansão espacial destes, além de ampliar a produção científica, também revela uma janela de possibilidade de novas temáticas, ainda que não rompa totalmente as tradicionais geometrias de poder. Complemento este porquê de direcionar o olhar para a pós-graduação julgando que das quatro plataformas de busca, duas são alimentadas com artigos e duas com teses e dissertações - BDTD e Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

As análises das hegemonias temáticas da Geografia, a partir de publicações na Revista da ANPEGE de Pinto, Silva e Junckes (2021), foi realizada como um experimento-piloto. Usei dessa maleabilidade. Alterei o marco temporal inicial das buscas de 1998 para o ano de 2000, devido à existência de um tempo mínimo para tornar visível os efeitos da expansão dos programas de pós-graduação em publicações de produções acadêmicas. O tempo mínimo que considerei para que os frutos desta janela de novas possibilidades temáticas fossem apresentados foi o tempo de formação médio do mestrado. O mestrado por ser o primeiro nível de ensino da pós-graduação, assim como, realizado em um curso de tempo menor do que o doutorado. Ademais, Suertegaray (2017) no artigo “ A expansão da pós-graduação em Geografia e a ANPEGE”, traça, inicialmente, uma comparação entre os anos de 1996 e 2001 para evidenciar o crescimento e a expansão da implementação de programas de pós-graduação. O deslocamento temporal, portanto, de 1996 para 2000, não tende a prejudicar ou reduzir a localização destas pesquisas da Geografia centradas no espaço carcerário. Por fim, o ano de 2020 é selecionado como limite da busca por ser o ano em que este TCC tem seu início.

Ainda quanto ao encontro das produções a serem analisadas, na identificação dos trabalhos descartei as produções oriundas de outros campos do conhecimento que não sejam da Geografia brasileira, bem como a eliminação de produções repetidas. Esses filtros são

fundamentais para que o resultado da análise corresponda somente às pesquisas geográficas brasileiras.

Selecionadas as pesquisas para a sistematização, é iniciada a primeira etapa da revisão. A análise quantitativa de dados compete à informação da origem da produção científica. Os dados coletados em cada etapa foram: ano da publicação, tipo de publicação (artigo, trabalho de conclusão de curso, dissertação ou tese) e instituição vinculada.

Esta etapa de procedimento metodológico tem caráter quantitativo e tem relevância por possibilitar relações de similaridade entre os trabalhos avaliados e tornar robustas as análises dos resultados desta pesquisa. Nesse sentido, o levantamento, quanto ao ano da publicação, possui intencionalidade de examinar os crescimentos e os declínios no número de publicações de cada ano. Verificando também a possibilidade e as evidências textuais, se há um diálogo com agendas, eventos sociais ou legislações e suas respectivas modificações, as quais possam ter impulsionado o interesse de geógrafos(as) sobre o tema.

Em seguida, a identificação do tipo de publicação pode revelar em que nível de formação acadêmica o espaço carcerário na Geografia teve abertura e foi objeto de pesquisas científicas. Nesta sub-etapa de tipos de publicação, realizei um procedimento a mais para os artigos científicos, em razão de que podem ser produzidos ao longo das etapas de formação acadêmica. Em seguida, a identificação da instituição em que o autor ou autora e co-autoria possam ter vínculo quando da publicação evidenciam se os trabalhos com essa temática estão concentrados em poucas instituições ou dispersos.

Ademais, os resultados obtidos foram analisados com demais informações que levantaram hipóteses sobre a distribuição espacial dos mesmos. Como, por exemplo, a relação com as notas dos programas de pós-graduação atribuídas pelo Ministério da Educação, bem como, os percentuais de déficits de vagas no sistema prisional brasileiro, identificando “onde” podem efervescer as pesquisas na Geografia voltadas às/os aprisionadas/os e as prisões.

A última etapa de investigação tem caráter qualitativo, para que nesta pesquisa se possa identificar particularidades da produção científica na Geografia sobre o espaço carcerário. Desta forma, extraí dados das seguintes categorias: os sujeitos, os temas, as contribuições geográficas e o conceito de espaço geográfico. O conhecimento destes dados foi imprescindível para compreender a produção em si, quem foi visto nestes espaços (quem não), quais foram os temas, onde essas produções não conseguiram avançar e existem lacunas possibilidades de pesquisa, como e qual conceito de espaço geográfico

permite/viabiliza/fundamenta as autoras e os autores a produzir sobre o espaço carcerário. Em consonância com Madrid, Lenzi e Eberhardt (2019), a identificação dos sujeitos e dos temas abordados será por meio do título, das palavras-chave, dos resumos e, quando necessário, a leitura na íntegra do trabalho.

Por conseguinte, a análise nos trabalhos levantados se direciona a compreender qual o conceito de espaço geográfico orienta e fundamenta as pesquisas. Compreendendo também como foram relacionados os espaços carcerários e o espaço geográfico. Por fim, reviso as contribuições da ciência geográfica para a construção dos trabalhos. Ou seja, identificar quais foram os elementos, os conceitos da Geografia ou qual área deu suporte teórico para a elaboração do trabalho. Essa observação é fundamental para apresentar quais caminhos teórico-metodológicos as geógrafas e os geógrafos têm estruturado os diálogos entre a Geografia e o espaço carcerário. Além disso, são reveladas as lacunas que podem direcionar futuras pesquisas sobre o tema.

Posto os procedimentos metodológicos desta pesquisa, com o objetivo de construir um panorama acerca das publicações existentes, é pertinente colocar que todos os dados coletados na revisão sistemática irão, ao longo de todas as etapas, compor planilhas com os seus respectivos dados. Em razão da capacidade de sintetização das informações destes instrumentos visuais.

No primeiro portal, SCIELO, apliquei os seguintes filtros, além do intervalo do ano de 2000 a 2020, idioma português e artigo como tipo de literatura. Os resultados estão presentes na tabela 6. Em uma busca geral, foram contabilizados 228 artigos. Esse número se reduz drasticamente quando refeitas as pesquisas com a palavra “Geografia”, quando foram encontrados 6 trabalhos, havendo 1 para “penitenciária”; 2, “presídio”; 2, “espaço carcerário”; e 1, “espaço carcerário feminino”.

Tabela 6 - Levantamento de trabalhos do SCIELO

SCIELO		
PALAVRAS-CHAVE	SEM "+GEOGRAFIA"	COM "+GEOGRAFIA"
Penitenciária	85	1
Penitenciária masculina	8	0
Penitenciária feminina	25	0
Presídio	91	2
Presídio masculino	2	0
Presídio feminino	11	0
Espaço carcerário	4	2
Espaço carcerário masculino	1	0
Espaço carcerário feminino	1	1
TOTAL	228	6

Fonte: SCIELO. Acesso em: 29 mar/2021. Elaboração: Camila Madrid (2021).

Na tabela 7 exponho a busca no Portal de Periódicos da CAPES. Neste, os filtros específicos foram: no tipo de recurso: artigo, e, no idioma: português. A busca pelas palavras-chaves foi em “qualquer parte do texto”. Essa escolha se deu por entender que, ao colocar no filtro a busca das palavras-chaves exclusivamente no "título" o portal descartaria o encontro dessas ao longo dos textos.

Deste modo, encontrei, primeiramente, 934 pesquisas relacionadas à temática. Posteriormente, quando incluí o palavra-chave “Geografia”, localizei 166, divididos em: 37 “penitenciária”, 7 “penitenciária masculina”, 6 “penitenciária femininas”, 54 “presídio”, 11 “presídio masculino”, 8 “presídio feminino”, 32 “espaço carcerário”, 3 “espaço carcerário masculino” e 8 “espaço carcerário feminino”.

Tabela 7 - Levantamento de trabalhos no Periódicos da CAPES

PERIÓDICOS DA CAPES		
PALAVRAS-CHAVE	SEM "+GEOGRAFIA"	COM "+GEOGRAFIA"
Penitenciária	501	37
Penitenciária masculina	54	7
Penitenciária feminina	74	6
Presídio	124	54
Presídio masculino	58	11
Presídio feminino	9	8
Espaço carcerário	84	32
Espaço carcerário masculino	11	3
Espaço carcerário feminino	19	8
TOTAL	934	166

Fonte: Periódicos da CAPES . Acesso em: 29 mar/2021. Elaboração: Camila Madrid (2021).

A terceira plataforma pesquisada foi a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Nesta, o único filtro aplicado foi o temporal, entre 2000-2020. Do total inicial de 1422 produções da pós-graduação, despenco para 37 trabalhos. Com os buscadores da BDTD o resultado encontrado se distribui em: 8 “penitenciária”, 3 “penitenciária masculina”, 2 “penitenciária femininas”, 14 “presídio”, 1 “presídio masculino”, 3 “presídio feminino”, 3 “espaço carcerário”, 2 “espaço carcerário masculino” e 1 “espaço carcerário feminino”.

Tabela 8 - Levantamento de trabalhos da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

BIBLIOTECA DIGITAL DE TESES E DE DISSERTAÇÕES		
PALAVRAS-CHAVE	SEM "+GEOGRAFIA"	COM "+GEOGRAFIA"
Penitenciária	602	8
Penitenciária masculina	58	3
Penitenciária feminina	143	2
Presídio	408	14
Presídio masculino	44	1
Presídio feminino	106	3
Espaço carcerário	52	3
Espaço carcerário masculino	3	2
Espaço carcerário feminino	6	1
TOTAL	1422	37

Fonte: Biblioteca Digital. Acesso em: 29 mar/2021. Elaboração: autora (2021).

Por fim, o último portal examinado foi o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. A busca geral pelas palavras-chave resultou em 294.296 teses e dissertações. Conquanto, este elevado número de produções requer determinadas observações. Ainda que o Banco da CAPES tenha localizado bastantes trabalhos, identifiquei resultados, notoriamente, não relacionados com a temática da carceragem. Como exemplo, ao buscar por "presídios", são, facilmente, encontradas pesquisas vinculadas à odontologia e à arcada dentária.

Nesse sentido, o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES realiza as buscas com duas palavras-chaves com o conectores “ou”, e não com “e”. Este padrão implica em resultados que trazem uma palavra ou a outra e não necessariamente juntas. Desta forma, pude observar que as palavras-chave simples (“penitenciária”, “presídio” e “espaço carcerário”) apresentam, sistematicamente, um resultado inferior ao das palavras-chave compostas (“penitenciária masculina”, “penitenciária femininas”, “presídio masculino”, “presídio feminino”, “espaço carcerário masculino” e “espaço carcerário feminino”).

Ainda frente ao funcionamento da plataforma, não foi possível acrescentar uma palavra-chave. O filtro específico deste portal é vinculado ao campo do conhecimento, desse modo, incluí “Geografia” na filtragem “área do conhecimento” e/ou “área concentração”. Neste portal, a palavra-chave “espaço carcerário”, por procurar pelas palavras isoladas e não juntas [espaço+carcerário], foi permutada para apenas “carcerário”. Tal fato se deve por entender que “espaço” é um dos conceitos fundamentais da Geografia. À vista disso (tabela 9), encontrei 253 teses e dissertações: 3 “penitenciária”, 10 “penitenciária masculina”, 13 “penitenciária femininas”, 8 “presídio”, 55 “presídio masculino”, 16 “presídio feminino”, 4 “carcerário”, 51 “carcerário masculino” e 93 “carcerário feminino”.

Tabela 9 - Levantamento de trabalhos do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES

CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES		
PALAVRAS-CHAVE	SEM "+GEOGRAFIA"	COM "+GEOGRAFIA"
Penitenciária	655	3
Penitenciária masculina	3954	10
Penitenciária feminina	8626	13
Presídio	415	8
Presídio masculino	22592	55
Presídio feminino	25906	16
Espaço carcerário	40818	4
Espaço carcerário masculino	96153	51
Espaço carcerário feminino	95177	93
TOTAL	294296	253

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Acesso em: 29 mar/2021. Elaboração: Camila Madrid (2021).

Realizada a primeira etapa, de localização das obras a serem analisadas, cheguei ao total de 296.880 trabalhos (tabela 10), sendo apenas 462 encontrados junto da palavra-chave “Geografia”. Contudo, este não representa o número total de trabalhos selecionados para serem examinados nesta pesquisa. Destes 462 trabalhos que localizei, descartei todas as pesquisas não oriundas da Geografia, os trabalhos captados pelas palavras-chaves, todavia, que não era o tema central (encontradas quando o filtro da busca estava em “todo o texto” ou quando a plataforma procurava pelas palavras-chaves isoladas, por exemplo), e, também, aqueles que foram contabilizados mais de uma vez. Neste último caso, relato que a repetibilidade dos trabalhos acadêmicos e dos artigos se sucede tanto em distintas plataformas como dentro das próprias.

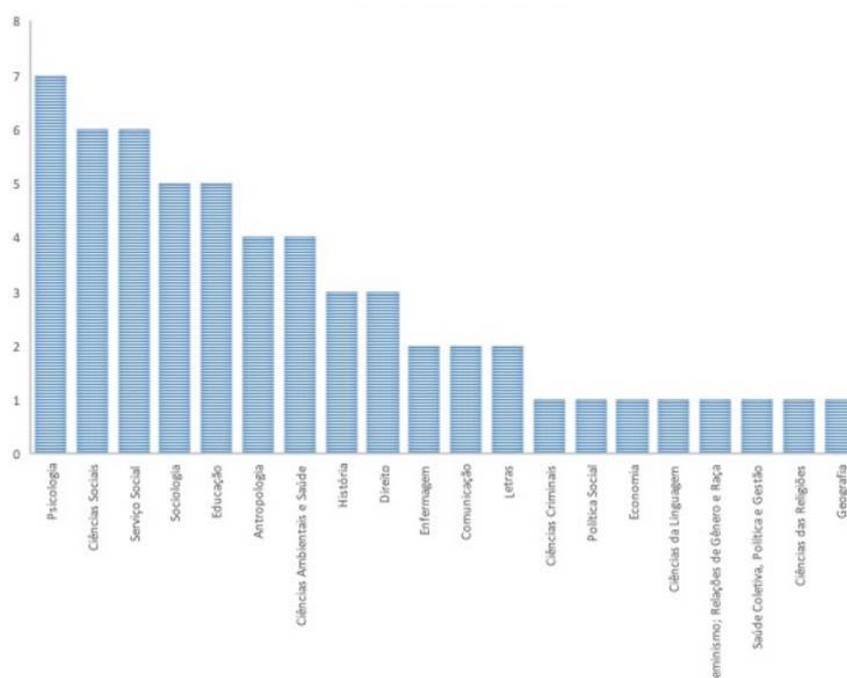
Tabela 10 - Levantamento de trabalhos de Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES

PORTAL	SEM "+GEOGRAFIA"	COM "+GEOGRAFIA"
Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações	1422	37
Catálogo de Teses e Dissertações - CAPES	294296	253
Periódicos da CAPES	934	166
SCIELO	228	6
TOTAL	296880	462

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, Biblioteca Digital, Periódicos da CAPES, SCIELO. Acesso em: 29 mar/2021. Elaboração: Camila Madrid (2021).

A respeito da produção centrada nesta temática fora da Geografia, na figura 4, pode-se se ter uma dimensão da distribuição. Bucher-Maluschke e Silva e Souza (2019) realizaram uma pesquisa identificando em quais e como tem se desdobrado os estudos sobre as carceragens femininas nas diferentes áreas do conhecimento. Fiéis aos seus filtros de investigação²¹, a distribuição das teses e dissertações examinadas por áreas do conhecimento concentra-se, sutilmente, na Psicologia, Ciências Sociais, Serviço Social, Sociologia e Educação. Acredito que esta figura esboça em que campo científicos as pesquisadoras e pesquisadores estão conseguindo desenvolver sobre a temática.

Figura 4 -ÁREAS DE INVESTIGAÇÃO



Fonte: Bucher-Maluschke e Silva e Souza (2019)

Retomando a seletiva de eliminação, majoritariamente, em todas as plataformas, bastantes pesquisas foram detectadas por mencionarem a “Geografia” dentro da sigla do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Da mesma forma, parte dos trabalhos, ainda que pertencessem à Geografia, apenas faziam menção às penitenciárias, aos presídios e aos espaços carcerários. Realizada essa distinção, identifiquei 41 trabalhos. Dentre estes, 29

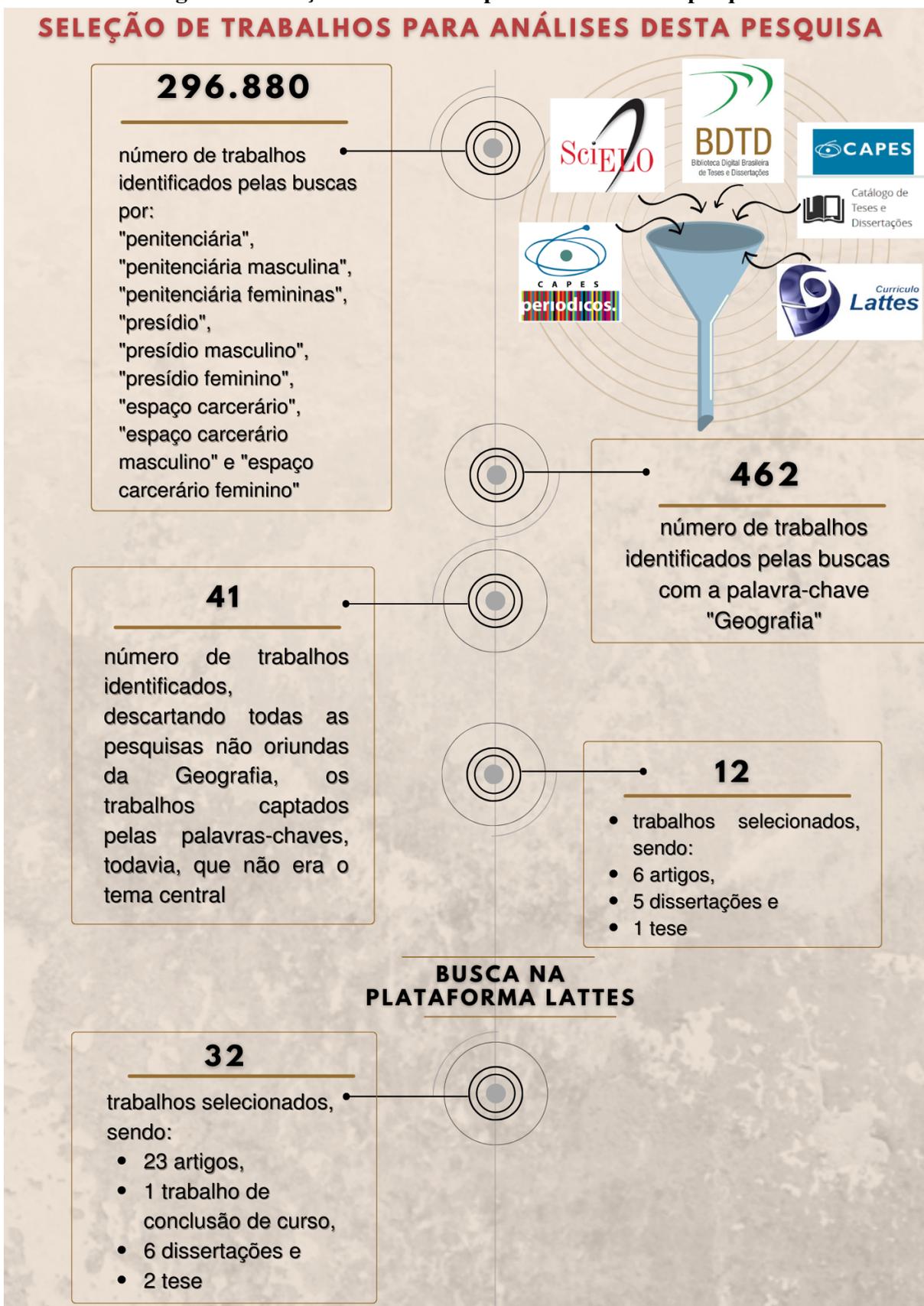
²¹ Os critérios de seleção das autoras dos textos foram: (a) abordaram a Prisão Feminina no Brasil; (b) eram uma tese ou uma dissertação; (c) haviam sido publicados entre 2006 e 2016. Usando as palavras-chaves: “prisão”, “prisão gênero” e “prisão feminina”.

descartei pelo filtro da repetibilidade. Em suma, selecionei 6 artigos, 5 dissertações e 1 tese, totalizando 12 pesquisas aptas para compor o panorama de análise.

O anseio de melhor caracterização e análise dessa temática e como tem sido articulada com a ciência geográfica, ampliei as buscas. Consultei os currículos da Plataforma Lattes dos autores e das autoras dos artigos, de dissertações e de teses, dos quais já tinha conhecimento de suas produções pela etapa anterior. Busquei, nesses perfis, as palavras-chave que orientam essa pesquisa.

Com isso, aumentei o acervo de trabalhos para 32. Predominantemente, encontrei, além da tese e das dissertações, artigos publicados em anais de eventos, seguido de publicações em periódicos, e um trabalho de conclusão de curso. Ademais, descartei os artigos sobre temática anteriores à formação em Geografia. Por último, pontuo que o encontro de pesquisas publicadas em anais é custoso, dado ao não possuímos uma plataforma que unifique as publicações deste gênero. Abaixo, na figura 4, exponho este fluxo de seleção. Imprescindível destacar que para as análises desta pesquisa utilizei somente os trabalhos que localizei seguindo os procedimentos metodológicos. E para as análises qualitativas, somente os trabalhos que obtive êxito ao acessar os documentos em pdf das publicações.

Figura 5 - Seleção de trabalhos para análises desta pesquisa



Elaboração: Camila Madrid (2022).

4. ANÁLISE QUANTITATIVA: De quando? De onde vem essa produção? Quem vê e produz?

A primeira etapa de coleta de dados dos 32 trabalhos que sustentam o panorama de análise é referente à identificação da origem da produção científica. Em suma, esta etapa de procedimento metodológico tem caráter quantitativo, e, portanto, cada trabalho examinado teve registro do ano da publicação, do tipo de publicação (artigo, trabalho de conclusão de curso, dissertação ou tese) e da instituição vinculada.

4.1 De quando?

Primeiramente, a partir da rotulação dos anos (tabela 11), detecto que nos primeiros anos do período entre 2000 a 2020, não houve publicações sobre as penitenciárias na Geografia. A abertura dos diálogos com o espaço carcerário é marcada pela publicação de Rodrigo Rossi, em 2005, com o artigo intitulado “Território do Cárcere: Conflitos em cadeia”²². No ano seguinte, 2006, na Universidade Federal de Pernambuco, foi defendida a dissertação de Raimundo Ferreira de Arruda, “Por uma Geografia do Cárcere: Territorialidades nos pavilhões do Presídio Professor Aníbal Bruno- Recife-PE”.

Verifico que no período de 2005 a 2018, ininterruptamente, houve ao menos uma publicação entre artigo, trabalho de conclusão de curso, dissertação e tese. Ao passo que o ápice de produção se concentra nos anos de 2010, 2011 e 2012, somando 12 artigos e 2 dissertações, totalizando 43,75% das pesquisas do panorama. Em uma segunda onda, com menor número de trabalhos, porém mais variada nos tipos de publicação, entre os anos de 2016 a 2018, encontro 4 artigos, 1 trabalho de conclusão de curso, 2 dissertações e 1 tese, correspondendo a 25% das pesquisas da sistematização.

²² Sendo apresentado na “XII Semana e VII Jornada Científica de Geografia da UEPG: Interações sociedade Natureza: Populações Tradicionais e Áreas Protegidas”.

Tabela 11 - Ano de publicação

ANO	ARTIGO	TCC	DISSERTAÇÃO	TESE	%
2000					
2001					
2002					
2003					
2004					
2005	1				3.12%
2006			1		3.12%
2007	1				3.12%
2008	1				3.12%
2009	1				3.12%
2010	5				15.62%
2011	4		1		15.62%
2012	3		1		12.5%
2013	2				6.25%
2014			1		3.12%
2015				1	3.12%
2016	1	1			6.25%
2017	1		2	1	12.5%
2018	2				6.25%
2019					
2020	1				3.12%
TOTAL	23	1	6	2	32/100%

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, Biblioteca Digital, Periódicos da CAPES, SCIELO e Plataforma do Lattes. Acesso em: 29 mar/2021. Elaboração: Camila Madrid (2021).

Na tabela 12, a seguir, destrinchei a categoria artigo pelo meio em que foram avistadas. Na segunda coluna estão presentes os artigos localizados pelas plataformas SCIELO e Periódicos da CAPES; com o total de 6 pesquisas. Na terceira e quarta coluna, estão dispostos os que foram encontrados via currículo do lattes, sendo, respectivamente, anais (13), e, periódicos (4). Em síntese, identifiquei o maior número de trabalhos em anais, quando comparado aos demais artigos e aos periódicos.

Tabela 12 - Ano de publicação dos artigos, dos anais e dos periódicos

ANO	ARTIGO	ANAIS	PERIÓDICO	%
2000				
2001				
2002				
2003				
2004				
2005		1		4.34%
2006				
2007		1		4.34%
2008		1		4.34%
2009		1		4.34%
2010		5		21.73%
2011		2	2	17.39%
2012	1	1	1	13.04%
2013	1	1		8.69%
2014				
2015				
2016	1			4.34%
2017	1			4.34%
2018	2			8.69%
2019				
2020			1	4.34%
TOTAL	6	13	4	23/100%

Fonte: Periódicos da CAPES, SCIELO e Plataforma do Lattes. Acesso em: 29 mar/2021. Elaboração: Camila Madrid (2021).

Em princípio, desejava relacionar a distribuição da produção anual com agenda de políticas públicas, alterações legislativas que pudessem dar visibilidade a estes sujeitos. Em consideração que tais eventos poderiam ter o potencial de deflagrar uma concentração temporal de pesquisas acerca do espaço carcerário. À luz disso, surgem-me três hipóteses complementares, fundindo as percepções de Bucher-Maluschke e Silva e Souza (2019), Massacre Carandiru e as localidades e preferências acadêmicas das geógrafas e de geógrafos.

Em primeira hipótese, firmo-me nas contribuições de Bucher-Maluschke e Silva e Souza (2019) ao investigarem a produção científica acerca das penitenciárias femininas. Apontando o impacto do elevado crescimento exponencial encarceramento de mulheres no Brasil a partir de 2006 (conforme apresentei na seção “Esboço do perfil da população carcerária brasileira”) como um "visibilizador" do tema para pesquisadores e pesquisadoras de distintas áreas do conhecimento produzirem acerca das penitenciárias femininas.

Em segunda hipótese, da qual não é contrária à primeira, senão que sobreponho. Inclusive, em algum grau, a segunda hipótese também é levantada nas conclusões de Bucher-Maluschke e Silva e Souza (2019):

As tragédias ocorridas nas prisões, com um grande número de mortes violentas (Carandiru/SP, Pedrinhas/MA, Penitenciária de Alcaçuz/RN, Anísio Jobim/AM, Monte Cristo/RR, Benfica/RJ), levam à necessidade de os pesquisadores direcionarem os seus estudos para uma realidade complexa e interdisciplinar. (s/p.)

Em vista disso, a segunda hipótese que me surge é partir dos seguintes elementos/marcos: a Casa de Detenção de São Paulo foi demolida em 2002. O filme Carandiru foi estreado em 2003. A primeira publicação foi encontrada (ARRUDA, 2006) por se tratar de uma dissertação, possível que tenha sido iniciada em 2004. O boom da produção geográfica encontrada centrada nos espaços carcerários é a partir de 2006. Diante desses fatos, poderia construir uma conjectura, articulando o debate público promovido pelo Massacre no Carandiru e sua produção fílmica com a produção de pesquisas focadas nas penitenciárias e seus sujeitos. Não obstante, vejo os pontos mas não vejo as linhas que ligam os pontos, dado que os pesquisadores e as pesquisadoras não mencionam de forma explícita a correlação da produção com tais eventos.

Essa pesquisa, por exemplo, mesmo sendo publicada em 2022 e, inclusive, com epígrafe referenciando o Massacre no Carandiru²³ não é semeada pelos 30 anos da chacina. Fioravante (2011b)²⁴ não atribui ou relaciona sua produção ao marco de 20 anos da chacina. Ainda que o evento tenha colocado em cheque as condições de apenados e apenadas. E, sobretudo, desvelando um Estado prepotente na garantia mínima de dignidade humana no sistema prisional. Portanto, não houve aparentemente eventos sólidos o suficiente para amarrar unicamente como fator que propagou as pesquisas carcerárias.

Da premissa da marginalidade temática, capto que a localidade e a espacialidade das geógrafas e dos geógrafos sejam uma peça-chave da distribuição da produção centrada no espaço carcerário. Estando mais vinculada ao *espaço* do que ao *tempo*. Em terceira hipótese, interpolada as acima, e que se revela como potente. O anseio em pesquisar o espaço penitenciário e/ou a espacialidade carcerária. Nesta perspectiva, Hey (2007) percebe que

²³ Na Casa de Detenção de São Paulo, uma histórica chacina, levando à morte 111 detentos, dos quais 84 estavam aprisionados sem julgamento. Nenhum policial foi morto. Ainda que o inquérito de investigação sobre os excessos de contenção da polícia militar e do Estado tenha sido “prometido” pelas instâncias competentes na época, somente em 2001 o coronel comandante da operação foi condenado a mais de seis séculos por 102 mortes. Deixando aquém, a decisão foi contestada pela defesa do coronel, sendo anulada em 2006. Após 30 anos do massacre, 74 policiais militares seguem sem condenação e com projeto na Câmara dos Deputados propondo anistia aos policiais envolvidos (CRUZ, 2022).

²⁴ Artigo em que a autora utiliza traça uma discussão acerca da espacialidade carcerária, através do filme Carandiru (2003).

As preferências acadêmicas são formadas socialmente ao longo da trajetória de formação acadêmica e profissional, bem como no envolvimento com diversos ambientes sociais que constituem a vida acadêmica [...] Tais preferências se materializam no produto da atividade acadêmica – obras, papers, formação de grupos de pesquisa, participação em associações de pesquisa, etc. (*apud* PINTO; SILVA; JUNCKES, 2021, p. 68-69)

À vista disso e frente a massiva porcentagem de pesquisas oriundas da UEPG, destaco o Grupo de Estudos Territoriais²⁵, do qual Karina Fioravante, Rodrigo Rossi (nomes que carregam e concentram majoritariamente as publicações em anais) Martins Torres-Rodriguez, assim como Joseli Maria Silva orientadora e autora de parte das publicações participaram. Por conseguinte, não atribuo ser possível observar somente o vínculo com o GETE. Mas, também, a que “tipo” de produção este grupo se propôs. Ao verificar as publicações na página do GETE percebo como os estudos e as pesquisas construídas por este dialogam e permeiam, constantemente, o espaço carcerário²⁶²⁷.

Diante das hipóteses apresentadas, compreendo que a última forma o tecido ocular acadêmico das pesquisadoras e pesquisadores. No sentido que a participação em grupos, núcleos e laboratórios molda a identidade acadêmica, as percepções e as perspectivas teórico-metodológicas. Definindo, portanto, as preferências na construção de pesquisa. Com este panorama,

Como defendia Massey (2009) o modo como o espaço é imaginado, seja no trabalho intelectual, na vida social ou na prática política, importa. Ao concebermos o espaço como tão somente forma e materialidade e as instituições e pessoas como entidades isoladas,

²⁵ Grupo de Estudos Territoriais (GETE): Disponível em: <http://www.gete.net.br/>. Acesso em 13 de nov de 2022

²⁶ Por exemplo:

Rodrigo Rossi. Malucos da quebrada: Territórios urbanos na complexidade espacial cotidiana dos adolescentes em conflito com a lei em Ponta Grossa – PR. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, . Orientadora: Joseli Maria Silva.

Alides Baptista Chimin Junior. O espaço como componente da vulnerabilidade aos atos infracionais desenvolvidos por adolescentes do sexo masculino em conflito com a lei em Ponta Grossa – PR. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, . Orientadora: Joseli Maria Silva.

Rodrigo Rossi. Malucos da quebrada: Territórios urbanos na complexidade espacial cotidiana dos adolescentes em conflito com a lei em Ponta Grossa – PR. 2010. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, . Orientadora: Joseli Maria Silva.

Jéssica Emanuele Moreschi Bedin. As espacialidades instituintes das diferentes ações infracionais cometidas por adolescentes do sexo feminino em Ponta Grossa – PR. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientadora: Joseli Maria Silva.

²⁷ Atualizada a lista de publicações de teses e dissertações em 13 de maio de 2021.

negamos o caráter múltiplo e sempre inacabado das relações humanas, bem como do inerente exercício de poder pelas mesmas. Deste modo, conforme a autora, o poder em si possui uma geografia, uma cartografia própria que pode ser expressa através do conceito de geometrias do poder. (PINTO; SILVA; JUNCKES, 2021, p. 70)

A construção profissional acadêmica, como a participação em atividades extracurriculares, julgo fator de primeira ordem na influência de tornar as geógrafas e os geógrafos com o olhar mais aberto e mais inclusivo, na tentativa de caminhar em direção a uma ciência mais plural. Fazendo com que sejam mais receptivos/as e atentos/as com as notícias e acontecimentos que toquem nos seus anseios de pesquisas. Neste caso, compreendo a vontade de pluralizar sujeitos e espaços negligenciados, historicamente, socialmente e academicamente. Por conseguinte, conectando a primeira e a segunda hipótese, tais eventos podem ter direcionado os holofotes, promovendo, ainda que ínfimo, debates acerca do sistema prisional, sobretudo a sua face da precariedade e insalubridade da vida dos/as apenados/as.

4.2 Em que momento da formação?

Nas tabelas 13 e 14 estão presentes informações quanto à titulação das autoras e dos autores dos trabalhos avaliados. Para tanto, os artigos constituem uma tabela exclusiva. Em consequência de ser o tipo de publicação em que não se torna explícita a formação das autoras e dos autores, diferentemente, por exemplo, de uma tese em que é notória a titulação de doutorado.

Explícito os procedimentos metodológicos, visando a transparência de *como* realizei a classificação e, assim, como cheguei nestes resultados. O tipo TCC teve a formação de seu autor categorizada em “graduação”; o tipo dissertação, “mestrado”; e o tipo tese, “doutorado”. Portanto, ainda que o produto fosse o meio para adquirir a titulação, atribui imediatamente o título o qual se alcançava.

Por conseguinte, é perceptível a concentração de artigos produzidos por quem estava no mestrado ou já era mestre (tabela 13). Com número menos expressivos, estão graduação e pós-doutorado. Ao incluirmos as dissertações, as teses e o trabalho de conclusão de curso, persiste a concentração da produção de trabalhos no mestrado (tabela 14).

Pondero que diante ao fluxo de localização dos trabalhos (2 das 4 plataformas são bibliotecas de dissertações e teses, bem como o Lattes revisado em maioria pertenciam a pós-graduação) tenderia a concentrar a formação na pós-graduação. Nesse sentido, aprofundo

que cabe notar a concentração de quase 60% dos trabalhos analisados são no mestrado. Primeiramente, os 11 artigos encontrados via Plataforma Lattes, majoritariamente decorrem de produtos adjacentes à dissertação em curso. Segundo, destaco o encolhimento no percentual de doutorado, somado a breve verificação do lattes das pesquisadoras e pesquisadores, percebo que ou não levam o tema para o doutorado ou não fazem doutorado. Surgindo-me o questionamento: o panorama da formação das geógrafas e dos geógrafos que produziram acerca do espaço carcerário evidencia as barreiras das hegemonias temáticas, à vista de que esta produção é tímida na graduação, é expandida no mestrado, e reduzida no doutorado?

Tabela 13 - Formação das autorias dos artigos

Formação de autoras e autores em artigos		
tituação	n ^o	%
Mestrado	13	56.52%
Doutorado	6	26.08%
Graduação	3	13.04%
Pós-doutorado	1	4.34%
TOTAL	23	100%

Fonte: Plataforma do Lattes. Acesso em: 29 mar/2021. Elaboração: Camila Madrid (2021).

Tabela 14 - Formação das autorias de todos os trabalhos analisados

Formação de autoras e autores em todos os trabalhos analisados		
tituação	n ^o	%
Mestrado	19	59.37%
Doutorado	8	25%
Graduação	4	12.50%
Pós-doutorado	1	3.12%
TOTAL	32	100%

Fonte: Plataforma do Lattes. Acesso em: 29 mar/2021. Elaboração: Camila Madrid (2021).

Ressalto, ainda quanto às formações, Karina Eugenia Fioravante, posto que ela iniciou a sua produção sobre o tema em 2007, com o artigo em anais “Características socioespaciais do cárcere feminino em Ponta Grossa, Paraná”²⁸. Dá continuidade às produções sobre os espaço carcerário ao longo de seu mestrado, finalizando com a dissertação “O espaço carcerário e a reestruturação das relações socioespaciais cotidianas de mulheres infratoras na cidade de Ponta Grossa, Paraná”, em 2011. Tendo, até o presente momento, sua

²⁸ Apresentado na “XIV Semana de Geografia da UEPG”.

última publicação, já com pós-doutorado, em 2020, ‘Nos negamos a morrer na prisão’: a pandemia de Covid-19 e a (in)visibilidade dos espaços carcerários” publicado no Ensaio de Geografia. Ao longo destes 13 anos, Karina Eugenia Fioravante produziu 15 dos 32 trabalhos analisados nesta pesquisa.

4.3 E vem de onde?

Ao examinar as instituições de origem de cada trabalho, a Universidade Estadual de Ponta Grossa ganha notabilidade com 16 trabalhos, sendo 11 artigos da Karina Fioravante; 2 artigos do Rodrigo Rossi; 1 artigo de Martin Torres-Rodriguez e de Joseli Maria Silva; 1 dissertação de Karina Fioravante; e, 1 tese de Rodrigo Rossi. Seguidamente, a Universidade Federal do Rio de Janeiro com 4 pesquisas contabilizadas, tendo 3 artigos de autoria de Karina Fioravante e 1 de Vinicius Pinto Moura e Sidney Guerra²⁹. Com três trabalhos analisados, a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, dispõe de 2 artigos e da dissertação de Dayse Maria Leonel Ruís. A Universidade Federal do Paraná contabilizou 1 artigo de autoria de Maria Elisa Zanella e a coautoria geógrafa de Wilma de Assis e a dissertação de Danilo Henrique Martins. As demais instituições apresentaram somente um trabalho acadêmico com esta temática e tendo autoria ou coautoria de geógrafos ou geógrafas.

Tabela 15 - Total de trabalhos analisados por instituição de ensino

Instituições dos trabalhos analisados						
Instituição	Artigos	TCC	Dissertações	Teses	Total	%
Universidade Estadual de Ponta Grossa	14		1	1	16	50%
Universidade Federal do Rio de Janeiro	4				4	12.50%
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	2		1		3	9.37%
Universidade Federal do Paraná	1		1		2	6.25%
Universidade de São Paulo				1	1	3.12%
Universidade Federal do Espírito Santo	1				1	3.12%
Universidade Federal do Mato Grosso			1		1	3.12%
Universidade Federal do Pernambuco			1		1	3.12%
Universidade Federal de Pelotas	1				1	3.12%
Universidade Federal de Rondônia			1		1	3.12%
Unijales		1			1	3.12%
TOTAL	23	1	6	2	32	100%

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, Periódicos da CAPES, SCIELO e Plataforma do Lattes. Acesso em: 29 mar/2021.
Elaboração: Camila Madrid (2021).

²⁹ Pontuação que o autor deste artigo é da Geografia, porém o co-autor é de outra área do conhecimento.

Visando uma otimização da interpretação da produção, ano e instituição, construí as tabelas a seguir (tabela 16, tabela 17, tabela 18 e tabela 19). Frente à especificidade do tipo artigo, por não poder possuir mais de um/a autor/a, acrescentei a identificação quando a geógrafa ou o geógrafo era autor/a, coautor/a ou ambos/as. Averiguei 14 autorias, 8 ambos e 1 coautoria.

Tabela 16 - Instituição de ensino da publicação dos artigos

ARTIGO		
INSTITUIÇÕES	ANO	*
Universidade Estadual de Ponta Grossa	2005	autor
Universidade Estadual de Ponta Grossa	2007	autora
Universidade Estadual de Ponta Grossa	2008	ambas
Universidade Estadual de Ponta Grossa	2009	ambas
Universidade Federal de Mato Grosso do sul	2010	autora
Universidade Estadual de Ponta Grossa	2010	ambas
Universidade Estadual de Ponta Grossa	2010	ambas
Universidade Estadual de Ponta Grossa	2010	autora
Universidade Estadual de Ponta Grossa	2010	ambos
Universidade Estadual de Ponta Grossa	2011	autora
Universidade Estadual de Ponta Grossa	2011	autora
Universidade Estadual de Ponta Grossa	2011	autora
Universidade Estadual de Ponta Grossa	2011	ambas
Universidade Federal do Rio de Janeiro	2012	autora
Universidade Federal do Rio de Janeiro	2012	autora
Universidade Federal de Mato Grosso do sul	2012	ambos
Universidade Federal do Paraná	2013	coautora
Universidade Estadual de Ponta Grossa	2013	autor
Universidade Federal do Espírito Santo	2016	autor
Universidade Federal do Rio de Janeiro	2017	autor
Universidade Estadual de Ponta Grossa	2018	ambos
Universidade Federal de Pelotas	2018	autora
Universidade Federal do Rio de Janeiro	2020	autora

Fonte: Periódicos da CAPES, SCIELO, Plataforma do Lattes. Acesso em: 29 mar/2021. Elaboração: Camila Madrid (2021).

Tabela 17 - Instituição de ensino de trabalho de conclusão de curso

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	
INSTITUIÇÕES	ANO
UNIJALES	2016

Fonte: Plataforma do Lattes. Acesso em: 29 mar/2021. Elaboração: Camila Madrid (2021).

Tabela 18 - Instituição das dissertações

DISSERTAÇÕES	
INSTITUIÇÕES	ANO
Universidade Federal de Pernambuco	2006
Universidade Estadual de Ponta Grossa	2011
Universidade Federal de Mato Grosso do sul	2012
Universidade Federal de Mato Grosso	2014
Universidade Federal de Rondônia	2017
Universidade Federal do Paraná	2017

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, Plataforma do Lattes. Acesso em: 29 mar/2021. Elaboração: Camila Madrid (2021).

Tabela 19 - Instituições das teses

TESES	
INSTITUIÇÕES	ANO
Universidade de São Paulo	2015
Universidade Estadual de Ponta Grossa	2017

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, Plataforma do Lattes. Acesso em: 29 mar/2021. Elaboração: Camila Madrid (2021).

Dos artigos da UFRJ analisados, três dos quartos são de Karina Fioravante³⁰, esta sendo vinculada até o fim de seu mestrado na UEPG. A tese apontada na Universidade de São Paulo é de Raimundo Ferreira de Arruda, o qual também é autor da dissertação da UFPE. Destaco também a migração universitária de Guilherme Rosa de Almeida, que defendeu sua dissertação na Universidade Federal de Mato Grosso, e apresentou seu trabalho de conclusão de curso na Unilajes. Saliento isso para acentuar que as autoras e os autores têm levado consigo suas temáticas de pesquisa para as universidades, e, que um número maior de instituições não é sinônimo de maior variabilidade na autoria.

As produções da ciência geográfica em torno do tema espaço carcerário parecem estar espalhadas no território brasileiro, como podem visualizar na figura 6. No entanto, sobre a distribuição desta produção, alerto que não deve (e não pode) ser compreendida como aleatória. Posto que não bastou-me meramente o registro do nome da instituição de ensino de origem do trabalho examinado, mas, também, observar o prestígio acadêmico das instituições e o fluxo de produção das pesquisadoras e dos pesquisadores. Assim, compreendendo dinâmicas particularidades da produção de pesquisas sobre o tema.

³⁰ Fioravante (2012), Fioravante (2012b) e Bayerl e Fioravante (2020).

Figura 6 - Espacialização da produção



Elaboração: Camila Madrid (2022)

Lanço um paralelo com a produção das Geografias Feministas, nesse mesmo sentido vão as análises de Silva e Ornat (2019, p. 7), que expõem: “brazilian Feminist Geographies are produced by researchers who are based in peripheral universities in the geopolitical organization of networks of scientific prestige in Brazil”³¹. Apesar disso, Silva e Ornat (2019) também pontuam que num contexto de maior visibilidade das minorias no Brasil nos anos 2000, as geografias feministas passaram a tensionar as relações de poder da ciência geográfica brasileira. Os apontamentos são compatíveis com a distribuição espacial por instituição de ensino da produção centrado no espaço carcerário.

Reforço a necessidade, então, em dissolver a neutralidade científica. Além de possuírem posicionalidades de um conhecimento corporificado (e institucional), constitui-se a partir de geometrias do poder de distintos grupos (grupos de áreas de estudo, grupos de pesquisa..) dentro de uma mesma ciência. Com isso,

a comunidade científica não pode ser caracterizada unicamente enquanto sendo um grupo capacitado para manejar certo tipo de conhecimento. Fourez (1995) argumenta que justamente por ter este acesso privilegiado ao saber, as pessoas deste grupo serão solicitadas pela sociedade a dar pareceres e resoluções. [...]. A autoridade, por

³¹ Traduzo para o Português como: “as Geografias Feministas brasileiras são produzidas por pesquisadoras que se baseiam em universidades periféricas na organização geopolítica das redes de prestígio científico no Brasil”.

consequente, é inerente ao exercício de poder em espaços institucionais, uma vez que ‘repousa no consentimento, na adesão de vontades pelo reconhecimento de uma superioridade de ordem moral, intelectual, de competência, de coragem, da experiência, ou seja, de valores ou de funções que aqueles que detêm a autoridade representam’ (Castro, 2010, p. 103). Também é fortemente vinculada a este contexto o conceito de credibilidade, visto que ele facilita a síntese das noções econômicas (como o dinheiro, o orçamento e o rendimento) com as noções epistemológicas (certeza, dúvida e prova) [...]. Isso fornece ao observador uma visão homogênea da construção dos fatos e embaralha as divisões arbitrárias entre os fatores econômicos, epistemológicos e sociológicos (Latour; Wolgar, 1997, p. 270-271). [...]. Na atualidade, apesar da questão da autoria ser mais valorizada no campo literário, o reconhecimento desta no meio científico além de repousar em aspectos como a coerência dos enunciados, ainda se vincula sobremaneira ao prestígio e a tradição de quem os escreve. Em outras palavras, diz respeito ao capital científico do(a) pesquisador(a), definido por Bourdieu (2004) como sendo: ‘uma espécie particular do capital simbólico [...] que consiste no reconhecimento (ou no crédito) atribuído pelo conjunto de pares concorrentes no interior do campo científico’ (p. 26). O autor estabelece dois tipos de capital científico, um de caráter mais político, com poder de tomada de decisão em cargos; e outro tido enquanto um capital científico ‘puro’, de notoriedade intelectual. A partir de Hey (2007) elencamos algumas ocorrências destas especificidades:

- Capital de poder universitário-político: instituições de atuação; nível de carreira; ocupação de postos em chefias, coordenações, direções, pró-reitorias, reitoria, associações; participação de comissões administrativas e de comissões científicas; cargos na CAPES, no Ministério da Educação e CNPq;
- Capital de poder científico-intelectual: índice de citações; participação em grupos de pesquisa; assessoria na CAPES e demais órgão de fomento; consultoria ao CNPq; prêmios de mérito científico; consultor científico no exterior; professor no exterior; conselho de revistas científicas. (PINTO, SILVA, JUNCKES, 2021, pg 68-69).

Para evidenciar que os estudos centrados no espaço carcerário e seus sujeitos permeiam nas instituições periféricas ao prestígio acadêmico utilizo desta lógica do capital de poder científico, pensando em nível de instituições de ensino. Dessa forma, exponho abaixo as notas (máxima de 7) atribuídas pela CAPES aos Programas de Pós-Graduação em Geografia. Das pesquisas que analisei nesta primeira bateria, 59.36%³² são oriundas diretamente de instituições com nota 4 e 5, seguido de 21.87% com nota 6 e 7.

³² Do total de 32 trabalhos.

Tabela 20 - Notas da CAPES aos Programas de Pós-graduação em Geografia

AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA	
INSTITUIÇÕES DE ENSINO	NOTA DO PROGRAMA
UNESP-PRESIDENTE PRUDENTE	7
UFRJ	7
USP	6
UNICAMP	6
UFMG	6
UFC	6
UFPR	6
UFRGS	6
UFF	6
UFRJ	7
USP	6
UFPR	6
UEPG	5
UFPE	5
UFES	4
UNIR	4
UFPEL	3
UFMT	3
UFMS	3
UNIJALES	não encontrado
Legenda	
	Universidades com nota 6 e 7
	Universidades com nota 6 e 7 com trabalhos analisados nessa pesquisa
	Demais universidades com trabalhos analisados nessa pesquisa

Fonte: Plataforma Sucupira (2021). Elaboração: Camila Madrid (2022).

Chamo a atenção para as publicações advindas da UFRJ e da USP. Para a primeira ressalto, novamente, o destaque de Fioravante. Por conta de dois³³ dos três artigos, ainda que já com vínculo nesta universidade: um é nomeado como fruto de sua dissertação na UEPG, o segundo, notoriamente, dialoga com a trajetória de pesquisa da autora na universidade anterior. A fim de dissolver a falsa impressão do rompimento temático em instituições de prestígio acadêmico, avanço: ainda que a autora tenha sido a principal agente dessa produção, sua tese de doutorado (UFRJ) não é vinculada ao espaço carcerário. Mas sim, quanto à cinematografia e a Geografia (tendência perceptível desde seus artigos sobre as penitenciárias articulando com o cinema).

Portanto, o eco do impacto do rompimento desta temática marginal na Geografia na UFRJ deve ser relativizado. Considerando que parte de suas publicações vem do berço de

³³ "A gente é invisível: sobre espaço carcerário feminino e gênero" e "'Espaço Carcerário, Gênero e Cinema: uma discussão a partir do filme Leonera (2008)'".

orientações da UEPG, no caso da Professora Joseli Maria Silva (orientadora de Karina). Ademais, no terceiro artigo de Fioravante, cuja é coautora, posso inferir que ela dá o suporte de orientação à Moniqui Bayerl, a autora, porque na época era mestranda, e em seu primeiro trabalho centrado em penitenciárias e seus sujeitos.

Diante o exposto, além da baixa produção também essa produção se concentra em poucas mãos, e essa produção vem, predominantemente, da periferia acadêmica. E, com estes elementos entendo que toco novamente nas geometrias do poder de Massey (2008), ao refletir o quanto ecoa a produção carcerária. Por efeito dessa produção ao chegar às universidades com elevado prestígio ser dissipada

Em outras palavras, isso é uma diferenciação social altamente complexa. Há diferenças no grau de movimento e comunicação, mas também no grau de controle e de iniciação. Os modos como as pessoas são colocadas dentro da 'compressão de espaço-tempo' são altamente complicados e extremamente variados. Mas isso, por sua vez, levanta imediatamente questões políticas. [...] Não se trata simplesmente de uma questão de distribuição desigual, de que algumas pessoas se movimentem-se mais do que outras e que algumas tenham mais controle do que outras. Trata-se do fato de que a mobilidade e o controle de alguns grupos podem ativamente enfraquecer outras pessoas. A mobilidade diferencial pode enfraquecer a influência dos já enfraquecidos. A compreensão de tempo-espaço de alguns grupos pode solapar o poder de outros. (MASSEY, 2008, p. 180)

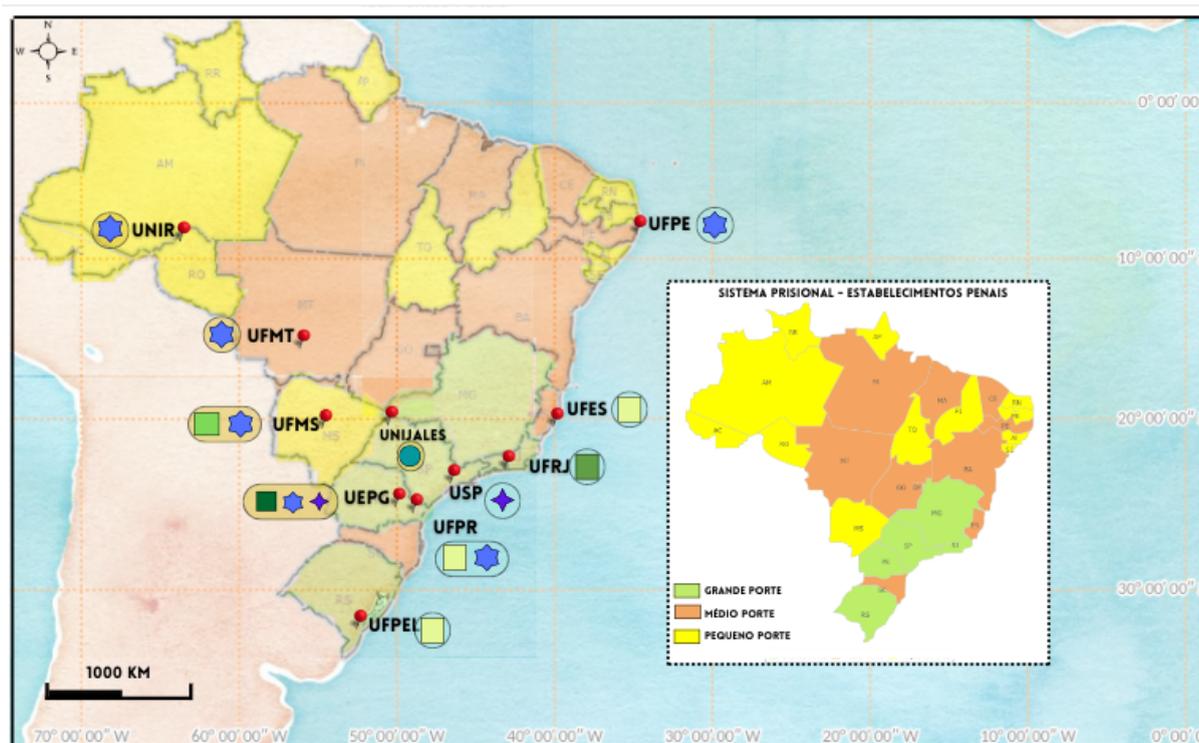
Na inquietude de construir uma análise detalhada, recordo-me de Madrid, Lenzi e Eberhardt (2019). Em levantamento da construção das epistemologias das Geografias Feministas Latinoamericanas, a partir das publicações dos 3 primeiros Seminários Latino-americano de Geografia, Gênero e Sexualidades (SLAGGS), as universidades mais participativas na produção foram: Universidade Federal do Rio Grande, Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal de Rondônia e Universidade Estadual de Ponta Grossa. Universidades também situadas na periferia acadêmica.

No caso das pesquisas focadas no espaço carcerário e seus sujeitos, a dinâmica de produção, ainda que semelhante, não corresponde, exatamente, com a dinâmica encontrada por Madrid, Lenzi e Eberhardt (2019). Então, percebo esta particularidade. Como num funil metafórico, minha hipótese é que, primeiramente, as instituições são periféricas no prestígio acadêmico e, seguidamente, também, estavam em estados com presídios de grande porte ou estavam entre os estados com os maiores percentuais de déficit de vagas nas penitenciárias.

Na figura 7, proponho a sobreposição da figura da distribuição espacial da produção analisada com a figura do CNJ indicando o porte dos estabelecimentos penais por UF. De pronto, visualmente, é perceptível a concentração de 6 instituições (UFPEL, UEPG, UFPR, USP, UFRJ e UNIJALES) de ensino produção em UFs pinceladas em verde, portanto, com prédios de grande porte. Para situar as demais instituições neste panorama, na figura 8 trago a porcentagem de déficit de vagas nos estabelecimentos penais por UF em 2014. Justifico a eleição do ano de 2014 para esta evidência tendo em vista que os trabalhos encontrados concentram-se entre 2005 a 2020. Então acredito que utilizar o dado do meio deste período seja a forma mais adequada de compreender o cenário do sistema penitenciário da época em que constroem estas pesquisas.

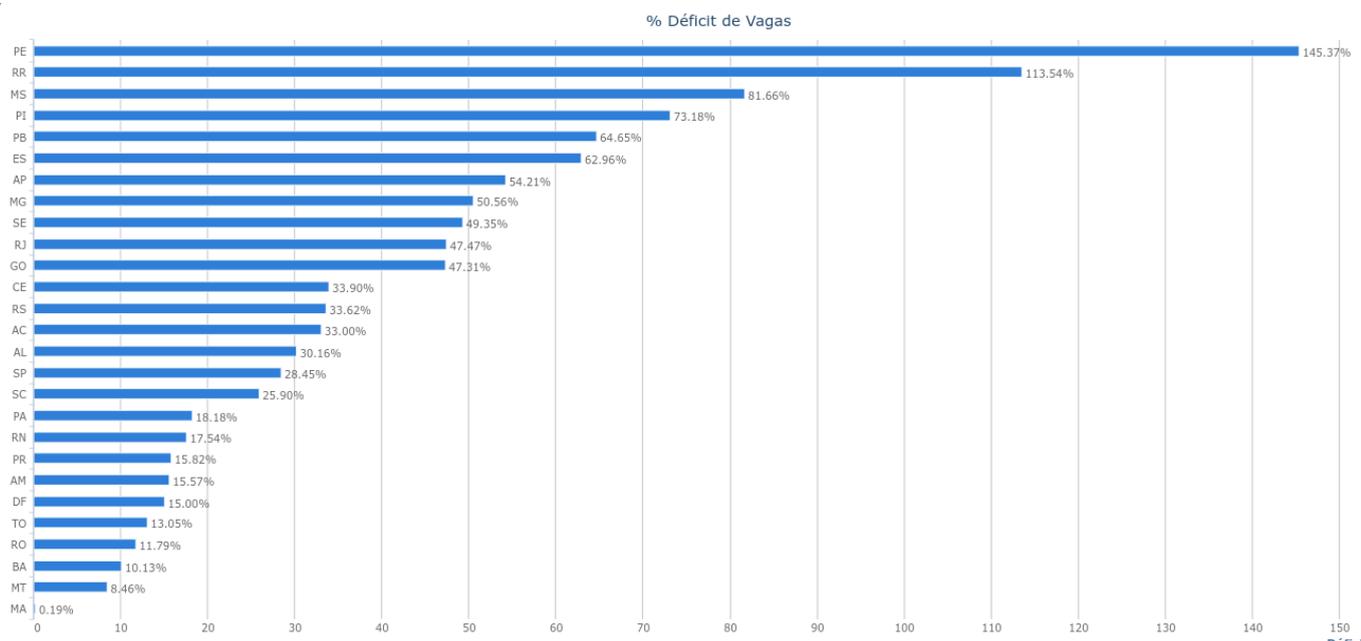
Rankeado da seguinte forma: Pernambuco (145,37%), Roraima (113,54%), Mato Grosso do Sul (81,66%), Piauí (71,18%), Paraíba (64,65%), Espírito Santo (62,96%) no déficit de vaga, apontando as condições extremas de superlotação do sistema prisional brasileiro. Neste sentido, com este dado, consigo englobar 4 outras instituições desta produção: UNIR, UFPE, UFMS e UFES. Por conseguinte, retomo que encontrei 11 instituições de ensino produzindo acerca do espaço penitenciário, e com estes dois dados (porte dos estabelecimentos penais e déficit de vagas nos presídios) relaciono a 10 instituições de ensino, tangente a esta compatibilidade de informações somente a UFMT.

Figura 7 - PORTE DOS ESTABELECIMENTOS PENAIS E A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA PRODUÇÃO CARCERÁRIA



Fonte: Conselho Nacional de Justiça (2014). Elaboração: Camila Madrid (2022)

Figura 8 -PORCENTAGEM DE DÉFICIT DE VAGA NOS ESTABELECIMENTOS PENAIS POR UF EM 2014



Fonte: Conselho Nacional de Justiça (2014)

4.4 As grades invisíveis do prestígio acadêmico (para rompermos)

Ao final desta seção de análises, a interrogação que persiste é: por que temer a perda de privilégio e visibilidade acadêmica ao explorar novas áreas de estudos, novos espaços e novos sujeitos (novos no sentido de recém chegados ou pouco investigados, já que não é um *novo* fenômeno que dá origem a construção destes espaços e consolidação destes sujeitos, senão a negligência e marginalidade histórica), se a geografia tem um horizonte de possibilidades para mostrar sua potência no sentido de firmar seu compromisso social?

Fundamento meus questionamentos em Castro, Gomes e Corrêa (1996 *apud* FIORAVANTE, 2011b), segundo os quais, a Geografia sempre esteve associada à ideia das explorações. Aliada de tempos da exploração de “novos mundos” e do desconhecido, as investigações geográficas, na atualidade, “são extratos do nosso cotidiano, descobertos a partir de novas formas de olharmos, de concebermos e relacionarmos esses aspectos com novos percursos temáticos” (CASTRO, GOMES E CORRÊA, 1996 *apud* FIORAVANTE, 2011b, p. 36).

Portanto, cabe às produções atuais re-olhar antigos e consolidados processos teórico-metodológicos “para assim conceber novos posicionamentos e novas abordagens. Ou seja, a aventura da descoberta continua, apenas com diferentes pretensões e instrumentos. Novas temáticas em diferentes contextos são exploradas.” (FIORAVANTE, 2011b, p. 36). No mesmo sentido, Raffestin (1993, p. 268) discorre: “a geografia política não deve se desprender das coisas cotidianas suas, ao contrário, está, constantemente, voltada para a produção do mundo, que nos imunda e nos submerge.” A geografia é uma ciência que deve estar atenta ao espaço da vida.

Aponto, então, uma dinâmica ainda mais complexa, e para isso retomo: “são extratos do **nosso cotidiano**³⁴” (CASTRO, GOMES E CORRÊA, 1996 apud FIORAVANTE, 2011b, p. 36). Mas o cotidiano de quem? Evidentemente, das geógrafas e dos geógrafos. Porém, gostaria de esmiuçar um pouco esta resposta de pronto. Como visto em Haraway (1988), Cesar (2015) e Silva, Ornat e Chimin Junior (2017) as narrativas científicas partem de “lugares” e interesses políticos pessoais. Aplicando esta perspectiva ao examinar “nosso cotidiano”, interpreto que necessitamos nos atentar de onde partem as localidades. Em linhas superficiais, quero evidenciar que este “re-olhar” o “nosso cotidiano” depende do cotidiano pessoal e da interpolação da vida acadêmica com a vida pessoal.

Se anteriormente apropriei-me de Djonga (2017 apud PINO, 2019) pra firmar que há um perfil comum³⁵ “aspirado” pelo sistema prisional. Neste momento, volto duas estrofes em sua música: “As mesmas cadeiras, mesmas bundas, mesmas brincadeiras, as mesmas crianças”. Elucido que: assim como há seletividade nos sistemas de opressões (neste caso de ordem do sistema prisional) reproduzidos para a concentração de “um grupo”, a partir de marcadores, direcionando o às desigualdades e opressões; há, em contrapartida, “um grupo” homogêneo que ascende (neste caso de ordem acadêmica/universitária) desde a infância.

E em que “nossos cotidianos” estão inseridos os espaços penitenciários? Eminentemente, dos e das apenadas e todo o quadro de servidores e funcionários alocados ali (falhando já na primeira tentativa de enroscar o “cotidiano” que enxerga os presídios e que também possa trazer este espaço para dentro da Geografia, salvo exceção de professoras e professores da Geografia que lecionam em estabelecimentos penais). Seguidamente, pessoas

³⁴ Grifo meu.

³⁵ Vide Monteiro e Cardoso (2013) e, também, BEVILAQUA, Victor Matheus. “Sistema penal e seletividade social: o sistema penal como reprodutor da desigualdade social”. **Revista da Defensoria Pública RS**, Porto Alegre/RS, 15ª edição, p. 89-104, agosto, 2016. Disponível em: <https://www.defensoria.rs.def.br/lancada-a-15-revista-da-defensoria-publica> acesso em: 18 nov/22.

que moram no entorno. E assim, entraria numa questão multifatorial quanto a variabilidade da localização das penitenciárias.

De todo modo, para que dentro do “cotidiano” estejam as penitenciárias, tenho como hipótese, mais verossimilhante, a proximidade espacial com as penitenciárias. Ou, como apresentei anteriormente, participa de atividades extracurriculares que permeiam o espaço carcerário (cotidiano ao menos na rotina de estudos e de leituras). Em síntese, a produção do espaço carcerário, por um espectro de argumentos, tendeu a se concentrar em universidades periféricas.

Insatisfeita com o cenário montado a partir de minha questão de partida desta seção, por que temer a perda de privilégio e visibilidade acadêmica ao explorar novas áreas e novos sujeitos? Visto que este temor reforça a marginalidade desses estudos e destes sujeitos, porém compreendo a resposta às minhas inquietações. As geometrias do poder de Doreen Massey (2008) e os apontamentos de Silva e Ornat (2019) abrangem boa parte das possíveis justificativas. "Porque" mesmo existindo a investigação de temas/áreas de pesquisa na periferia acadêmica essas não saltam, consolidadamente, para o centro das autoridades intelectuais da academia. Por isso, suponho que o *pulo do gato* para pesquisadoras e pesquisadores interessadas/os em romper com a marginalidade dos espaços carcerários em especial nas instituições de prestígio acadêmico seja *comer pelas beiradas*.

Em outras palavras, compreendo que o rompimento não será atingido, tentando acertar, diretamente, o alvo (espaço carcerário). Tal pensamento surge pelo fato destas pesquisas não aparentarem aderência de orientação dentro das Universidades com nota 6 e 7 (no Programa de Pós-Graduação em Geografia, segundo avaliação da CAPES). Tal como foi evidenciei: não há produção de dissertações e de teses iniciadas dentro de uma instituição de prestígio acadêmico³⁶. Sendo assim, proporia o rompimento tangencial. Entendendo que assim, nós pesquisadoras e pesquisadores poderemos, vagarosamente, permitir a visibilidade deste tema dentro da Geografia³⁷.

³⁶ Reforço que relativizei a produção advinda da UFRJ, visto que tratavam-se de artigos fruto da dissertação oriunda da UEPG (FIORAVANTE (2011), ou no caso de Bayerl e Fioravante (2020), assim como a tese de Arruda (2015) advém de sua dissertação na UFPE (ARRUDA, 2006). Considerei que as pesquisas rompantes deste tema em universidades da cúpula de prestígio acadêmico sejam: a tese de Arruda (2015), na USP, orientada pela Professora Doutora Marta Inez Medeiros Marques; e a dissertação de Martins (2017), na UFPR, orientada pelo Professor Doutor Sylvio F. Gil Filho.

³⁷ Evidencio a possibilidade desse rompimento tangente, encontrando no repositório da UFRJ as seguintes dissertações:
JUWER, Vinicius Ventura e Silva. A Geografia eleitoral dos grupos criminosos territorializados na cidade do Rio De Janeiro – 2000 A 2012. Orientador(a): Iná Elias de Castro.(2014) e

Inclusive, percebendo que analisar a distribuição espacial dos estabelecimentos de aprisionamento pode ser uma primeira investigação geográfica. A fim de exercitar o re-olhar, inclusive o re-olhar diante da espacialização das unidades penais, considerando que:

O Estado moderno se formou através de diversas transformações, Foucault (2000, p. 8) afirma como as prisões são parte deste processo de controle do Estado sobre os cidadãos:

Em *Vigiar e Punir* o que eu quis mostrar foi como, a partir dos séculos XVII e XVIII, houve verdadeiramente um desbloqueio tecnológico da produtividade do poder. As monarquias da Época Clássica não só desenvolveram grandes aparelhos de Estado – exército, polícia, administração local – mas instauraram o que se poderia chamar uma nova "economia" do poder, isto é, procedimentos que permitem fazer circular os efeitos de poder de forma ao mesmo tempo contínua, ininterrupta, adaptada e "individualizada" em todo o corpo social. Estas novas técnicas são ao mesmo tempo muito mais eficazes e muito menos dispendiosas (menos caras economicamente, menos aleatórias em seu resultado, menos suscetíveis de escapatórias ou de resistências) do que as técnicas até então usadas e que repousavam sobre uma mistura de tolerâncias mais ou menos forçadas (desde o privilégio reconhecido até a criminalidade endêmica) e de cara ostentação (intervenções espetaculares e descontínuas do poder cuja forma mais violenta era o castigo "exemplar", pelo fato de ser excepcional).

O discurso político contemporâneo de como e onde devem ser construídas as penitenciárias está baseado em uma lógica da exclusão social, que no fim das contas reproduz o processo de segregação espacial das cidades. As prisões são destinadas a determinada parcela da população e não a todos. Em geral as prisões são espaços para a população de baixa renda, os excluídos e marginalizados. Nesse processo de produção do espaço prisional pelo Estado e sua relação com a cidade pode-se observar como o modo de produção e reprodução econômica é simbólico e se reproduz. Seja no período colonial no Brasil ou das colônias americanas em geral, na idade contemporânea a prisão mantém uma forte relação simbólica com a cidade e com os discursos que o poder quer manter. (FOUCAULT, 2011) As penitenciárias enquanto objetos arquitetônicos nascem com o panóptico de J. Bentham (1789), mas já existiam enquanto discurso político. (ALMEIDA, 2014, p. 53/54).

5. ANÁLISE QUALITATIVA: Quem são os sujeitos vistos? Quais as temáticas? Quais os conceitos de espaço? E quais as contribuições?

Na segunda etapa desta pesquisa, a partir da investigação de quem são os sujeitos, quais são os temas, quais os conceitos de espaço, aprofundo-me na construção do panorama das produções centradas nos espaços carcerários e seus sujeitos. Para além de evidenciar como essas pesquisas contribuem para o crescimento e o fortalecimento da ciência geográfica, com os resultados que encontrei, nós pesquisadores/as podemos visualizar os caminhos percorridos até então pelos autores e autoras desta produção.

Dos 32 trabalhos que compuseram a construção deste panorama na primeira etapa, somente 14 pesquisas passaram a compor o quadro da segunda etapa de análises. Como expus, durante a etapa preliminar de análises, na localização, através de buscas nos currículos lattes das autoras e autores, expandi de 12 para 32 o número de trabalhos que encontrei. Por causa da impossibilidade do acesso aos documentos, em função dos *sites* dos eventos acadêmicos, os quais tendem a sair do ar por razão do custo de manutenção para que se mantenham na rede mundial de computadores, o total foi reduzido a 14.

Destaco a dificuldade de acesso a publicações de anais de seminários. Assim como não localizei o TCC de Guilherme Rosa de Almeida, nem repositório dos trabalhos acadêmicos/catálogo de trabalhos de conclusão de curso da UNIJALES. Porém, friso, pelo título do trabalho de conclusão³⁸ e da dissertação³⁹ sugerem permitem a hipótese de que há uma continuidade nas suas pesquisas de graduação e mestrado. Por conseguinte, ainda que haja uma redução no número de trabalhos para as análises, ressalto que não há uma redução no número de autoras e autores contribuintes. Em outras palavras, o que descarto pelo não encontro as publicações de autores e autoras que prosseguem com pesquisas que compõem o panorama de análises.

Abaixo, o quadro dos artigos, das dissertações e das teses examinados nesta etapa:

³⁸"Territórios no espaço penitenciário: Estudo de Caso da do Centro de Ressocialização de Cuiabá/MT".

³⁹"As territorialidades e o cotidiano da prisão : estudo de caso do Centro de Ressocialização de Cuiabá/MT".

Quadro 2- Síntese de dados coletados dos trabalhos analisados na etapa qualitativa

AUTOR/AUTORA	ANO	TIPO DE PUBLICAÇÃO	Universidade	Título
Raimundo Ferreira de Arruda	2006	Dissertação	Universidade Federal de Pernambuco	"Por uma Geografia do Cárcere: Territorialidades nos pavilhões do Presídio Professor Aníbal Bruno- Recife-PE"
Karina Eugenia Fioravante	2011	Dissertação	Universidade Estadual de Ponta Grossa	"O espaço carcerário e a reestruturação das relações socioespaciais cotidianas de mulheres infratoras na cidade de ponta grossa, Paraná"
Karina Eugenia Fioravante	2011	Artigo	Universidade Estadual de Ponta Grossa	Geografia e Cenários Fílmicos: uma discussão acerca da espacialidade carcerária a partir do filme Carandiru (2003). Revista Geoaraguaia, v. 1, p. 34-55, 2011.
Karina Eugenia Fioravante e Joseli Maria Silva	2011	Artigo	Universidade Estadual de Ponta Grossa	Criminalidade feminina: uma discussão sobre o perfil socioespacial de mulheres infratoras na cidade de Ponta Grossa, Paraná. Ateliê geográfico (UFG), v. 5, p. 18-29, 2020.
Karina Eugenia Fioravante	2012	Artigo*	Universidade Federal do Rio de Janeiro	"A gente é invisível: sobre espaço carcerário feminino e gênero"
Karina Eugenia Fioravante	2012	Artigo	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Espaço Carcerário, Gênero e Cinema: uma discussão a partir do filme Leonera (2008). Ateliê geográfico (UFG), v. 6, p. 218-245, 2012.
Dayse Maria Leonel Ruís	2012	Dissertação	Universidade Federal de Mato Grosso do sul	"A espacialização da criminalidade e as mulheres encarceradas na cidade de Três Lagoas"
Guilherme Rosa de Almeida	2014	Dissertação	Universidade Federal de Mato Grosso	"As territorialidades e o cotidiano da prisão : estudo de caso do Centro de Ressocialização de Cuiabá/MT"
Raimundo Ferreira de Arruda	2015	Tese	Universidade Federal de Pernambuco	"Geografia do cárcere: Territorialidades na vida cotidiana carcerária no sistema prisional de Pernambuco"
Hellen V. da Silva Alves	2017	Dissertação	Universidade Federal de Rondônia	"Grades invisíveis: as características socioespaciais da prisão a partir da percepção das mulheres encarceradas na penitenciária feminina de Rondônia"
Danilo Henrique Martins	2017	Dissertação	Universidade Federal do Paraná	"Unidade Prisional como Espaço Total: A Religião na Colônia Penal Agroindustrial do Paraná"
Rodrigo Rossi	2017	Tese	Universidade Estadual de Ponta Grossa	"Espacialidade carcerária e a instituição de masculinidades entre homens jovens egressos em Ponta Grossa, Paraná"
Martin Torres-Rodriguez e Joseli Maria Silva	2018	Artigo*	Universidade Estadual de Ponta Grossa	"Jail experiences from female transsexual and "travestis" in Santiago de Chile"
Moniqui Vassoler Bayerl e Karina Eugenia Fioravante	2020	Artigo	Universidade Federal do Rio de Janeiro	"Nos negamos a morrer na prisão': a pandemia de Covid-19 e a (in)visibilidade dos espaços carcerários."

Elaboração: Camila Madrid (2022).

5.1 Quais foram os sujeitos vistos nestas pesquisas?

Diante da já ilustrada dificuldade ao acesso aos dados da população carcerária, bem como a comum não autorização de pesquisadores e pesquisadoras para entrarem e terem contato com as/os apenadas/os, aponto que a primeira identificação dos sujeitos vistos é a categorizar os sujeitos dos 14 trabalhos a partir da relação com o presídio. Em suma, lanço de

pronto: praticamente dois terços das pesquisas se conectam diretamente com aqueles e aquelas que circulavam na época pelo sistema prisional, seguido das pesquisas com egressas/egressos⁴⁰, encarceradas/os e egressas/os⁴¹ e até as famílias⁴² destas/es foram abarcadas.

Tabela 21- Sujeitos

SUJEITOS		
CATEGORIA	Nº	%
Encarceradas e encarcerados	9	64.30%
Egressas e egressos	2	14.28%
Encarceradas/encarcerados e egressas/egressos	2	14.28%
Encarceradas/os, egressas/os e família de encarceradas/os	1	7.14%
TOTAL	14	100%

Elaboração: Camila Madrid (2022).

Entendo somente que esta divisão empobreceria o potencial de análises que poderia/pude realizar. Então, quem são os sujeitos vistos? Em sentido duplo: (a) vistos de sobre quem produziram e, conseqüente, (b) vistos de quem teve visibilidade para ser "mirado".

Pierre George (1973 apud SÁ, 2009, p.1) foi um dos grandes geógrafos do século XX e ensina com o enunciado abaixo a necessidade de incluirmos sempre a dimensão humana na geografia. "...só há geografia porque há homens na terra. A geografia só interessa na medida em que ajuda a compreender como os homens nela vivem, nela podem sobreviver, apesar da sua curta dimensão e seus conflitos." (ALMEIDA, 2014, p.33)

Trago a citação, apesar de todas as emblemáticas dos limites da abrangência do objeto de pesquisa geográfico, há séculos operantes da Geografia sempre viram, exatamente, como disse George (1973): o homem (ponto). A análise do discurso e da escolha de palavras desvela (o que nem se quer é mascarado): a visibilidade excludente. Soa a mim como ousadia qualquer interpretação que conceda a um discurso datado de 1970, um mero descuido de vocabulário (é inegável, inclusive na atualidade, a concessão das palavras "homem" e "homens" sendo utilizadas na intenção de corresponder a toda população, sociedade, etc.). Vendo e limitando o espaço a aqueles espaços de circulação do homem cis hetero branco. Entendo que o discurso representa de fato a temporalidade das espacialidade percebidas e visibilizadas pela Geografia (lógico, através de seus/suas pesquisadores/as).

⁴⁰ Fioravante e Silva (2011) e Rossi (2017).

⁴¹ Fioravante (2011) e Arruda (2006).

⁴² Arruda (2015).

Fioravante (2012, p.59) enriquece: “Observamos que a experiência do cárcere é vivenciada de forma completamente antagônica por homens e mulheres. Conseguimos perceber durante nossas idas ao Minipresídio que o tratamento dedicado às mulheres era diferenciado.”. A autora percebe que, no mínimo, as mulheres recebem um tratamento com menos mal tratados que os homens. Em campo, confirma: “Os papéis de gênero estão tão absorvidos pela nossa sociedade, que mesmo em situações onde as mulheres se subvertem —ao menos em parte— essa identidade forjada culturalmente, a ideia de fraqueza e fragilidade, mesmo amenizada, ainda permanece” (FIORAVANTE, 2012, p.59). E nesta conjuntura, uno-me a autora “nossa perspectiva não é de vitimizar as mulheres encarceradas, muito pelo contrário. Acreditamos que a vitimização só corrobora com a visão das mulheres enquanto “seres” fracos e oprimidos” (FIORAVANTE, 2012, p.59).

Dialogando com Doreen Massey (2000), visto que a autora valoriza/considera as categorias de análise/marcadores de raça e gênero,

Entre outras coisas que influenciam claramente essa experiência, há, por exemplo, a raça e o gênero. O quanto podemos nos deslocar entre países, caminhar à noite pelas ruas ou sair de hotéis em cidades estrangeiras não é apenas influenciado pelo “capital”. Pesquisas mostram de que modo a mobilidade das mulheres, por exemplo, sofre restrições – de inúmeras maneiras diferentes, da violência física ao fato de ser assediada, ou de ser simplesmente obrigada a sentir “fora do lugar” (MASSEY, 2000, p.178 *apud* MELLO, 2021, p. 69).

Com o exposto, a primeira segmentação projetada e realizada dos sujeitos foi quanto ao gênero. Coletei as informações identificando os sujeitos centrais. Diante do universo de trabalhos examinados surgem as seguintes categorias: “Mulheres cisgênero”, “Homens cisgênero”, “População Carcerária” e “Travestis e Mulheres transsexuais”.

Há uma ligeira porcentagem de produções que “viram” as mulheres cisgênero apenas e egressas, concentrando 42,86% dos “sujeitos”. Logo em seguida, os homens cisgênero, com uma publicação a menos, 35,72%. Houve duas publicações na categoria “população carcerária” (após a sintetização geral das informações desta classificação, discorro sobre a criação desta categoria). E, por fim, o artigo⁴³ de Martins Torres-Rodriguez e Joseli Maria Silva trazendo como sujeitos travestis e mulheres transsexuais aprisionadas em um presídio masculino em Santiago/Chile. Abaixo, podem visualizar a tabela 21 com essas informações. Ainda detalho que percebo uma correlação entre: gênero do/da pesquisadora com o gênero dos sujeitos investigados.

⁴³ "Jail experiences from female transsexual and "travestis" in Santiago de Chile".

Ressalto a importância da visibilidade da espacialidade travesti, elucidada por Joseli Maria Silva (2013), articulando as diferentes relações marcadas pelo tempo e espaço, re-olhando o conceito de espaço a partir lugar de vivência das mulheres travestis:

A vivência dos travestis pode ser compreendida por uma imaginação geográfica que desafia as ideias hegemônicas e torna visível a resistência daquelas cujas identidades são negadas. Massey et al. (1999) sustentam que as identidades são permanentemente instituídas por meio da construção; desconstrução de espaços. O espaço está em permanente processo de produção, e isso traz um importante caráter de abertura para uma imaginação geográfica que possa conceber o espaço enquanto praticado e relacional. Nessa linha de raciocínio, Rose (1999) constrói a possibilidade de pensar o espaço como a articulação de discursos, fantasias e corporeidades o que o torna complexo, contraditório e instável. (p.249 *apud* MELLO, 2021, p. 70).

Tabela 22- Sujeito/Gênero

SUJEITOS GÊNERO		
CATEGORIA	Nº	%
Mulheres cisgênero	6	42.86%
Homens cisgênero	5	35.72%
População carcerária	2	14.28%
Travestis e Mulheres transexuais	1	7.14%
TOTAL	14	100%

Elaboração: Camila Madrid (2022).

Explicando a categoria “população carcerária”, Bayerl e Fioravante (2020) trazem à tona a emergência social e pública de voltarmos nossos olhares aos espaços carcerários frente à vulnerabilidade e à marginalidade potencializada pela pandemia da Covid-19. Desta forma, as autoras articulam motins de encarcerados nas prisões da Argentina com as primeiras estratégias de detentos e detentas, no Brasil, em resposta a sua exposição e fragilidade em enfrentar uma pandemia dentro das insalubres penitenciárias brasileiras. Avança, nesse sentido, analisando as políticas públicas paliativas a fim de apontar a fragilidade destas para garantir o mínimo a sujeitos encarcerados. Posto isso, as autoras concluem

Face ao exposto, nos perguntamos: o que o governo brasileiro tem apresentado à população em meio à pandemia não poderia ser qualificado enquanto um motim? Não estamos testemunhando uma guerra política declarada, que gera tumulto e falta de ordem em meio a uma crise já grande o suficiente? Os dois principais ministérios que atuam diretamente na prevenção da doença nas prisões a saber, o Ministério da Justiça e o Ministério da Saúde, demonstram em tempos atuais extrema fragilidade, falta de organização e vulnerabilidade na medida em que assistiram aos seus ministros caírem em meio a um motim político, que traz ainda mais instabilidade à população

brasileira. O que esperar dos novos ministros e suas políticas? O que esperar para os próximos dias, semanas e meses? O que esperar da população carcerária brasileira e suas movimentações por direitos, voz e visibilidade? São perguntas audaciosas e com respostas, até o momento, desconhecidas. Apesar das incertezas, podemos defender a ideia de que, a partir da constituição dos espaços carcerários, estes podem ser percebidos enquanto cenários nos quais múltiplas trajetórias coexistem em dinâmicas de multiplicidade. Tal pluralidade está se fazendo altamente perceptível nesse momento, principalmente a partir da criação de estratégias de visibilidade e reivindicações políticas que almejam escancarar a precária e temerária situação dos enclausurados. (BAYERL e FIORAVANTE, 2020, p. 128)

Através deste trecho, assim como evidenciado ao longo do artigo de Bayerl e Fioravante (2020), e, como, não houveram recortes de gênero, na medida que há a pretensão de englobar toda a população carcerária: necessitou-se criar uma nova categoria. Classifiquei o “sujeito” deste como “População carcerária”.

Outro destaque, e até para nomeação do outro trabalho contabilizado nesta categoria, é o artigo “Geografia e Cenários Fílmicos: uma discussão acerca da espacialidade carcerária a partir do filme Carandiru (2003)”, em que Fioravante (2011b) traz o filme para tecer observações feitas durante sua dissertação (sobre penitenciária feminina), a fim de evidenciar a aproximação entre o cinematográfico e as dinâmicas espaciais territoriais, com a incorporação de elementos da exterioridade (FIORAVANTE, 2011b). Como houve essa costura cinematográfica da espacialidade masculina com as observações em campo da espacialidade feminina, atribui, também, a classificação “população carceraria”.

Destaco que o outro artigo de Karina Fioravante (2012b), utilizando do *cenário* fílmico⁴⁴, a espacialidade é percebida somente a partir da cinematografia em penitenciária feminina argentina. Classifiquei esta pesquisa tendo como “sujeito” “mulheres cisgênero” e “encarceradas”.

Evidencio o conceito de cenário de Gomes (2008), o qual Fioravante (2011b; 2012b) utilizou para fundamentar suas pesquisas, visto que para o autor há uma interconexão entre a Geografia e o cinema. Para Gomes (2008), o “conceito serve como ferramenta para revelar o conjunto de figurações espaciais e suas relações com a estrutura narrativa. [...] toda referência à ordem espacial deve ser considerada, pois são expressivas, ou seja, agrega significação à trama.” (2008, p. 200 *apud* FIORAVANTE, 2011b, p. 10). Nas palavras do autor, “[...] queremos a partir da palavra cenário reconectar a dimensão física às ações, ou, em outras palavras, queremos associar os arranjos espaciais aos comportamentos e, a

⁴⁴ Espaço Carcerário, Gênero e Cinema: uma discussão a partir do filme Leonera (2008).

partir daí, poder reinterpretar suas possíveis significações.” (GOMES, 2008, p. 200 *apud* FIORAVANTE, 2011b, p. 10).

Fioravante, a partir dos filmes, respectivamente, *Carandiru* (2003) e *Leonera* (2008), chega à seguinte constatação:

O filme se constrói a partir de determinados elementos, como violência, relações de poder, especificidades de gênero, estando estes intrinsecamente interligados com a representação individual de cada personagem. Constatamos que, apesar das barreiras físicas, as dinâmicas espaciais carcerárias perpassam essa delimitação, uma vez que a espacialidade do filme é, também, construída a partir da incorporação de elementos da exterioridade. (FIORAVANTE, 2011b, p.12)

Avante na explicitação da segmentação da categoria “sujeitos”, não consegui realizar grandes avanços. Reconheço que se não foi expressado no texto de forma clara, não poderia categorizar/classificar/identificar as identidades raciais e sexuais, por exemplo, as quais ansiava poder apresentar no panorama destas produções. Caso categorizasse, estaria caindo na cilada da homogeneidade. Caso compreendesse “o não dito” dentro dos quadros hegemônicos, estaria, por consequência, reproduzindo o silenciamento das espacialidades marginais/periféricas/invisibilizadas. Em outras palavras, não é porque as autoras e os autores não evidenciam os marcadores de sexualidade e raça que eu poderia atribuir então que se tratavam de indivíduos, no caso, heterossexuais e brancos (principalmente, tendo em mente os percentuais de distribuição de raça/cor da população carcerária). Portanto, ao passo que isso resulta em prejuízo nesta pesquisa, aponta, também, uma direção para o fortalecimento de futuras pesquisas realizadas em prisões.

Ainda quanto à identificação e classificação dos sujeitos, registro algumas observações. Nenhum dos trabalhos mencionou mulheres lésbicas; poucos, as espacialidades de sujeitos homens gays. As citações que trazem a discussão destes eram apresentadas entre os recortes das entrevistas com encarcerados realizadas pelos seus respectivos autores. Ainda, destaca-se o contexto. Em Arruda (2015 p. 155), “não tem mulher, por isso tem que me virar com os homossexuais que tem no sistema”, e em Rossi (2017 p.235) “o cara que é gay, ele já nem fica no meio de todo mundo, ele já vai para outra ala”. Nesse mesmo sentido, Almeida (2014), acerca de homens gays do Centro de Ressocialização em Cuiabá/MT, menciona o “apartheid da sexualidade”, visto que, desde 2012, estes são encaminhados à chamada “ala cor de rosa”, na intenção de minimizar a vulnerabilidade e possíveis conflitos.

Diante das constatações de Silva e Silva (2016, p. 133), “ao que tange à técnica na análise de dados qualitativos, é elementar o cuidado nos procedimentos de uma pesquisa, interpretando dentro dos contextos em que são coletados os recortes”, o contexto não é universal. Ao encontro disso, Rodrigo Rossi (2017), por pautar a masculinidade no espaço carcerário, avança no debate após se deparar com a organização das celas conforme as facetas identitárias dos detentos, como relatado em entrevista, em que o marcador sexualidade é latente, visto que aos sujeitos gays se verifica a possibilidade de ocuparem celas de outros grupos.

Em seguida, aparecem os relatos da persuasão de detento heterossexuais com detento homossexual, precionado-os a, por exemplo, posição de ‘cofre’⁴⁵. É necessário destacar que nesta prática foram esboçadas situações em que o encarcerado gay “satisfeito” por poder ficar com parte do produto - do cofre- como recompensa . Dessa forma, Rossi (2017, p. 236) encerra dizem que “ isso só reforça o argumento em curso de que (o)pressão exercida pelos detentos héteros e está vinculada ao eixo de opressão heteronormativo, mas o expõe no rol de táticas e estratégicas incisivas e/ou ofensivas de negociação de interseccionalidade”.

Percebo que há interesse em tensionar o marcador racial em alguns trabalhos. Verifico que esta interseccionalidade aparece nas discussões introdutórias em Fioravante (2011), Almeida (2014) e Ruis (2012). Também aparece no roteiro de entrevista de Rossi (2017, p. 381): “de que maneiras as diferenças de idade-raça-etnia-renda-classe social-religião-sexualidade, etc, interferem nas relações entre os detentos? Descreva alguns exemplos a partir das suas experiências e das pessoas que conheceu no período de reclusão”. No entanto, ainda assim, não é dada a centralidade à raça nos trabalhos analisados.

Ainda quanto ao roteiro de entrevistas, julgo imprescindível destacar o caso de Fioravante (2011), acima citada como uma das autoras que, ao menos nos debates teórico-metodológicos, menciona o marcador racial. No entanto, durante a elaboração do questionário ignora a coleta deste dado. Nos anexos H e I, percebo que a pesquisadora tem interesse em fazer um breve levantamento de informações básicas como: a idade, a escolaridade, o número de filhos/as das entrevistadas. Nas primeiras linhas de suas questões às egressas e apenadas, Karina bate na trave e se esquivava de possíveis análises através do marcador racial. Bem como, perdeu a possibilidade de comparar distinções e semelhanças

⁴⁵ Chamado de ‘cofre’ o detento que sobre punição ou por colaboração, esconde na cavidade anal uma certa quantidade de drogas ou celular como estratégia diante dos ‘confere’, isto é, as revistas realizadas nas células pelos agentes penitenciários tal prática, de acordo com os entrevistados, é geralmente efetivada por de tantos homossexuais.

com os relatos de espacialidades de suas entrevistadas. Compreendo que Fioravante (2011) elabora boas questões às egressas sobre as suas percepções de suas respectivas experiências tanto no espaço carcerário, a vida após o cárcere.

5.2 Quais foram os temas destas pesquisas?

A identificação das temáticas, permite delimitar os caminhos já “trilhados” pelas pesquisadoras e pesquisadores. Traço uma alusão à cientometria:

Estudos relacionais do campo científico têm sido desenvolvidos pela cientometria, cujo objetivo tem sido proporcionar análises sobre os temas e autores centrais de uma área acadêmica para que os grupos de pesquisa possam estabelecer melhores estratégias de investigação e divulgação de seus resultados. (YANG *et al.*, 2017 *apud* PINTO, SILVA e JUNCKES, 2021, p. 71).

Não segui a risca a cientometria, em virtude de estar associada a diferentes procedimentos metodológicos. Como destaquei na seção "Metodologia", a identificação dos temas se deu pela leitura de resumos, palavras-chaves, e, quando necessário, a leitura de trechos dos trabalhos que encontrei. Todavia, compreendo que dialoga com o propósito da investigação desta seção. A identificação dos temas, independentemente da metodologia aplicada, apresenta os caminhos construídos pelos pesquisadores e pelas pesquisadoras, até então, e, simultaneamente, as lacunas a serem preenchidas.

Das temáticas que encontro nos 14 trabalhos, divido em 5 categorias: “Análise do cotidiano do espaço prisional, territorialidade”, “Perfil socioespacial das mulheres infratoras, criminalidade, violência”, “Espacialidade carcerária e filmes”, “Pandemia e políticas públicas” e “Masculinidade carcerária”. 50% da produção ficou locada na primeira, com Arruda (2006), Fioravante (2011), Fioravante (2012), Almeida (2014), Arruda (2015), Martins (2017), Torres-Rodriguez e Silva (2018), englobando religião no cotidiano carcerário, espacialidade da religião no presídio, unidade prisional agrícola, espacialidade travesti e espacialidade mulheres trans, cotidiano de regressas, territorialidades carcerárias. Após, com 3 trabalhos, “Perfil socioespacial das mulheres infratoras, criminalidade, violência” através de Fioravante e Silva (2011), Ruis (2012) e Alves (2017), abarcando discussões quanto a espacialização e o perfil socioeconômico de mulheres apenas e egressas, agrego a debates da criminalidade urbana. Na categoria “Espacialidade carcerária e filmes”, classifiquei os

artigos de Fioravante (2011b) e Fioravante (2012b). Já com 1 publicação as categorias “Pandemia e políticas públicas” de Bayerl e Fioravante (2020) e “Masculinidade carcerária” com a tese de Rossi (2017).

5.3 Quais foram os conceitos de espaço para visibilizar os espaços carcerários e seus sujeitos nestas pesquisas?

Eis o espaço geográfico, a morada do homem. Absoluto, relativa, concebido com planícies isopropílico, representado através de matrizes em grafos descrito através de diversas metáforas, reflexo e contradição social, diversos modos, rico em simbolismos e campos de luta o espaço geográfico é multidimensional aceita essa monte de mencionar idade é aceitar práticas sociais distintas que a, como Harvey (1973) se refere, permitem construir diferentes conceitos de espaço. (CORRÊA, 2000, p. 44)

Diante das múltiplas formas de compreender e conceber o espaço, quais foram as bases conceituais que permitiram as pesquisadoras e os pesquisadores observarem e produzirem sobre o espaço carcerário e seus sujeitos?

Em linhas gerais, 6 publicações, sendo Almeida (2014), Fioravante (2012), Torres-Rodriguez; Silva (2018), Fioravante (2011b), Fioravante e Silva (2011) e Fioravante (2012b), constroem as bases comuns de referencial teórico nos trabalhos. Há tessituras entre Milton Santos⁴⁶, Roberto Lobato Corrêa⁴⁷ e Doreen Massey⁴⁸, que desaguardam, posteriormente, no fortalecimento do espaço relacional de Doreen Massey (grupo 1):

sendo constituído através de interações desde a imensidão do global até o intimamente pequeno. (Esta é uma proposição que não surpreenderá a todos os que têm lido a recente literatura anglófona.) Segundo, compreendemos o espaço como a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, no sentido da pluralidade contemporânea, como a esfera na qual distintas trajetórias coexistem; como a esfera, portanto, da coexistência da heterogeneidade. Sem espaço, não há multiplicidade; sem multiplicidade, não há espaço. Se o espaço é, sem dúvida, o produto de inter-relações, então deve estar baseado na existência da pluralidade. Multiplicidade e espaço são co-constitutivos. Terceiro, reconhecemos o espaço como estando

⁴⁶ SANTOS, Milton. A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de São Paulo, 2008.

⁴⁷ CORRÊA, Roberto Lobato. 1995. Espaço: um conceito-chave da Geografia. **Geografia: conceitos e temas**, orgs. Iná Elias de Castro, Paulo Cesar da Costa Gomes e Roberto Lobato .

⁴⁸ MASSEY, Doreen. 1999. **Spaces of politics**. Em Human Geography Today, orgs. Doreen Massey, John Allen e Philip Sarre, 279-294. Cambridge: Polity .

sempre em construção. Precisamente porque o espaço, nesta interpretação, é um produto de relações – entre, relações que estão, necessariamente, embutidas em práticas materiais que devem ser efetivadas, ele está sempre no processo de fazer-se. Jamais está acabado, nunca fechado. (MASSEY, 2008, p. 29)

Exponho, como exemplo, Fioravante (2011, p. 245-246) conectando Milton Santos à Doreen Massey, na produção do espaço:

Como afirmou Santos (2008), todas as relações sociais são espaciais, e, portanto, impossíveis de serem compreendidas fora de suas espacialidades. Os espaços carcerários se constroem dessa forma. Vamos tratar do cárcere neste artigo como um espaço construído e, portanto, também desconstruído, através de fluxos de relações. O conceito de espaço teve diversas abordagens ao longo da história da ciência geográfica, tendo sido desprezado e revalorizado de acordo com o contexto científico vigente. Compreendido enquanto matriz, simbólico, campo de lutas e condição social, (CORRÊA, 1995), as abordagens sobre espaço sempre foram plurais, mostrando assim, que a razão dessa pluralidade é a mesma da existência da ciência (GOMES, 2010). Em nossa reflexão vamos compreender o espaço através dessa noção de pluralidade, multiplicidade. Massey (1999) afirma que existem várias maneiras de imaginarmos o espaço.

Ela defende três elementos essenciais através dos quais podemos re-imaginar o espaço, trazendo também seu intrínseco caráter político, o qual vem sendo negligenciado em diversas abordagens. Esses três elementos apontados por Massey (1999) não objetivam trazer uma definição fechada, completa do espaço. Muito ao contrário, sua ideia é exatamente a oposta. Entender o espaço como sempre em construção, como mutável, como fluído é uma forma de compreendê-lo, em sua dinâmica, sempre aberto. Nas Palavras de Massey (2008) (...) Concebemos, assim, em nossa reflexão, o espaço carcerário enquanto um produto de inter-relações, como a esfera que possibilita a coexistência da multiplicidade, sempre em construção. Da mesma forma, compreendendo que ele se constitui a partir de uma dimensão simbólica e de uma física material (GOMES, 2001), a qual interfere e condiciona as práticas cotidianas dos sujeitos envolvidos na dinâmica. O espaço enquanto elemento fundamental na constituição das identidades, sendo da mesma forma, transpassado por elas. Como já afirmamos anteriormente, as espacialidades não são vivenciadas da mesma forma por todos os sujeitos. Os espaços carcerários se configuram exatamente dessa maneira. Observamos essa espacialidade como proveniente da junção de diversas corporalidades, cada uma delas apresentando características específicas, maneiras específicas de ver o mundo. Sempre mutável, sempre se construindo, se re-configurando, com múltiplos sujeitos, coexistindo em harmonia ou não. Um sistema aberto. Optamos por essa definição de espaço/espacialidade não por ela ser a única verdadeira, mas por recusar as formulações hegemônicas previamente estabelecidas, principalmente na ciência geográfica brasileira, se abrindo assim, para a possibilidade do novo, de novas perguntas, enfim, de novas maneiras de fazermos ciência. (FIORAVANTE, 2012b, p. 224-226).

Ao aplicar o conceito ao espaço carcerário, discorrem também Torres-Rodriguez e Silva (2018):

De esta forma el entendimiento del espacio carcelario, está basado en las ideas del espacio de Massey (2005), referentes a la comprensión espacial como un conjunto que se hace y deshace en comunión con los sujetos que lo habitan. Siendo así la corporalidad una escala que se interrelaciona en forma de redes para construir una espacialidad simbólica. Para Massey (2005), el espacio es un continuo construir y des-construir, en conjunto con la corporalidad, ya que las identidades están constantemente entrando en relación con la espacialidad, de esta forma, el espacio es móvil y en construcción continua por los discursos y percepciones de sus habitantes. De esta manera la espacialidad no puede ser vista como fuera de una producción humana, en donde los acontecimientos y simbolismos forman parte del tejido espacial. Siendo así entendido para esta investigación que, el espacio carcelario, también estaría dotado de esos simbolismos, al igual que de la interacción y construcción de sus cotidianidades en conjunción con las corporalidades en estado de presidió. Creando así un espacio reglamentado, dotado de códigos entendidos, respetados y reproducidos solo en esa espacialidad. (TORRES-RODRÍGUEZ; SILVA, 2018, p. 12)

Identifico 2 publicações centradas nas definições de Doreen Massey e Gillian Rose quanto ao “espaço relacional” e “espaço paradoxal” (grupo 2): a dissertação de Fioravante (2011) e a tese de doutorado de Rossi (2017). Coloco como exemplo deste diálogo:

De acordo com os entrevistados, a formação dos grupos coesos que instituem territórios urbanos não se transfere ao presídio, pois se evidenciou uma reorganização das relações entre homens jovens a partir do encontro de ideias e da convivência na Cadeia Pública Hildebrando de Souza. Ou seja, as relações no interior do espaço carcerário demonstravam como significativo o atributo do “encontro”. Deste modo o conceito mobilizado na reflexão sobre a reconstrução do modelo de análise passou a ser a espacialidade, tendo como influência a perspectiva de espaço relacional caracterizado pelo encontro de trajetórias múltiplas e da instituição de um horizonte político, conforme difundido por Massey (2008) e pela concepção de espaço paradoxal proposta por Rose (1993). (ROSSI, 2017, p. 27).

E no que tange ao espaço paradoxal:

Segundo Rose (1993) o espaço é paradoxal porque as pessoas que o produzem podem ocupar diferentes posições de acordo com as relações de poder. O espaço nessa perspectiva tem diferenciações internas que podem ser redefinidas a partir da articulação entre posições de centro e margem em dada configuração espacial das relações de poder. Deste modo, os presos quando elegem lideranças em celas e galerias posicionam determinadas pessoas no centro desse sistema relacional. Entretanto, quando alguns presos não contemplam algumas das normas estabelecidas pelo coletivo encarcerado e sofrem sanções, de acordo com uma decisão coletiva e orientada pelas lideranças, podem ocupar a margem nas relações de poder. (ROSSI, 2017, p. 125).

Friso que essa repetibilidade de referenciais teóricos não é condizente com a mais recente publicação de Fioravante. Destrinchando em um novo grupo (grupo 3) de base teórica. Em Bayerl e Fioravante (2020) utilizaram o aporte teórico de Michel Foucault e Erving Goffman.

Uma das principais teorizações acerca dos espaços carcerários foi fornecida por Michel Foucault (1975). Parece quase impossível refletir sobre as prisões sem beber da fonte construída pelo filósofo. Sempre preocupado com dinâmicas e relações de poder, os cárceres podem ser então interpretados enquanto locais onde ocorre o adestramento de corpos, onde a vigilância se faz imperante para garantir um espaço regido por normatizações impostas a corpos dóceis. A passividade dos sujeitos é alcançada nessas “instituições totais” (GOFFMAN, 1961) a partir da reclusão, da privação e da destituição de qualquer característica identitária que possa servir como gatilho para desrespeito a imposições. (BAYERL e FIORAVANTE, 2020, p. 125)

No artigo “Nos negamos a morrer na prisão’: a pandemia de Covid-19 e a (in)visibilidade dos espaços carcerários” de Bayerl e Fioravante (2020), Michel Foucault e Erving Goffman são evocados para sustentar teoricamente o desenvolvimento do trabalho, dialogando as dimensões de relações de poder de Foucault e instituições totais de Goffman. Com isso, encontro lacunas quanto à compreensão e à aplicação do conceito de espaço. Saliento, então, que há um hiato conceitual a respeito do conceito de espaço. Como uma hipótese de interpretação disso, reflexiono quanto ao tamanho do artigo, pois a publicação totaliza 6 páginas. Ademais, trata-se de uma publicação de edição especial da Revista Ensaios de Geografia⁴⁹, podendo ser categorizado como resumo expandido.

Em seguida, o grupo 4, com uma publicação, aportado por Rogério Haesbaert, Claude Raffestin, Henri Lefebvre e Marcelo Lopes de Souza. Em Ruis (2012), verifico que a autora tece diálogos, essencialmente, com estes autores para construir seu embasamento quanto ao entendimento de espaço.

Para isso, em seu capítulo “Do espaço território usado”, Dayse Ruis articula e evoca Rogério Haesbaert (e a etimologia do território), Claude Raffestin (e a apropriação do espaço, antecedendo a territorialização e a formação de território), Henri Lefebvre (e a produção do espaço) e, por fim, Marcelo Lopes de Souza (e a construção de identidade sociocultural de um grupo relacionado ao processo de domínio do território). Portanto, percebo que a autora desdobra-se entre os limites e as fronteiras do conceito de território e espaço.

⁴⁹ Edição especial-geografia e pandemia da COVID-19: possibilidades e rupturas.

Ruis, através dos autores citados, fixa o seu entendimento de espaço. Nas palavras da autora: “para marxistas, o espaço não tem valor de troca, mas apenas valor de uso. O espaço é nestes termos preexistentes a qualquer ação. O espaço é como se fosse uma matéria prima, o diamante bruto à espera da lapidação” (RUIS, 2012, p. 52). Posto isto, conecta a Raffestin (1993, p. 144 *apud* RUIS, 2012, p. 53): “o espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constrói para si”.

O grupo 5, composto pela dissertação Arruda (2006), é embasado em Milton Santos:

Para Santos (1999, p.51): O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. ‘Dessa forma, entendes, o espaço como criação humana, e, como tal, como tudo que é humano e apresenta contradições’. Portanto, é como relação dialética, num primeiro momento entre sociedade e natureza, que por sua vez forja uma segunda natureza, o espaço geográfico. Para ele (1999, p.30) os objetos são criados para atender de início às necessidades fundamentais do homem, subentendendo-se espaço como local de produção de vida. (ARRUDA, 2006, p. 13).

Prossegue, em outras palavras, “O espaço é aqui entendido como um sistema de objetos e sistemas de ações, na qual cada forma apresenta um conteúdo específico/esperado” (ARRUDA, 2006, p. 16). E lança-se ao conceito de território, imediatamente: “No entanto, o presídio é um espaço no qual os detentos criam territórios ao se aproximarem de determinados locais da cela e do pavilhão, e, como consequência desse processo, estruturam-se as redes, que, nada mais são do que os pontos visíveis ou não do jogo do poder interno da referida unidade.” (ARRUDA, 2006, p. 16).

Mudando os percursos conceituais, a tese de doutorado de Arruda (2015) compõe o grupo 6, elucidado por Henri Lefebvre com “espaço social”. Para Lefebvre:

Espaço, tal como se discute na ciência geográfica, é uma categoria de análise fundamental para entender a questão carcerária. Henri Lefebvre (2000)⁵⁰ assim introduz o conceito de produção do espaço. O espaço como uma categoria que envolve as forças produtivas, a relação de propriedade e a superestrutura (as instituições e o Estado), estas instâncias tornam a sociedade mais complexa e assim forma o espaço social. Ele pondera que não há um espaço social, mas vários e que o espaço mundial não anula o espaço local. Desta forma, há uma superposição de diferentes forças interagindo e tentando se impor ou dominar, se tornar hegemônico através da racionalização das ações no sentido de enquadrar, de canalizar as forças. A superposição caracteriza o movimento, inclusive dos movimentos locais, ora se acomodando, outras vezes se opondo ao movimento geral.

⁵⁰ LEFEBVRE, Henri. A Produção do Espaço. 4ª ed. Belo Horizonte, 2000. p. 23-25.

Concordamos com Lefebvre ao afirmar que o: “(...) O espaço social começa a aparecer em sua hipercomplexidade: unidades individuais e particularidades, fixidades relativas, movimentos, fluxos e ondas, uns se compenetram, outros se afrontam etc.”. Segundo o autor, só através da análise da produção do espaço podese desvelar e denunciar as ideologias de dominação presentes nas representações do espaço elaborado pelas instituições, inclusive do próprio Estado, escondendo as relações sociais, o caráter de classe.(ARRUDA, 2015, p. 24)

Em seguida o grupo 7, seguido por Otto Friedrich Bollnow com "espaço vivenciado". Encontrei na dissertação Alves (2017) a seguinte reflexão:

Bollnow (2008, p. 16) apresenta o conceito de espaço vivenciado como sendo “... experiência do espaço no sentido de uma simples circunstância psíquica, em oposição ao espaço vivido, já que este não possui nada de psíquico, mas do próprio espaço, uma vez que o homem nele vive e com ele vive”. Desta forma o espaço não é apenas diverso para os diversos tipos de homem, mas para o próprio indivíduo que vivencia o mesmo espaço de formas diversas, que dependerão da “sua constituição e humor circunstanciais”. Cada mudança no homem, resulta em uma mudança no espaço vivido" (ALVES, 2017, p. 24)

Por fim, o grupo 8, Martins (2017) pauta o espaço carcerário com base em Erving Goffman, com “espaço total”:

"De acordo com Goffman [1961] 2013, p. 59) existe a tática de afastamento, ou seja, “a abstenção total de participação em acontecimentos de interação”. Nesse processo, o indivíduo tende a isolar-se das interações. Em muitos casos a solidão, causada pela tática de afastamento, é uma forma de o indivíduo preservar sua integridade para não sofrer com os castigos impostos pela instituição, caso transgrida alguma regra" (GOFFMAN, 2013 *apud* MARTINS, 2016, p. 63).

E portanto,

A partir dos argumentos expostos é possível realizar uma aproximação para a apropriação do conhecimento geográfico na teoria goffmaniana. Podemos entender o espaço das Instituições Totais, como um “Espaço Total”, espaço de trancamento, isolamento e solidão, onde as representações dos indivíduos neste palco cotidiano são materializadas pelos categoriais definidos por Goffman. Estes categoriais servem à compreensão das representações que ocorrem no interior de tais instituições, tendo em vista que o indivíduo privado de liberdade vivencia distintos contextos em seu cotidiano e a religião enquanto espacialidade, objeto da presente análise, poderá condicionar distintos significados para este neste palco cotidiano. Espaço repleto de experiências singulares, mas que também é marcado por conflitos e distintas relações de poder. (MARTINS, 2017, p. 64).

É importante registrar que Martins (2017) apresenta em seu capítulo “Erving Goffman e o espaço como palco cotidiano”, argumentos que tensionam a banalidade dada ao cotidiano. Este, sendo imerso de signos e performances carregadas e alteradas ao longo da história humana (como pontuado por Lefebvre revelando a espacialidade e a territorialidade humana). Posto isso, aproxima a perspectiva goffmaniana ao espaço performático de Gil:

Neste processo de interação, os atores sociais representam suas espacialidades por meio das relações sociais. Conforme Gil (2015, p. 110) “as relações sociais são definidas como totalidade vivenciada pelas rotinas e ações dos atores sociais”. Tal posição é explicada partindo do pressuposto que todo indivíduo tende a representar papéis sociais, principalmente quando lhe convém. Essa representação ocorre na espacialidade do cotidiano de cada indivíduo. (MARTINS, 2017, p. 34)

Segundo Martins (2017), esse caráter converge à geografia do cotidiano: “O espaço performático como um espaço relacional e social do cotidiano é o tema central dessa geografia teatral, onde atores, os quais a sociologia muitas vezes denomina agentes, executam os seus papéis variados em sistemas de ação”. (GIL, 2015, p. 110 *apud* MARTINS, 2017, p. 37). A percepção de espaço em Martins (2017), ainda assim, é, essencialmente, goffmaniana, em virtude de “Goffman vê o mundo social como produto emergente das ações dos indivíduos” (VELHO, 2004, p.48 *apud* MARTINS, 2017, p. 38).

5.4 E quanto às contribuições?

Quando essa pesquisa ainda estava na incubadora, minha ânsia era ver como a Geografia poderia contribuir com o espaço penitenciário. Além disso, como poderia contribuir para melhores condições ou, sendo mais precisa, condições humanas. No entanto, nós pesquisadoras e pesquisadores só conseguimos produzir pesquisas sobre os sujeitos e locais marginais, pois as tomadas de decisões estão nas mãos de autoridades responsáveis por mudanças no campo do legislativo e da implementação de políticas públicas.

Para Souza (2008)⁵¹ deve-se evitar a associação mecânica da política de segurança pública com os interesses capitalistas de defesa da propriedade, que assim incentiva a ação policial brutal, repressiva e corrupta da polícia. O autor reconhece as dificuldades na mudança de paradigma na política de segurança em função dos setores e grupos que lucram com a extrema desigualdade presente na sociedade

⁵¹ SOUZA, Marcelo José Lopes de. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. 1.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

brasileira e por isso, não tem interesse em resolver os problemas em sua raiz. Pois assim poderia contrariar os interesses do capital. (*apud* ARRUDA, 2015, p. 112)

Ainda assim, para a geógrafa Cláudia Maliskewski Escouto “pensar o espaço é pensar sobre a existência” (2019, p.46 *apud* MELLO, 2021, p.19), tendo em mente o pensar em múltiplas possibilidades de existência contidas no espaço. Para Escouto (2019):

ao pensar a seu respeito, ao geografar, é preciso ampliar e olhar, ver além das aparências, enxergar não apenas as vivências que nossos olhos se acostumaram a ver e por isso as consideramos como “normais” ou únicas possíveis (2019, p.46 *apud* MELLO, 2021, p.19)

Os desdobramentos das reflexões da Escouto (2019) são voltados à ausência de pessoas LGBT. Apesar disso, levo em conta a aplicabilidade do discurso ao expandir para os marcadores de classe, de raça e de gênero, de deficiência e etário, assim como a multiplicidade de sujeitos marginais:

O problema em representar as populações através de médias é que elas mostram a complexidade de uma sociedade. Isso faz com que mais do que negar as múltiplas identidades na contemporaneidade (HALL, 2015), a população seja apresentada de forma homogênea, o que sabemos que não condiz com a realidade. E, ao contrário dos gráficos e tabelas apresentados nos livros didáticos, a população brasileira não é formada pela homogeneidade trazidas pelas médias, mas sim composta pela diversidade. Sim, é a diversidade sexual, de raça, de classe, de expressão de gênero dentre outros tantos marcadores que compõem os mais de duzentos milhões de habitantes brasileiros. Mas, então, por que essas diversidades não são mostradas? Por que os livros didáticos não as representam? Por que a Geografia, ao falar da população, não diz/mostra como ela é de fato ao invés de mostrar números e gráficos? (2019, p. 20 *apud* MELLO, 2021, p. 31-32).

Na perspectiva desse empoderamento, vejo que o potencial da Geografia se torna enfraquecido nas mudanças que refletem a realidade do cárcere. Porém, não deveria (e não deve) negligenciar sua capacidade de estudar o espaço carcerário e o sistema penitenciário. Ademais, no curso desta pesquisa, percebo que quem mais, ao menos neste momento, se beneficia dessa relação entre "prisões" e "geografia" é a nossa ciência. É a nossa Geografia que cresce, ao se propor testar seus métodos e construir novos. Cresce a cada novo grupo de sujeitos que passa a visto, ajustando o grau de seu óculos ao se propor a ver locais que até então eram lacunas da produção científica. Com isso, é potencializada a proporção de que

seus pesquisadores e suas pesquisadoras têm a intencionalidade de *movimentar, sacudir* as estruturas para poder encontrar o não visto, o negligenciado até então (MELLO, 2021).

Sob a outra perspectiva, “como a Geografia contribui ao estudar os espaços carcerários e seus sujeitos?”. “Os espaços carcerários, mesmo negligenciados, se apresentam enquanto um rico leque investigativo, uma vez que comportam as mais diversas práticas e dinâmicas.” (FIORAVANTE, 2012b, p. 218). Encontro que os nós dados entre Geografia e as penitenciárias, majoritariamente, são estabelecidos através das espacialidades, do território, das territorialidades. Inclusive, o conceito de território é tão latente quanto o conceito de espaço.

Utilizo da própria fundamentação dos autores, para expor porque as pesquisadoras e pesquisadores se desdobram a estudar o espaço carcerário à luz da territorialidade. E por conseguinte, como amarram aos presídios e com que base teórica. Dessa forma,

Esses territórios elaborados a partir das práticas espaciais dos detentos criam recortes, diferenças, limites, e, a cada territorialidade são desenhadas as redes, que para Raffestan (1993, p.156) seria “um sistema de linhas que desenham tramas”, ela, pode ser “abstrata ou concreta, invisível ou visível.” Uma rede se apresenta como um desenho do poder, uma comunicação (inclusão) ou não. Assim, para Raffestan (1993, p. 183) o cotidiano “é a territorialidade cristalizada” ao discorrermos sobre as diferentes territorialidades mostradas através das redes, aprendemos a importância e o papel do espaço, pois ele será o suporte de todas as ações desenvolvidas pelos detentos (ARRUDA, 2006, p.14)

Nesse mesmo sentido,

“O território é fundado em comportamentos humanos que envolvem a comunicação, a cooperação e a troca, formas de socialização em dada formação territorial” Saquet (2011, p.36). Paul Claval (1979) também ensina a importância da comunicação, das redes e nós que se formam dentro do território para sua consolidação e maior ou menor adesão ao comando do poder central” (ALMEIDA, 2014, p. 37-38)

Arruda (2005) compreende essa efervescência do território e, por consequência, das territorialidades, pelos seguintes motivos: (a) a superlotação num espaço de dimensões limitadas como o pavilhão de um presídio propicia que os presos estabeleçam estratégias para ter acesso ou direito a um pedaço do espaço (ARRUDA, 2006, p. 17); (b) A ausência do Estado através do não cumprimento da Lei de Execução Penal no atendimento às necessidades básicas do detento, favorece o estabelecimento de estratégias para suprir a omissão do poder público, originando as territorialidades (ARRUDA, 2006, p.18); e (c) Ao perder a liberdade e se inserir em um ambiente de espaço exíguo como o pavilhão, o homem

como ser social procura se firmar. Em busca do espaço, pois ele será a garantia das condições mínimas de sobrevivência (ARRUDA, 2006, p. 18).

Aportado em suas observações feita em campo, Arruda (2005) e (2016), articula teoria e prática (no caso, o cotidiano carcerário):

A partir dessa manipulação são vivenciadas as redes das cantinas, frisa-nos Raffestan (1993, p.149) “o poder constrói malhar nas superfícies do sistema territorial, para delimitar campos operatórios ” na qual “Os indivíduos ou os grupos ocupam pontos no espaço” pois, segundo ele (1993, p.151) “Tessituras, nós e redes podem ser muito diferentes de uma sociedade para outra, mas estão sempre presentes Nós os encontramos em todas as práticas sociais.” (ARRUDA, 2006, p. 83 -84).

Por outro lado, pesquisadores também centralizaram seu olhar na produção da espacialidade desses sujeitos, ao pensar outras dinâmicas que se constituem a partir do cárcere:

Esses materiais, como sabonetes, balas e cigarros são em muitas vezes utilizados como mercadoria de troca entre os presos para realização de outros serviços. Em uma pesquisa realizada com as mulheres encarceradas na cidade de Ponta Grossa, Paraná, percebemos que uma das principais moedas de trocas entre os presos é o cigarro, chamado pelas mulheres de ‘giz’ (FIORAVANTE, 2011). (FIORAVANTE, 2011b).

E:

Dentre as cinco facções⁵², a do Primeiro Comando da Capital (PCC⁵³) é a mais ativa e, não coincidentemente, a única representada como força atuante no presídio que constitui o recorte espacial da presente pesquisa. A atuação de filiados ao PCC no espaço carcerário evidencia como tal organização perpassa diferentes escalas espaciais, demonstrando a multidimensionalidade envolvida na instituição do espaço carcerário, pois ao estenderem suas práticas organizadas de forma articulada entre diferentes presídios e outros espaços de atuação. Esta articulação envolve desde a orientação coletiva da normatividade voltada ao cuidado do corpo, as relações estabelecidas nas celas, galerias, presídio, conexão entre lideranças espalhadas por outros presídios, um conjunto grande e variado de espaços. (ROSSI, 2017, p. 311)

⁵² As demais facções que atuam a partir de um quadro reduzido de lideranças são: Máfia Paranaense, o Primeiro Grupo Catarinense (PGC), o Primeiro Comando do Paraná (PCP) e a carioca Amigo dos Amigos (ADA).

⁵³ Segundo levantamento realizado pelo Setor de inteligência da Secretaria Estadual de Segurança Pública, estima-se que 2 mil membros do Primeiro Comando da Capital atuam no Paraná. Extraído de: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/cinco-faccoes-atuam-nos-presidios-do-parana-pcc-e-dispara-da-a-mais-ativa-8nws75zyez9iu0sqf6odls> In acessado em janeiro de 2017.

E considera

O tipo de organização coletiva idealizada para a vida cotidiana na prisão pelos próprios fundadores do PCC permanece na composição de sua atuação e atos de fala de seus membros, o que têm contribuído para a hegemonia da facção nos presídios paranaenses. A princípio, não há como vincular diretamente a organização coletiva dos detentos e sua constituição de lideranças para orientar e conduzir o respeito à normatividade com a ação direta dos membros filiados à facção. Ao mesmo tempo, não se pode negar que no contexto da organização coletiva dos detentos, apenados que são filiados ao PCC e outras facções, acabam também por intervir em diferentes contextos de tomada de decisão e processos políticos próprios da prisão e sistema carcerário. Neste sentido, o PCC tem operado modificações no ambiente de relações entre detentos que resultam na redução da violência despropositada, homicídios, estupros, uso e tráfico de crack e assim por diante. Muitas das mudanças interferem num conjunto de interações e são representadas de modo positivo por muitos detentos. (ROSSI, 2017, p. 312).

Articulando os demais trabalhos, em Martins (2017) as tessituras com o conceito de território são feitas visando a territorialidade da religião evangélica. Interpretando a religião como uma válvula de escape do cotidiano carcerário

“Tem muita gente que se esconde na religião, por causa do castigo que tá preso, tipo um ‘213’, o que comete estupro. Aqui tem bastante. Tem gente que se esconde, pois sabe que é intocável. Tem bastante gente que sai das facções e que tá na igreja por causa disso. O que aconteceu: o irmão do PCC, ele pede para saí e para isso tem que parar com o crime, vai para a Igreja onde não é cobrado, o abandono da facção no caso. Também tem muitos que é para não ter que pagar dívida de droga. Tem muitos que é falta da família e encontrar um refúgio nos irmãos da igreja que são afetivos.” (19 de Novembro de 2016)” (RIZZI, 2017, p.g)⁵⁴.

Portanto, sintetizo que a via mais utilizada pelos pesquisadores e pelas pesquisadoras é a observação das territorialidades, contemplando distintas dinâmicas e mecanismos. Já em outra face de outra expressão das contribuições, complemento com a perspectiva do artigo de Fioravante e Silva (2011). De pronto, no enunciado do título, é notória a contribuição em “Criminalidade feminina: uma discussão sobre o perfil socioespacial de mulheres infratoras na cidade de Ponta Grossa, Paraná.” As autoras realizam tessituras entre o perfil socioespacial das mulheres infratoras (egressas) da supracitada cidade (do período de 2000 a 2007) e a espacialidade destas estar restrita às áreas periféricas. Além disso, destacam que são mulheres com características semelhantes, para além do passado de trás das grades, são de

⁵⁴ RIZZI, Rícard Wagner. **Erving Goffman e o uso da fé para se livrar do PCC**. Aconteceu Emitu, 5 de agosto de 2017. PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL © PCC 1533. Disponível em: <https://www.aconteceuemitu.org/2017/08/erving-goffman-e-o-uso-da-fe-para-se.html>. Acesso em: 22 nov/22.

baixa renda e baixa escolaridade. Por fim, identifico em Ruís (2012) essa mesma tendência de contribuição, tal como exemplifiquei com Fioravante e Silva (2011), de modo central. Outros trabalhos, como Arruda (2006), também interseccionam essa contribuição.

CONCLUSÃO

A fim de identificar os caminhos temáticos, conceituais e teóricos-metodológicos construídos pelos pesquisadores e pelas pesquisadoras e, simultaneamente, as lacunas a serem preenchidas, sintetizo os resultados que encontrei.

Primeiramente, a abertura dos diálogos com o espaço carcerário é marcada pela publicação de Rodrigo Rossi, em 2005. Até o ano de 2018, ininterruptamente, houve ao menos uma publicação por ano. O ápice de produção, com 43,75%, concentra-se nos anos de 2010, 2011 e 2012, somando 12 artigos e 2 dissertações. Em uma segunda onda, entre os anos de 2016 a 2018, há 4 artigos, 1 trabalho de conclusão de curso, 2 dissertações e 1 tese, correspondendo a 25% das pesquisas do panorama.

Diante da distribuição temporal das pesquisas, lanço três hipóteses complementares: o impacto do elevado crescimento do encarceramento de mulheres no Brasil a partir de 2006; o debate público promovido pelo Massacre no Carandiru e sua produção fílmica, com consequente produção de pesquisas focadas nas penitenciárias e seus sujeitos; o anseio, oriundo da trajetória de formação acadêmica e social, em pesquisar o espaço penitenciário e/ou a espacialidade carcerária. Em síntese, a distribuição temporal está conectada à realidade social observada a partir do acúmulo de perspectivas teóricas as quais permitem a visibilidade de sujeitos e de espaços marginais.

A observação da titulação das autoras e autores foi útil por me permitir visualizar a concentração de quase 60% dos trabalhos analisados no mestrado. Diante o panorama que construí, as pesquisas analisadas são tímidas na graduação, são expandidas no mestrado, e reduzidas no doutorado. Embora não tenha investigado em repositórios específicos para a busca de trabalhos de conclusão de curso, e, porquanto este tipo de publicação tendeu a escapar do alcance deste panorama. E, de outro lado, o encolhimento destas pesquisas no doutorado, reflete o não prosseguimento destas pesquisas na Geografia por troca de tema de pesquisa no ingresso ao doutorado, ou pesquisadores e pesquisadoras que não deram continuidade na educação superior. Percebo que isso pode desvelar as barreiras das hegemonias temáticas que repelem e temem pela inserção de novas temáticas.

Através da identificação dos vínculos institucionais, no caso, educacionais das pesquisas analisadas, constatei que a marginalidade do objeto de pesquisa é refletida na marginalidade desta produção. Praticamente, 60% das pesquisas que compuseram o panorama de análises foram providas em instituições com nota 4 e 5. A Universidade Estadual de Ponta

Grossa ganha notabilidade com 16 trabalhos. Seguido de 21.87% das pesquisas advindas de universidades com nota 6 e 7 no programa de pós-graduação em Geografia.

Aprofundando a observação da distribuição espacial dos trabalhos, percebi que além de derivarem, majoritariamente, da periferia acadêmica há uma relação de proximidade das universidades que produziram sobre os espaços carcerários com a localização dos estabelecimentos penais de grande e médio porte, e as maiores porcentagens de déficit de vagas nos presídios por UF. Dessa forma, das 11 instituições de ensino que produziram pesquisas centradas no espaço carcerário e seus sujeitos, consegui contemplar 10 instituições educacionais.

Na segunda etapa da pesquisa, pautada na análise de 14 trabalhos, inicialmente, apresento que 9 publicações “viram” encarceradas e encarcerados. Duas dissertações, além destes sujeitos, também contemplou egressas e egressos. A tese de Raimundo Arruda (2015) avança incluindo as famílias dos encarcerados. Paralelamente, duas publicações abarcam somente egressas e egressos. Ao categorizar por gênero os sujeitos encontrei proximidade entre o número de trabalhos avistando mulheres cisgenero e homens cisgenero. Encontrando somente uma publicação que rompesse com a cisgeneridade. Relembro, também, a impossibilidade de realizar outras análises dos sujeitos frente a não expressão de outros marcadores nas pesquisas de modo central, como o de raça e de sexualidade.

A identificação dos temas nestas pesquisas corrobora na construção do panorama no sentido de apresentar *como* as investigações geográficas entram no espaço carcerário. Porquanto, favorece a orientação da construção de novos trabalhos neste espaço, em razão das pesquisadoras e pesquisadores poderem reforçar estes temas, ou então, promoverem outras novas possibilidades. Em 5 categorias classifiquei as temáticas, encontrando respectivamente: 7 “Análise do cotidiano do espaço prisional, territorialidade”, 3 “Perfil socioespacial das mulheres infratoras, criminalidade, violência”, 1 “Espacialidade carcerária e filmes”, 1 “Pandemia e políticas públicas” e “Masculinidade carcerária”.

A observação do conceito de espaço que ampara essas pesquisas salienta as bases teóricas utilizadas pelas pesquisadoras e pesquisadores. Encontrei 8 grupos, organizados a partir do conceito de espaço do qual é central na argumentação teórica das publicações. Identifiquei, então, a eminência utilização como fundamentação do conceito de espaço através de: Otto Friedrich Bollnow com "espaço vivenciado"; Erving Goffman com “espaço total”; Milton Santos; Henri Lefebvre com “espaço social”, Doreen Massey e Gillian Rose com

“espaço relacional /espaço paradoxal”; Doreen Massey com “espaço relacional”; Michel Foucault e Erving Goffman; e Rogério Haesbaert, Claude Raffestin, Henri Lefebvre, Marcelo Lopes de Souza.

Diante o exposto, interpreto que o espaço carcerário é beneficiado com estudos partidos da óptica geográfica pela visibilidade promovida aos seus sujeitos. Tendo em mente, que a construção da espacialidade e da territorialidade das/os aprisionadas/os é intrínseca a múltiplos fatores presente no espaço carcerário, como, da escassez de recursos de item de higiene, da insalubridade, da superlotação, da presença de organizações criminosas, etc. As geógrafas e os geógrafos ao observarem estes, quase de modo intrínseco, expõem a vulnerabilidade das aprisionadas e dos aprisionados.

Paralelamente, a Geografia também contribui ao explorar o perfil socioespacial. Porquanto, possui potencial em contribuir na construção de políticas públicas voltadas à inserção de egressos e egressas, atenção a localidades de onde vem as aprisionas mães e os aprisionados país afim no combate à evasão escolar, e uma infinidade de outras possibilidades. Na medida em que avançamos (nós pesquisadoras e pesquisadores) nas pesquisas centradas nos espaços penitenciários, isocronicamente, avançamos nas possibilidades de contribuição. Simultâneo à visibilidade de sujeitos e espaços marginalizados e invisibilizados, a Geografia modifica seu paladar. É tornada onívora e quiçá glutona, por aplicar seus conceitos, seus métodos em novos espaços e novos sujeitos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Guilherme Rosa de. As territorialidades e o cotidiano da prisão: estudo de caso do Centro de Ressocialização de Cuiabá/MT. 2014. 201 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Cuiabá. Disponível em: <https://ri.ufmt.br/handle/1/1270>. Acesso em: 28 jun/2022.

ALVES, Hellen Virginia da Silva. GRADES INVISÍVEIS: as características socioespaciais da prisão a partir da percepção das mulheres encarceradas na penitenciária feminina de Rondônia. 2017. 244 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Rondônia. Núcleo De Ciências Exatas E Da Terra, Porto Velho. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5584161. Acesso em: 28 jun/2022.

ARRUDA, Raimundo Ferreira de. Por uma Geografia do Cárcere: Territorialidades nos pavilhões do Presídio Professor Aníbal Bruno- Recife-PE. 2006. 111 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/6858>. Acesso em: 23 out/2020.

_____. Geografia do Cárcere: Territorialidades na vida cotidiana carcerária no sistema prisional de Pernambuco. 2015. 242 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-16062015-125328/publico/2015_RaimundoFerreiraDeArruda_VCorr.pdf. Acesso em: 23 out/2020.

BANCO NACIONAL DE MONITORAMENTO DE PRISÕES - BNMP 2.0: Cadastro Nacional de Presos, **Conselho Nacional de Justiça**, Brasília, agosto de 2018. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/08/bnmp.pdf>. Acesso em: 22 out/2022.

BAYERL, Moniqui Vassoler; FIORAVANTE, Karina Eugenia. “NOS NEGAMOS A MORRER NA PRISÃO”: a pandemia de covid-19 e a (in) visibilidade dos espaços carcerários. *Ensaio de Geografia*, v. 5, n. 9, p. 124-129. Disponível em: https://periodicos.uff.br/ensaio_posgeo/article/view/42418/html. Acesso em: 29 out/2020.

BRASIL. **Lei de execução Penal**. Lei nº 7210 de 11 de julho de 1984. BRASIL.

BROWN, Mano; PRADO, Josemir. **Diário de um detento**. Sobrevivendo no Inferno. Racionais MC'S Cosa Nostra. São Paulo, 1997. (7min 57seg).

BUCHER-MALUSCHKE, Júlia Sursis Nobre Ferro; SILVA, Jonas Carvalho e; SOUZA, Isabela Brito dos Santos de. Revisão sobre o presídio feminino nos estudos brasileiros. **Psicologia e Sociedade**. Belo Horizonte, v. 31, e216159, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822019000100248&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 out/2020.

CARANDIRU. Direção: Héctor Babenco. Produção de Hector Babenco, HB Filmes e Globo Filmes. Brasil: Sony Pictures Classics Columbia Tristar, 2003. GloboPlay/Amazon Prime. (146 min).

CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira. “**Gênero, poder e produção científica geográfica no Brasil de 1974 a 2013**”. 2015. 140 f. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território : Sociedade e Natureza) - Universidade Estadual De Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2015. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/565>. Acesso em 29 out/2020.

CONJUR. Brasil tem a 3ª maior população carcerária do mundo, com 726.712 mil presos. **Revista Consultor Jurídico**. 8 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-dez-08/brasil-maior-populacao-carceraria-mundo-726-mil-presos>. Acesso em 23 out/2022.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Geopresídios**, 2014. Dados Das Inspeções Nos Estabelecimentos Penais. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/inspecao_penal/mapa.php. Acesso em: 18 out/2022.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; Gomes, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 15-48.

COVID-19 matou 190% mais presos em 2021, mostra relatório do CNJ. HypeNews, São Paulo, 11 de março de 2021. Disponível em: <https://www.hypenews.com.br/2021/03/covid-19-matou-190-mais-presos-em-2021-mostra-relatorio-do-cnj/>. Acesso em 7 mai/2021.

CRUZ, Alana Maria Moreira; FARIA, Rita de Cássia Dias de Faria. Colapso no Sistema Penitenciário Brasileiro. **Âmbito Jurídico**. São Paulo. 1/01/2021. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-constitucional/colapso-no-sistema-penitenciario-brasileiro-2/#:~:text=Em%2017%2F07%2F2019%2C,de%20detentos%2C%20s%C3%A3o%20presos%20provis%C3%B3rios>. Acesso em: 5 maio/2021.

CRUZ, Elaine Patricia. O Massacre do Carandiru completa 30 anos. **Agência Brasil**. São Paulo, 2 de outubro de 2022. Direitos Humanos. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2022-09/massacre-do-carandiru-completa-30-anos#:~:text=O%20resultado%20da%20violenta%20a%C3%A7%C3%A3o,Nenhuma%20policial%20morreu%20na%20a%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 13 nov/2022.

DJONGA. **Heresia**. Belo Horizonte, Gravadora Ceia, Produção: Coyote Beatz, Heresia, 2017. (2min52s)

ERDELY, Maria Fernanda. Brasil dobra número de presos em 11 anos, diz levantamento; dos 726 mil detentos, 40% não foram julgados. **G1**. Brasília, 8 de dezembro de 2017. Política. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/brasil-dobra-numero-de-presos-em-11-anos-diz-levantamento-de-720-mil-detentos-40-nao-foram-julgados.ghtml>. Acesso em: 23 out/2022.

FIORAVANTE, Karina Eugenia. O espaço carcerário e a reestruturação das relações socioespaciais cotidianas de mulheres infratoras na cidade de Ponta Grossa, Paraná. 2011. 169 f. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território : Sociedade e Natureza) - Universidade Estadual De Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2011. Disponível em: <https://tede2.uep.br/jspui/handle/prefix/542>. Acesso em 29 out/2020.

_____. Geografia e cenários filmicos: uma discussão acerca da espacialidade carcerária a partir do filme Carandiru (2003). **Revista Geoaraguaia**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2011b. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/geo/article/view/4796>. Acesso em: 19 out/2022.

_____. "A gente é invisível": sobre espaço carcerário feminino e gênero. **Cuadernos de Geografía-Revista Colombiana de Geografía**. v. 21, n. 1, p. 55-64, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2818/281822849005.pdf>. Acesso em: 16 out/2020.

_____. Espaço carcerário, gênero e cinema: As imagens prisionais em Leonera. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 6, n. 1, p. 218–245, 2012b. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/18769>. Acesso em: 19 out/2022.

_____. SILVA, Joseli Maria. Mulheres criminosas: uma discussão sobre o perfil socioespacial de mulheres infratoras na cidade de Ponta Grossa, Paraná. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 5, n. 1, p. 17–36, 2011. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/13822>. Acesso em: 14 nov/2022.

GOMES, Simone Ribeiro. O encarceramento feminino recente no Brasil: uma discussão a partir do Rio de Janeiro, Manaus e Fortaleza. **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza, v. 51, n. 1, mar./jun., 2020, p. 291–319. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/50996/1/2020_art_srgomes.pdf. Acesso em: 16 out/2020.

HARAWAY, Donna. Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective. **Feminist Studies**, v. 14, n. 3, p. 575 - 599, 1988.

INFOPEN MULHERES 2017: O QUE MUDOU EM UM ANO? - **Instituto Terra, Trabalho e Cidadania**, São Paulo, 22 de junho de 2020. Disponível em: <https://ittc.org.br/infopen-2017-texto-1/>. Acesso em: 25 out/2022.

Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Atualização - dezembro/2014. **INFOPEN**. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública/Departamento Penitenciário Nacional, 2014. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/infopen-dez14.pdf>. Acesso em: 24 out/2022.

_____. Junho/2017. **INFOPEN**. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública/Departamento Penitenciário Nacional, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen/mais-informacoes/relatorios-infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017.pdf>. Acesso em: 24 out/2022.

Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN Mulheres, 2ª edição/2018, **INFOPEN Mulheres**. 2º edição. Brasília, Ministério da Justiça e Segurança Pública/Departamento Penitenciário Nacional, 2018. Disponível em: https://conectas.org/wp-content/uploads/2018/05/infopenmulheres_arte_07-03-18-1.pdf. Acesso em: 24 out/2022.

LOCKDOWN contribuiu para queda de criminalidade em nível mundial, diz estudo. CNN Brasil. 3 de junho de 2021. Internacional. Disponível em: [https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/lockdown-contribuiu-para-queda-de-criminalidade-em-nivel-mundial-diz-estudo/#:~:text=Lockdown%20contribuiu%20para%20queda%20de%20criminalidade%20em%20n%C3%ADvel%20mundial%2C%20diz%20estudo.-Pesquisa%20publicada%20na&text=As%20ordens%20de%20lockdwon%20estabelecidas,quarta%2Dfeira%20\(2\)](https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/lockdown-contribuiu-para-queda-de-criminalidade-em-nivel-mundial-diz-estudo/#:~:text=Lockdown%20contribuiu%20para%20queda%20de%20criminalidade%20em%20n%C3%ADvel%20mundial%2C%20diz%20estudo.-Pesquisa%20publicada%20na&text=As%20ordens%20de%20lockdwon%20estabelecidas,quarta%2Dfeira%20(2).). Acesso em: 10 jan/2023.

MADRID, Camila; LENZI, Maria Helena; EBERHARDT, Bárbara. Panorama da produção geográfica das três edições do Seminário Latino-americano de Geografia, Gênero e Sexualidades. In: **IV Seminario Latinoamericano de Geografía, Género y Sexualidades**, 2019, Tandil. Actas Seminario Latinoamericano de Geografía, Género y Sexualidades. Tandil: Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, 2019. v. 1. p. 47-52.

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MARTINS, Danilo Henrique. **Unidade prisional como espaço total : a religião na colônia penal agroindustrial do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Curitiba, 2017. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/47988>. Acesso em: 28 jun/2022.

MELLO, Tyrone Andrade de. **Corpos que não importam : mulheres travestis nos livros didáticos de Geografia**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://repositorioceme.ufrgs.br/handle/10183/234453>. Acesso em: 21 nov/2022.

MONTEIRO, Felipe Mattos; CARDOSO, Gabriela Ribeiro. A seletividade do sistema prisional brasileiro e o perfil da população carcerária: Um debate oportuno. **Dossiê: Violência e Sociedade. Revista de Ciências Sociais**, v. 13 n. 1, Jan/Abr, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/wjmWpRx3yMLqSJ6fQJ9JkNG/?lang=pt#>. Acesso em: 23 out/2022.

OHANA, Victor. O número de encarcerados triplicou entre 2000 e 2019 no país, diz Depen. **Carta Capital**, São Paulo, 14 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/numero-de-encarcerados-triplicou-entre-2000-e-2019-no-pais-diz-depen/>. Acesso em: 6 mai/2021.

PAIVA, Marcelo Rubens. "DIÁRIO DE UM DETENTO": Jocenir narra o 'circo de horrores' do universo da prisão". **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 de maio de 2001. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1205200123.htm>. Acesso em: 13 nov/2022.

PINO, Laura Vedovatto Del. Território penitenciário feminino em Porto Alegre, RS: uma análise do perfil demográfico do presídio Madre Pelletier. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS, p.43, 2019. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/205562/001111265.pdf?sequence=1>. Acesso em: 17 out/2020.

PINTO, Vagner André Moraes; SILVA, Joseli Maria Silva; JUNCKES, Ivan Jairo. Hegemonias temáticas, conceituais e de atores da Geografia: O caso da Revista da ANPEGE no Brasil. **Revista da ANPEGE**. v. 17. nº. 32, p. 65 - 82, 2021. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/12960/pdf>. Acesso em: 21 out/2022.

RAÇA/COR/ETNICIDADE E TERRITÓRIO: ANALISANDO AS PENAS DE MULHERES MIGRANTES EM CONFLITO COM A LEI. ITTC - Instituto Terra, Trabalho e Cidadania, São Paulo, 10 de novembro de 2021. Disponível em: <https://ittc.org.br/raca-cor-etnicidade-e-territorio-analisando-as-penas-de-mulheres-migrantes-em-conflito-com-a-lei/>. Acesso em: 23 out/2022.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 2011.

REIS, Thiago; VELASCO, Clara. Brasil tem hoje deficit de 200 mil vagas no sistema prisional. G1. São Paulo, 15 de janeiro de 2014. Brasil. Disponível em: <https://g1.globo.com/brasil/noticia/2014/01/brasil-tem-hoje-deficit-de-200-mil-vagas-no-sistema-prisional.html>. Acesso em 23 out/2022.

ROSSI, Rodrigo. **Espacialidade carcerária e a instituição de masculinidades entre homens jovens egressos em Ponta Grossa, Paraná**. 2017. 383 f. Tese (Doutorado em Gestão do Território: Sociedade e Natureza) - Universidade Estadual De Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2017. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/181>. Acesso em: 14 nov/2022.

RUÍIS, Dayse Maria Leonel. A espacialização da criminalidade e as mulheres encarceradas na cidade de Três Lagoas. 2012. 259 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-graduação em Geografia (Campus de Três Lagoas), Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Três Lagoas. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/1670?mode=full>. Acesso em: 14 nov/2022.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SILVA, Camila Rodrigues da; *et al.* População carcerária diminui, mas Brasil ainda registra superlotação nos presídios em meio à pandemia. G1. São Paulo, 17 de maio de 2021. Monitor da Violência. Brasil. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2021/05/17/populacao-carceraria-diminui-mas-brasil-ainda-registra-superlotacao-nos-presidios-em-meio-a-pandemia.ghtml>. Acesso em 5 jan/2023.

SILVA, Edson Armando; SILVA, Joseli Maria. Ofício, Engenho e Arte: Inspiração e Técnica na Análise de Dados Qualitativos. **Revista Latinoamericana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 132 - 154, jan. / jul, 2016. Disponível em: <https://revistas.uep.br/index.php/rlagg/article/view/8041>. Acesso em 20 out/2022.

SILVA, Joseli Maria. **Geografias subversivas: discursos sobre o espaço**. Ponta Grossa, PR: Todapalavra, 2009.

_____. ORNAT, Marcio José. Feminist geographies: fight and achievement of a place in the Brazilian scientific production, **Gender, Place & Culture**, 2019.

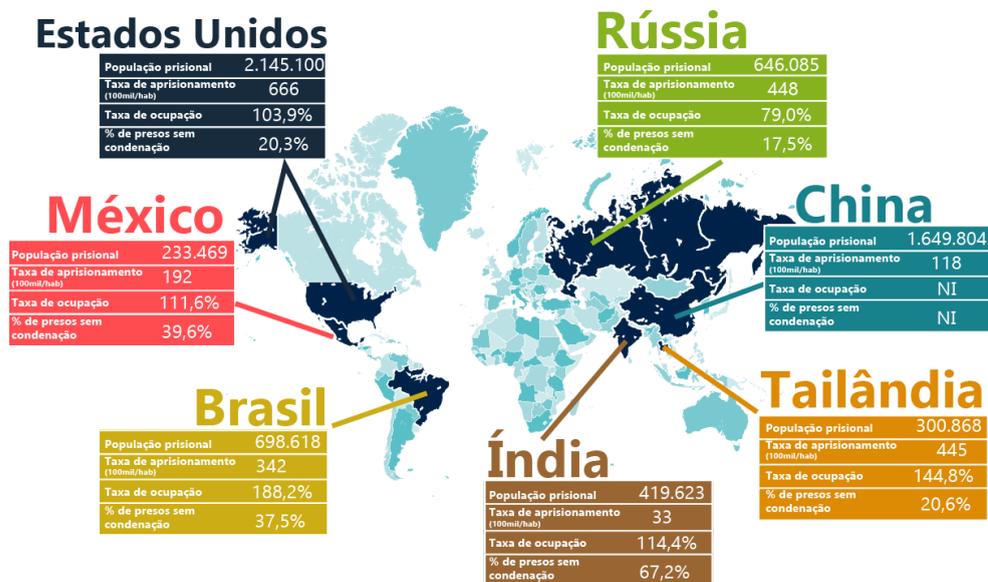
_____. _____. CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. “Não me chame de senhora, eu sou feminista!” posicionalidade e reflexibilidade na produção geográfica de Doreen Massey. **GEOgraphia**, v. 19, n. 40, p. 11-20, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/137960>. Acesso em: 10 out/2020.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Quando o trunfo se revela um fardo: reexaminando os percalços de um campo disciplinar que se pretendeu uma ponte entre o conhecimento da natureza e o da sociedade. **GEOUSP Espaço e Tempo**, v. 22, n. 2, p. 274-308, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/147381>. Acesso em: 1 nov/2022.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. A expansão da pós-graduação em Geografia e a ANPEGE. **Revista da ANPEGE**, [S. l.] v. 1, n. 01, p. 17–32, 2017. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6623>. Acesso em: 26 out/2022.

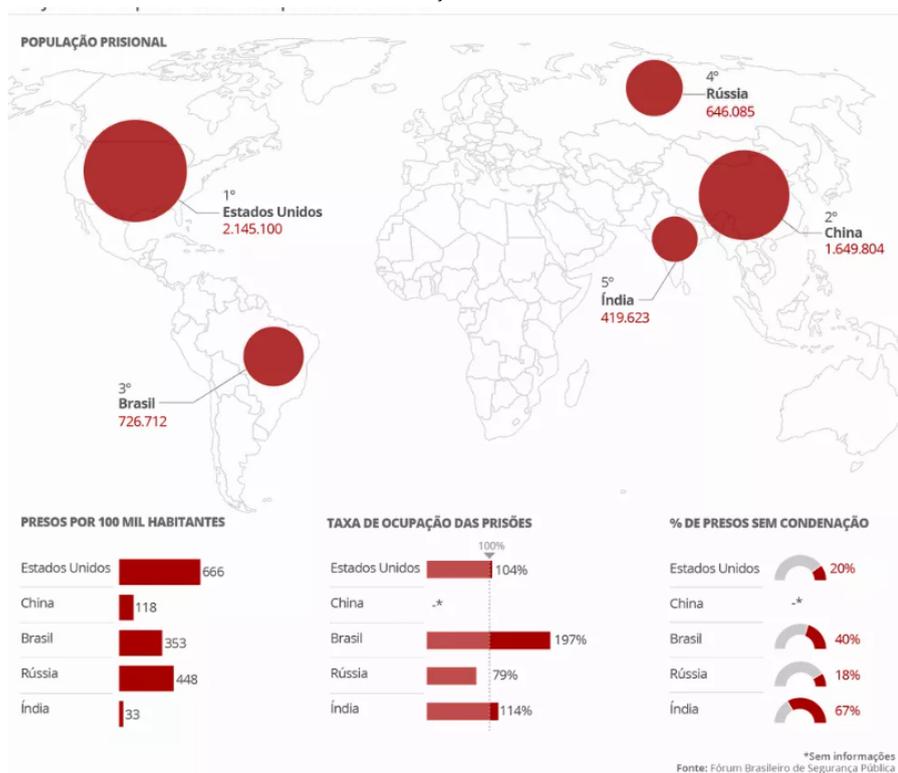
TORRES-RODRIGUEZ, Martin, SILVA, Joseli Maria. "Jail experiences from female transsexual and 'travestis' in Santiago de Chile/experiencias carcelarias de travestis y transexuales femeninas en Santiago de Chile." **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 33, e, 33824, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/33824/28268>. Acesso em: 14 nov/2022.

Anexo A - POPULAÇÃO PRISIONAL MUNDIAL



Fonte.: Elaboração: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – dezembro de 2014
Elaboração: CONJUR, 2017

Anexo B - POPULAÇÃO PRISIONAL MUNDIAL



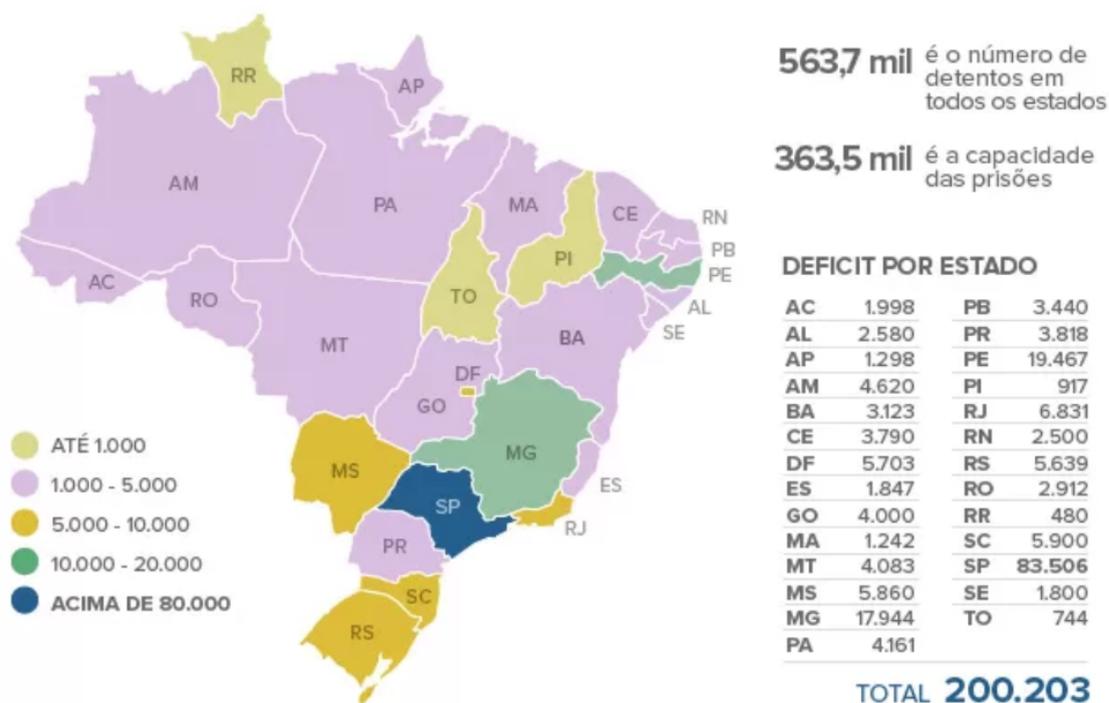
Fonte: Erdely, 2017. Elaboração: Portal G1

Anexo C - PRESÍDIOS SUPERLOTADOS - NÚMEROS DAS DÉFICIT DE VAGA NOS ESTABELECIMENTOS

PENAIIS POR UF

Presídios superlotados

Veja o deficit de vagas em prisões por estado



Anexo D - ESCOLARIDADE DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE POR UF

UF	Analfabeto	Alfabetizado	Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Fundamental Completo	Ensino Médio Incompleto	Ensino Médio Completo	Ensino Superior Incompleto	Ensino Superior Completo	Ensino acima de Superior Completo	Não Informado
AC	3,46	3,60	63,09	9,67	11,75	6,03	0,78	0,14	0,04	1,45
AL	14,08	11,14	46,93	4,69	4,60	3,84	0,66	0,57	0,13	13,35
AM	1,80	2,06	54,53	10,01	12,44	11,98	1,17	0,73	0,67	4,61
AP	1,89	1,75	49,82	10,66	17,64	11,69	1,50	1,10	0,00	3,96
BA	7,45	11,97	46,41	8,20	8,82	6,43	0,45	0,43	0,00	9,85
CE	5,27	31,58	33,12	6,98	5,26	4,60	0,45	0,21	0,00	12,53
DF	1,76	0,77	52,04	9,34	14,25	9,10	1,73	0,65	0,00	10,36
ES	3,32	7,51	45,45	15,71	12,55	10,33	1,64	0,51	0,09	2,89
GO	3,77	12,49	37,63	13,61	13,47	6,73	0,60	0,37	0,01	11,31
MA	9,44	11,42	44,72	7,31	12,92	6,48	0,73	0,35	0,00	6,63
MG	2,53	6,72	50,39	12,05	13,44	7,57	0,86	0,52	0,03	5,88
MS	2,51	2,48	59,51	11,36	12,33	8,49	1,61	1,02	0,03	0,66
MT	3,56	6,89	39,18	12,33	22,08	10,67	1,11	1,18	0,00	3,00
PA	4,50	8,37	54,32	12,50	11,52	7,46	0,43	0,23	0,00	0,69
PB	11,59	22,27	35,25	5,79	4,91	3,27	0,40	0,28	0,00	16,23
PE	10,89	22,12	32,34	6,03	6,70	5,70	0,58	0,37	0,04	15,23
PI	10,83	7,81	45,22	5,26	7,20	4,68	0,50	1,38	0,00	17,11
PR	1,06	1,66	67,11	8,03	12,56	6,31	1,10	0,91	0,11	1,17
RJ	1,47	3,97	61,62	8,98	7,34	5,93	0,68	0,40	0,01	9,59
RN	10,08	12,68	45,49	4,46	5,44	3,18	0,27	0,17	0,00	18,23
RO	3,73	6,61	53,32	9,66	10,21	7,80	1,13	0,54	0,07	6,93
RR	2,72	11,10	27,44	13,74	14,84	14,65	2,99	1,30	0,08	11,14
RS	2,49	4,77	60,54	12,94	10,89	6,35	0,93	0,39	0,01	0,68
SC	2,33	4,68	46,26	14,15	13,96	10,40	1,39	1,00	0,24	5,60
SE	6,43	3,96	70,77	4,95	6,15	5,87	0,67	0,21	0,00	0,99
SP	2,52	1,19	44,24	15,88	19,72	12,34	0,94	0,53	0,02	2,61
TO	5,55	10,54	41,05	16,50	17,48	6,93	0,97	0,97	0,00	0,00
Brasil	3,27	5,55	48,72	12,47	14,21	9,16	0,92	0,53	0,04	5,12

Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Atualização - Junho/2017. Elaboração: INFOPEN, 2017

Anexo E - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO RAÇA/COR POR UF EM 2014

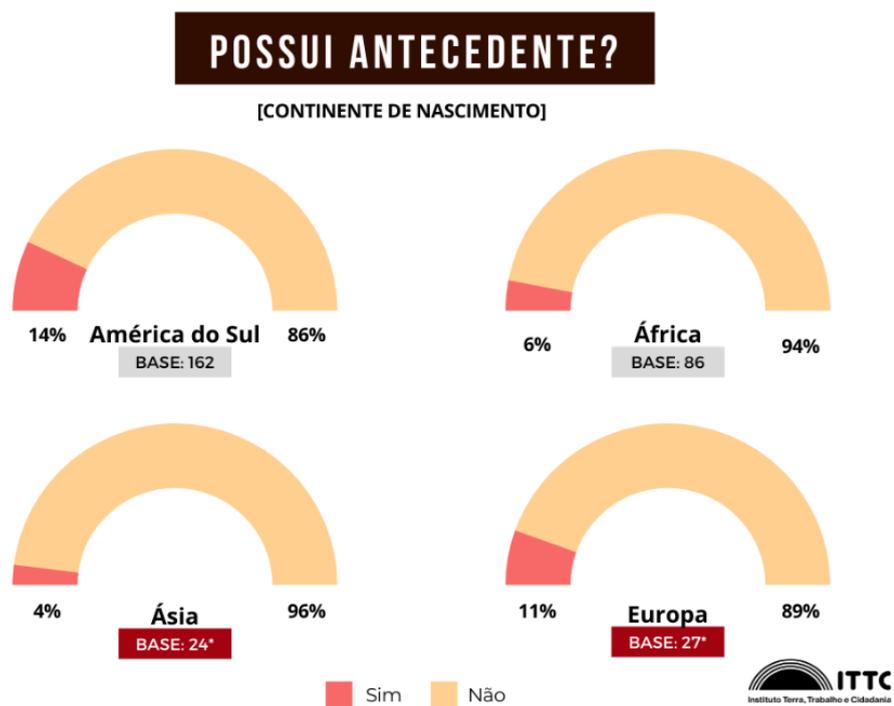
UF	Branco		Negros/Pretos e Pardos		Amarelos		Indígenas		Outras
	Prisões	Brasil	Prisões	Brasil	Prisões	Brasil	Prisões	Brasil	Prisões
AC	11,63%	21,14%	87,56%	74,67%	0,13%	0,47%	0,63%	3,73%	0,06%
AL	22,68%	28,37%	76,91%	71,33%	0,04%	0,07%	0,37%	0,23%	0,00%
AM	12,43%	21,74%	83,07%	75,78%	1,13%	0,22%	0,09%	2,26%	3,28%
AP	30,27%	24,91%	60,32%	74,57%	9,16%	0,14%	0,25%	0,38%	0,00%
BA	12,05%	20,08%	87,82%	79,29%	0,11%	0,14%	0,01%	0,49%	0,00%
CE	16,46%	30,04%	81,68%	69,69%	1,07%	0,05%	0,68%	0,21%	0,11%
DF	17,54%	41,67%	81,69%	57,33%	0,69%	0,53%	0,07%	0,47%	0,01%
ES	22,28%	39,92%	76,58%	59,62%	0,31%	0,15%	0,00%	0,32%	0,83%
GO	24,26%	39,14%	75,50%	60,23%	0,19%	0,44%	0,01%	0,20%	0,04%
MA	19,66%	18,83%	72,95%	80,61%	5,26%	0,06%	0,27%	0,51%	1,86%
MG	30,06%	42,52%	67,84%	56,94%	2,09%	0,22%	0,01%	0,32%	0,00%
MS	37,05%	46,40%	61,63%	51,96%	0,04%	0,82%	1,28%	0,82%	0,00%
MT	23,82%	34,54%	75,51%	64,80%	0,64%	0,36%	0,04%	0,29%	0,00%
PA	13,51%	20,10%	83,06%	78,57%	2,78%	0,15%	0,11%	1,18%	0,54%
PB	22,69%	36,20%	77,05%	62,80%	0,23%	0,11%	0,00%	0,88%	0,03%
PE	14,10%	33,29%	79,93%	65,87%	4,88%	0,21%	0,94%	0,62%	0,15%
PI	12,10%	24,30%	76,72%	75,56%	1,82%	-	0,40%	0,14%	8,96%
PR	67,29%	67,48%	31,99%	31,19%	0,51%	1,13%	0,01%	0,20%	0,20%
RJ	26,51%	47,37%	72,57%	52,29%	0,04%	0,22%	0,00%	0,12%	0,87%
RN	15,19%	40,60%	81,28%	59,29%	0,19%	-	0,00%	0,12%	3,34%
RO	18,83%	31,39%	79,36%	68,15%	1,03%	0,17%	0,40%	0,29%	0,38%
RR	11,29%	22,42%	77,60%	72,63%	0,00%	0,08%	5,65%	4,86%	5,46%
RS	65,86%	79,76%	33,54%	19,74%	0,26%	0,14%	0,26%	0,36%	0,09%
SC	62,04%	83,69%	36,76%	15,72%	0,55%	0,38%	0,12%	0,21%	0,54%
SE	34,05%	24,95%	65,62%	74,39%	0,33%	0,39%	0,00%	0,28%	0,00%
SP	45,26%	61,23%	54,46%	37,25%	0,18%	1,30%	0,01%	0,22%	0,09%
TO	14,36%	21,92%	85,48%	77,60%	0,11%	0,22%	0,05%	0,25%	0,00%
BRASIL	37,23%	45,48%	61,67%	53,63%	0,65%	0,49%	0,13%	0,40%	0,32%

Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Atualização - Dez/2014. Elaboração: INFOPEN, 2014.

Anexo F -Quantidade de estrangeiros por continente de proveniência por Unidade de Federação em 2017

UF	Africa	América	Asia	Europa	Oceania	Total de estrangeiros	% de estrangeiros no sistema prisional
AC	1	20	-	-	-	21	0,34
AL	-	-	-	-	-	0	0,00
AM	2	34	-	1	-	37	0,41
AP	-	-	-	-	-	0	0,00
BA	-	1	-	10	-	11	0,07
CE	4	18	3	20	-	45	0,17
DF	-	10	-	4	-	14	0,09
ES	1	6	-	3	-	10	0,05
GO	3	2	-	2	-	7	0,03
MA	-	-	-	-	-	0	0,00
MG	1	9	-	2	-	12	0,02
MS	2	134	4	3	-	143	0,85
MT	-	15	-	1	-	16	0,13
PA	-	6	2	6	-	14	0,08
PB	-	1	-	-	-	1	0,01
PE	1	-	-	-	-	1	0,00
PI	-	-	-	2	-	2	0,05
PR	1	130	2	3	-	136	0,27
RJ	10	41	3	36	1	91	0,17
RN	-	3	-	-	-	3	0,03
RO	-	7	-	-	-	7	0,06
RR	-	37	1	1	-	39	1,51
RS	2	73	1	2	-	78	0,22
SC	-	44	1	3	-	48	0,22
SE	-	3	1	-	-	4	0,08
SP	513	621	105	179	3	1421	0,62
TO	-	-	-	-	-	0	0,00
Brasil	541	1215	123	278	4	2161	0,30

Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Atualização - Junho/2017. Elaboração: INFOPEN, 2017

Anexo G - ANTECEDENTES CRIMINAIS NO CONTINENTE DE NASCIMENTO

Fonte: Raça, 2021 Elaboração: ITTC.